

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL**

THAÍS TONONI BATISTA

**JUDICIALIZAÇÃO DOS CONFLITOS INTRAFAMILIARES:
CONSIDERAÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE A ALIENAÇÃO
PARENTAL**

VITÓRIA
2016

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL**

THAÍS TONONI BATISTA

**JUDICIALIZAÇÃO DOS CONFLITOS INTRAFAMILIARES:
CONSIDERAÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE A ALIENAÇÃO
PARENTAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Política Social.

Orientadora: Prof^a Dra. Maria das Graças Cunha Gomes.

VITÓRIA
2016

THAÍS TONONI BATISTA

**JUDICIALIZAÇÃO DOS CONFLITOS INTRAFAMILIARES:
CONSIDERAÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE A ALIENAÇÃO
PARENTAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Política Social.

Aprovada em 29 de março de 2016.

BANCA EXAMINADORA:

Profª Dra. Maria das Graças Cunha Gomes
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Profª Dra. Márcia Smarzaro Siqueira
Universidade Federal do Espírito Santo

Profª Dra. Maria Luiza Campos Valente
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

À Deus, porque sem Ele eu não teria conseguido chegar até aqui.

AGRADECIMENTOS

Aos meus filhos amados Matheus e Davi, que me dão sentido a minha vida e para lutar.

Ao meu esposo que acompanhou de perto minha luta, suportando as mudanças de humor frutos do cansaço das múltiplas jornadas.

Aos meus pais que não mais se encontram neste plano, mas que contribuíram em vida para que eu estudasse, e mais ainda, fomentaram em mim o desejo de sempre estudar e buscar o conhecimento.

À minha orientadora, que aceitou o desafio de me apoiar na discussão de um tema ainda pouco difundido no âmbito de nossa profissão.

À banca examinadora que de forma crítica e compromissada contribuiu para a construção de trabalho igualmente voltado para a análise crítica e engajado com o exercício profissional.

Aos amigos da CAM Cariacica pelo incentivo e força diários (especialmente Renata, sempre dialogando e dando valiosas sugestões).

Aos colegas Assistentes Sociais do PJES que compreenderam a importância do tema e compartilharam suas experiências, possibilitando a construção deste trabalho.

A todos que de alguma forma me apoiaram nesta jornada.

Por fim, dedico este trabalho às inúmeras mulheres que como eu, estudam, trabalham, são mães e donas de casa, acumulando múltiplas funções no dia-a-dia.

Digo: o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia” (Guimarães Rosa).

RESUMO

Este trabalho teve por objetivo discutir o tema da alienação parental no âmbito de atuação das/os assistentes sociais que atuam em processos das Varas de Família do Poder Judiciário do Espírito Santo. O caminho de pesquisa se delineou através do estudo de elementos como a questão social, a família e as políticas sociais, e ainda categorias como o Estado e o Direito, tratados numa perspectiva de análise apoiadas na teoria crítica dialética.

Procuramos recuperar o estudo de tais elementos a fim de estabelecermos uma linha de reflexão em torno do processo de judicialização, ressaltando, no caso em tela, a judicialização das relações intrafamiliares. Recuperamos ainda a perspectiva histórica do desempenho dos papéis de homens e mulheres e seus rebatimentos na construção dos conflitos conjugais que se acirram no contexto de separação e que podem levar ao surgimento de atitudes e comportamentos que acabam por colocar os filhos no centro do conflito conjugal.

A alienação parental é tratada numa perspectiva crítica de análise, e, portanto, consideramos o processo de elaboração da referida lei, bem como nos indagamos acerca do papel da/o assistente social voltado para uma perspectiva de enquadramento dos sujeitos envolvidos, o que faz com que se desconsiderem processos sociais mais amplos que perpassam a problemática.

A análise de dados coletados junto aos assistentes sociais entrevistados apontou, dentre outras coisas, que a ausência de discussão acerca do tema colabora para um sentimento de incerteza quanto às reais possibilidades de intervenção destes profissionais. Apesar disso, as/os entrevistada/os afirmaram que se empenham em materializar os princípios éticos da profissão contidos no projeto ético-político da categoria, buscando antes de tudo negar toda forma de opressão e discriminação em relação aos sujeitos envolvidos.

Entendemos que se faz necessário avançar no debate desse tema aliando-o ao debate do projeto ético-político da profissão, apontando limites e possibilidades da atuação profissional.

ABSTRACT

This study aimed to discuss the topic of parental alienation in the context of the performance/social workers who work in the Family Courts of the judicial power of the Holy Spirit. The search path is outlined through the study of elements such as social issues, the family and social policies, and even categories like the State and the law, treaties with a view to analyzing the critical dialectic theory.

We seek to recover the study of such elements in order to establish a line of reflection around the process of judicialization, noting in the case, the family relations judicialization. Recovered yet the historical perspective of the performance of roles of men and women and their rebatimentos in the construction of marital conflicts that escalate in the context of separation and that can lead to the emergence of attitudes and behaviors that ultimately put the children at the center of the marital conflict.

Parental alienation is treated in a critical perspective of analysis, and therefore we consider the process of elaboration of the Act, as well as ask us about the role of the social worker facing a prospect of framing of subjects involved, what makes you disregard broader social processes that pertain to the problem.

The analysis of collected data with caseworkers interviewed pointed out, among other things, that the absence of discussion on the subject collaborates for a feeling of uncertainty about the real possibilities of intervention of these professionals. In spite of that, our interview/the stated that strive to materialize the ethical principles of the profession contained in the ethical-political project of category, seeking first of all to deny all forms of oppression and discrimination in relation to subjects involved.

We believe that it is necessary to move forward in the discussion of this theme combining it to debate the ethical-political project of the profession, pointing limits and possibilities of professional performance.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Comparecimento das expressões da questão social nos processos, segundo as/os entrevistadas/os	108
Gráfico 2- A adoção da categoria Estado nas análises e/ou parecer por parte das/os entrevistados	112
Gráfico 3- Materialização do Projeto Ético Político nos casos de alienação parental, segundo as/os entrevistadas/os	118
Gráfico 4- Uso da expressão alienação parental por parte das/os entrevistada/os.....	128
Gráfico 5- Alusão à Lei da alienação parental nas considerações ou parecer, segundo as/os entrevistadas/os	129
Gráfico 6- Afirmação quanto à ocorrência da alienação parental ou SAP, segundo as/os entrevistadas/os.....	130
Gráfico 7- Conhecimento acerca da Lei nº 12.318/2010 (Alienação Parental) por parte das/os entrevistadas/os.....	134
Gráfico 8- Discussão do tema alienação parental no local de trabalho das/os entrevistadas/os	135
Gráfico 9- Formação profissional e intervenção em casos de alienação parental.....	139

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Expressões da questão social identificadas nos processos.....	109
Tabela 2- Disciplinas do conhecimento utilizadas pelas/os profissionais em suas análises teóricas.....	125
Tabela 3- Indicadores utilizados pelos profissionais acerca da alienação parental.....	
.....	131

LISTA DE SIGLAS

CAM's	CENTRAIS DE APOIO MULTIDISCIPLINARES
CBAS	CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS
CFESS	CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL
DNA	ÁCIDO DESOXIRRIBONUCLEICO
DSM-V	MANUAL DE DIAGNÓSTICO E ESTATÍSTICA DOS TRANSTORNOS MENTAIS 5. ^a EDIÇÃO
ECA	ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
FASP	FÓRUM DE ASSISTENTES SOCIAIS E PSICÓLOGOS DO PODER JUDICIÁRIO DO ESPÍRITO SANTO
PJES	PODER JUDICÁRIO DO ESPÍRITO SANTO
TJES	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO
SAP	SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL
UFES	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1- ESTADO, QUESTÃO SOCIAL, POLÍTICAS SOCIAIS E DIREITO.....	28
1.1-Retomando o debate da questão social e das políticas sociais	30
1.2-Considerações sobre o Estado e o direito na sociedade capitalista	36
1.3-Estado mínimo, Estado penal e criminalização da questão social	42
2- JUDICIALIZAÇÃO: UMA NOVA FORMA DE ENFRENTAMENTO” DA QUESTÃO SOCIAL?	47
2.1- Pensando o “universo” jurídico, a judicialização e a intervenção do assistente social na área sociojurídica	55
3- FAMÍLIA, POLÍTICAS SOCIAIS E JUDICIALIZAÇÃO	63
3.1- Revisitando as teorias críticas para uma construção social da família.....	63
3.2- A relação família e políticas sociais.....	79
4- CONSIDERAÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE A ALIENAÇÃO PARENTAL	86
4.1- Alienação Parental e Síndrome da Alienação Parental (SAP): o judiciário como palco das disputas entre os gêneros	90
4.2- Reflexões sobre a lei da alienação parental.....	99
5- A INTERVENÇÃO DA/O ASSISTENTE SOCIAL: O CARÁTER HISTÓRICO DA PROFISSÃO, O PAPEL DE PERITO E OS ELEMENTOS METODOLÓGICOS, ÉTICOS E TÉCNICOS DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL	104
5.1- Estado, questão social, políticas sociais: as bases de legitimação e a dimensão teórico-metodológica da profissão.....	106
5.2- A construção de um Projeto Ético e Político da profissão e a ultrapassagem do conservadorismo	115

5.3- O exercício profissional, o estudo ou perícia social em casos de alienação parental e a dimensão técnico-operativa da profissão	122
6- CONSIDERAÇÕES FINAIS	144
REFERÊNCIAS.....	151
ANEXO A - LEI FEDERAL Nº 12.318 DE 2010.....	162
ANEXO B -TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE	165

1- INTRODUÇÃO

Constitui objeto do presente estudo a intervenção da/o assistente social em casos de alienação parental, no contexto das Varas de Família do Poder Judiciário do Espírito Santo, tendo em conta o fenômeno crescente de judicialização das relações e dos conflitos intrafamiliares, num contexto de mudanças societárias, da importância do papel do Estado e do direito na estrutura e nas relações familiares vigentes.

O tema foi abordado em novela¹, o que colaborou para um conhecimento maior sobre a problemática por parte do público em geral. Também vem sendo tema de livros (mais direcionados ao direito ou a psicologia) e alvo de discussões e debates entre especialistas em programas de TV, além de ocupar agenda de grupos de pais e mães separados² espalhados pelo país. Para além disso, a alienação parental vem comparecendo a cada dia em ações nas Varas de Família (e também nas de Infância e Juventude), em ações de guarda, visitação ou divórcio litigioso, por exemplo. Tal situação vem exigindo atenção do Poder Judiciário e dos profissionais que atuam diretamente com a problemática, sendo até mesmo alvo de lei específica, como veremos mais adiante.

O interesse pelo tema se deu em decorrência de minha inserção profissional no Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES)-Central de Apoio Multidisciplinar da Comarca de Cariacica³ que engloba profissionais de Serviço Social e Psicologia a quem cumpre subsidiar os juízes das Varas de Família, mediante elaboração de estudos, laudos e pareceres específicos. É nesse contexto, ou seja, ao atuar nos processos das Varas de Família, geralmente em casos de regulamentação de visitas e guarda de 'menores', que o Serviço Social é chamado a intervir em diversas situações marcadas por conflitos familiares, muitas vezes envoltos em acusações

¹ O tema foi abordado na obra de teledramaturgia "Salve Jorge" de autoria de Glória Perez e exibida entre os anos de 2012 e 2013 pela emissora Rede Globo de Televisão.

² Um dos grupos com maior evidência refere-se à ONG APASE- Associação de Pais e Mães Separados.

³ As Centrais de Apoio Multidisciplinar têm suas atribuições regulamentadas por meio da Resolução nº 066 de 2011 do PJES e trata de seu funcionamento e estruturação, bem como define as atribuições da equipe técnica. A CAM Cariacica é responsável por atender a seis comarcas nas matérias de família, infância e juventude (exceto a Comarca sede que é Cariacica que possui Vara de Infância e Juventude) e violência doméstica.

recíprocas entre os genitores da(s) criança/adolescentes(s), não raramente voltadas à prática da alienação parental.

Apesar de sua evidência atual, a síndrome da alienação parental foi descrita a primeira vez pelo psiquiatra norte americano Richard Gardner na década de 80, sendo caracterizada como “um distúrbio infantil que surgiria, especialmente, em crianças cujos pais se encontravam em litígio conjugal” sendo “induzida pelo genitor nomeado de alienador, que na maioria dos casos se refere à figura do guardião, [...]” (SOUSA, 2010, p. 14).

No entanto, Sousa (2010) nos chama atenção para o fato de que Gardner “não empreendeu pesquisa científica sobre o assunto” e desconsiderou “a existência de pesquisas sobre separação conjugal e guarda de filhos” (p. 16), amparando-se exclusivamente em seus próprios estudos. Para esta autora é de suma importância situar os diversos fatores que podem contribuir para os comportamentos entre genitores e filhos após a separação do casal, de modo que sugere ir além de questões individuais e patológicas (SOUSA, 2010). Isto posto, questiona a autora a rápida difusão e até mesmo naturalização do tema SAP (síndrome da alienação parental) o que considera que “absolutiza a existência de uma síndrome nas situações de separação conjugal litigiosa” (SOUSA, 2010, p. 17).

Compreendemos que a problemática deve ser abordada numa perspectiva sócio-histórica dos papéis parentais, concebendo os atores envolvidos enquanto sujeitos em constante transformação. Ou seja, enquanto atores que são afetados pelas mudanças exteriores à família as quais provocam alterações significativas nos padrões de comportamento de homens e mulheres, revolucionando os costumes, a sexualidade e o casamento, por exemplo. A leitura voltada para a perspectiva histórica nos permite inferir que “se as mulheres aparecem, com frequência, muito apegadas aos filhos após separação [...], isso pode ser visto como resultado de uma construção sócio-histórica sobre os papéis parentais” (SOUSA, 2010, p. 19).

Importante salientar ainda a aprovação da Lei Federal de nº 12.318 de 2010, que trata da alienação parental e preconiza sanções que podem ser aplicadas ao genitor considerado ‘alienador’ quando comprovada a prática da alienação parental. A referida lei considera a alienação parental da seguinte forma:

Art. 2º Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este (BRASIL, 2010).

A lei avalia que a prática da alienação parental desrespeita o direito da criança e do adolescente à convivência familiar de forma saudável. Assim, prevê que declarado indício de tal prática o processo passará a ter trâmite prioritário, podendo ser deferida a visitação na modalidade assistida.

Art. 4º Declarado indício de ato de alienação parental, a requerimento ou de ofício, em qualquer momento processual, em ação autônoma ou incidentalmente, o processo terá tramitação prioritária, e o juiz determinará, com urgência, ouvido o Ministério Público, as medidas provisórias necessárias para preservação da integridade psicológica da criança ou do adolescente, inclusive para assegurar sua convivência com o genitor ou viabilizar a efetiva reaproximação entre ambos, se for o caso.

Parágrafo único. Assegurar-se-á à criança ou adolescente e ao genitor garantia mínima de visitação assistida, ressalvados os casos em que há iminente risco de prejuízo à integridade física ou psicológica da criança ou do adolescente, atestado por profissional eventualmente designado pelo juiz para acompanhamento das visitas (BRASIL, 2010).

E, em havendo indícios da prática da alienação parental a autoridade judiciária poderá determinar a realização de perícia psicológica ou biopsicossocial⁴, de onde se conclui a necessidade de intervenção técnica, no caso em estudo, a intervenção do assistente social.

Nesse contexto, conforme ressalta Sousa (2010), é preciso refletir a importância de que os profissionais que lidam frequentemente com esta problemática, a exemplo de assistentes sociais, psicólogos, psiquiatras e profissionais do direito sejam “continuamente capacitados para fazerem de suas intervenções [...] efetivas contribuições para a proteção e garantia dos direitos de todos e não uma avaliação centrada na busca da verdade, ou de provas para a punição” (SOUSA, 2010, p. 9).

É importante ainda considerar o contexto institucional de atuação do assistente social e as implicações que daí decorrem, dado o papel do direito na sociedade capitalista, sua relação íntima com o capital, e, portanto, sua impossibilidade de

⁴ A lei prevê ainda uma série de atribuições atinentes ao exercício do perito, seja ele psicólogo, assistente social ou profissional da área médica, assinalando que estes devem ter aptidão comprovada para diagnosticar casos de alienação parental (art. 5º).

gerar mudanças estruturais, atuando na direção contrária, ou seja, no enquadramento dos sujeitos nas leis em vigor. Assim, ao pensarmos o papel do Estado, seja por meio do legislativo que elabora as leis, do judiciário que determina seu cumprimento pelos indivíduos ou mesmo do executivo com seu papel de promover políticas sociais, entendemos que todas as mudanças que se observam no contexto atual e que se referem à redução do Estado social e sua expansão pela via penal não passam ao largo da discussão a que nos propomos realizar. Conforme destaca Brisola (2012) apoiada nas constatações de Wacquant, “[...] evidencia-se que a emergência do chamado Estado penal, em detrimento do Estado social, situa-se no contexto da crise do capital, a qual afeta todas as instâncias da vida social” (BRISOLA, 2012, p. 131).

De acordo com FÁVERO (2012, p. 138):

Não se pode deixar de refletir também se não está existindo uma demanda excessiva de ‘normatização’ da vida cotidiana, ou de interpretações equivocadas de normas existentes, demonstrando o ‘olho panóptico’ do Estado (numa perspectiva foucaultiana) no dia a dia dos sujeitos. Ou seja, a presença do Estado, por meio de suas várias instituições e agentes, examinando, avaliando, classificando, enfim, controlando comportamentos e atitudes considerados fora da ‘normalidade’ ditada pelos padrões ideológicos dominantes, com vistas à construção de saberes que fundamentem medidas disciplinadoras e punitivas.

Outra questão considerada neste estudo refere-se ao caráter histórico da instituição família, compreendendo-a como uma construção histórica dos papéis de homens e mulheres culminando, portanto, no desempenho dos papéis parentais. Para que possamos compreender a alienação parental é importante situá-la no contexto histórico de mudanças da família, da construção dos papéis historicamente delegados a homens e mulheres e, portanto, pais e mães. A importância de situar a família nos diferentes contextos históricos é essencial ao considerarmos as mudanças ocorridas e que acabam por delinear uma nova realidade onde os pais (homens), por longo tempo considerados provedores, passam na atualidade a lutar pelo direito de também cuidar e se relacionar com seus filhos.

Estudiosos como Badinter (1985) refletem que a exaltação da maternidade é um fenômeno relativamente recente na história das sociedades ocidentais. Para a autora o amor materno não é inerente à mulher, antes é produto das mudanças desde o início do século XIX, já que anteriormente a esse período é possível se

verificar em todo o momento o poder paterno que sempre acompanhava a autoridade marital.

No que tange ao Serviço Social não foi constatado um número considerável de produções relacionadas ao tema da alienação parental, sendo que daquelas consultadas, muitas se encontram em nível de graduação⁵. Embora não tenha sido verificada uma quantidade significativa de produções específicas no âmbito do Serviço Social tal “problemática” não é esquecida sendo citada por importantes referências da profissão no cenário brasileiro, sobretudo na área sociojurídica.

Fávero (2012, p. 141) ao refletir acerca das demandas sobre as quais os assistentes sociais atuam no cotidiano do poder judiciário aborda as várias expressões da questão social manifestadas nas ações judiciais, tais como ausência ou precarização do trabalho, falta de ou baixa renda, ausência de políticas sociais, violência intrafamiliar e conflitos familiares, dentre outras. Ao tratar das expressões da questão social que se manifestam nas relações de gênero a autora dá destaque para a alienação parental:

[...] também o que vem sendo chamado de “alienação parental” – que envolve a formação, na criança, de uma imagem negativa do genitor não guardião, geralmente pelo genitor que está com a guarda em um processo de separação, o que necessita ser devidamente conhecido e explicado no âmbito das transformações socioculturais [...].

Essa mesma estudiosa, ao refletir sobre a investigação e a construção do conhecimento, situa novamente o tema da alienação parental questionando-se:

[...] quando se fala em separação conjugal, em guarda compartilhada, em síndrome de alienação parental, o que existe de investigação sobre o assunto por parte do Serviço Social, considerando a dimensão histórica e cultural dessa realidade? (FÁVERO, 2012, p. 144).

Desse modo, ao tratarmos propriamente das abordagens existentes sobre o tema na produção teórica do Serviço Social observou-se que versavam de um modo geral sobre aspectos como a importância da lei 12.318/2010 (lei “da alienação parental”), a responsabilidade ética do profissional no enfrentamento da questão, aspectos referentes à relevância do tema e o reconhecimento acerca da pouca produção por

⁵ A pouca produção do Serviço Social em nível de pós-graduação referia-se a artigos *online* ou publicados em livros sobre o tema.

parte do Serviço Social⁶, além da ausência de políticas públicas voltadas para atender os casais quando do fim da união. Outras chegavam a assinalar o papel do assistente social como um profissional para “detectar” a síndrome da alienação parental⁷. Alguns textos se dedicavam a abordar os sintomas e os estágios⁸ da chamada SAP (síndrome da alienação parental) bem como as medidas previstas na lei e a possibilidade de criminalização das atitudes do alienador.

Destaca-se o esforço empreendido por Barbosa e Castro⁹ (2013) que se lançam ao desafio de pensar o tema no âmbito do Serviço Social e da Psicologia, respectivamente. As autoras partem de uma análise sistêmica sobre a família, buscando situá-la em diferentes teorias para em seguida refletirem sobre o perfil dos genitores e das famílias cujos processos chegam àquele setor e por fim discutir “a família revelada pelo estudo psicossocial” bem como os desfechos do processo judicial a partir da manifestação técnica.

Lima e Santos (2012) tratam da síndrome da alienação parental a partir de um estudo de caso com enfoque social e psicológico. As autoras partem de uma abordagem interdisciplinar e a partir da experiência profissional de ambas no trato da questão. Consideram que “a clareza sobre a necessidade do trabalho conjunto foi imprescindível para o direcionamento das avaliações [...]” (p. 163). Após oferecerem algumas “aproximações conceituais” sobre o tema, as autoras comentam acerca do processo de acompanhamento de um determinado “caso” e os aspectos “psicossociais” da alienação parental, permeado por alguns relatos emocionantes da família em questão, que denotam todo o sofrimento que a alienação parental e/ou a síndrome da alienação parental podem acarretar a todos os envolvidos.

⁶ Por exemplo, o artigo de autoria de LIMA, Edna Fernandes da Rocha. O serviço Social nas Varas de família- demandas e desafios frente à alienação parental. Apresentado no 14º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais em São Paulo.

⁷ Artigo de autoria de LIMA, Carmem Tassiany Alves de. A síndrome da alienação parental: Um novo enfrentamento para o assistente social do Poder Judiciário. Disponível em: <<http://www.ambito-juridico.com.br/>>. Acesso em: 17 de dez. de 2014.

⁸ Ibidem.

⁹ Trata-se do livro “Alienação Parental: um retrato dos processos e das famílias em litígio”, um dos poucos livros em que se pode encontrar análises do Serviço Social acerca do tema. Contudo, trata-se de uma abordagem psicossocial, ou seja, construída através do diálogo entre Serviço Social e Psicologia, não sendo objetivo da pesquisa discutir a perspectiva exclusiva do Serviço Social acerca do tema.

Contribuição importante observou-se no artigo de Valente (2008a) que a partir de sua experiência no atendimento às famílias no judiciário, nos chama a atenção para o fato de que as famílias que litigam na justiça levam a esta instância questões bastante complexas que exigem dos profissionais que aí trabalham “uma compreensão profunda das relações familiares e das transformações operadas na família, nas últimas décadas” (p. 70). Para a estudiosa “a preocupação primordial do assistente social é desvendar os mecanismos da Síndrome da Alienação Parental como um processo” (VALENTE, 2008a, p. 72).

Diante de todo exposto, ao propormos a pesquisa em torno desse assunto temos clareza das dificuldades que advêm da insuficiente contribuição teórica por parte do Serviço Social, contudo, a constância e a intensidade com que tal problemática tem comparecido no âmbito do judiciário têm colocado aos profissionais dessa área o desafio de, por meio de sua intervenção profissional junto aos sujeitos envolvidos, materializar os princípios éticos que norteiam a profissão e contribuir para a efetivação dos direitos de todos os envolvidos.

Se por um lado a pouca produção sobre o tema no âmbito do Serviço Social reforça a relevância e a necessidade de discussão e aprofundamento do assunto, por outro traz grandes preocupações quanto à real possibilidade de sua consecução. Conforme esclarecemos, a revisão bibliográfica sobre o tema assinalou a dificuldade de obtenção de materiais que possam subsidiar uma abordagem aprofundada sobre a alienação parental no âmbito da intervenção profissional do assistente social.

Nesse contexto, a leitura de temas que foram se sucedendo à medida que nos debruçávamos sobre o estudo das políticas sociais tendo em vista a nossa vinculação ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da UFES, quais sejam a judicialização das expressões da questão social e a redução de um Estado social (políticas sociais) em detrimento de um Estado penal foram se mostrando importantes - senão para a compreensão do fenômeno da alienação parental, - pelo menos para o aclaramento do cenário em que a ação do assistente social se processa bem como as consequências que podem daí decorrer.

Assim, o caminho foi se delineando para a aproximação ao tema através do estudo da judicialização das relações e dos conflitos intrafamiliares, o que implica

necessariamente tratar do Estado Mínimo e do contexto de redução das políticas sociais, inclusive no que tange ao atendimento às famílias.

Dessa forma, no que se refere à linha de reflexão este estudo objetivou discutir a alienação parental no contexto da chamada judicialização das relações e dos conflitos intrafamiliares enquanto objeto do Serviço Social do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, considerando as mudanças societárias, o papel do Estado e do direito na estrutura e nas relações familiares vigentes. Buscou, ainda, ressaltar a discussão em torno das políticas sociais e do reflexo do Estado Mínimo para com o social como elementos indispensáveis para se pensar a intervenção do assistente social no âmbito do poder judiciário qualquer que seja a demanda específica que se apresenta.

Os temas centrais que perpassam o trabalho foram estabelecidos à priori (Estado, Direito, questão social, políticas sociais, judicialização, família, alienação parental e atuação profissional) e apresentados conceitualmente no conjunto dos capítulos, iniciando-se pelo debate da questão social e das políticas sociais, seguindo-se de algumas reflexões sobre o Estado e o Direito na sociedade capitalista e as consequências da redução do Estado para com o social, culminando no alargamento de sua face penal e da criminalização da questão social.

No segundo capítulo abordamos a judicialização buscando compreender se se constitui uma nova forma de “enfrentamento” da questão social bem como refletimos a intervenção do assistente social nesse contexto, ponderando ainda a respeito do “universo jurídico”, o papel do direito no contexto do modo capitalista de produção e a intervenção do assistente social no campo sociojurídico, visando a estabelecer algumas aproximações ao fenômeno da judicialização.

O capítulo seguinte compreendeu a discussão em torno das teorias críticas que propõem uma construção social da família e a relação desta com as políticas sociais, buscando-se assim situar a complexidade do tema e iluminar as discussões acerca da alienação parental.

No quarto capítulo estabelecemos algumas aproximações conceituais em torno da alienação parental e da Síndrome Alienação Parental (SAP) refletindo o Judiciário como palco das disputas entre os gêneros. Além disso, procuramos trazer à tona

algumas reflexões sobre a lei da alienação parental, até mesmo para avançar na compreensão em torno das implicações para os profissionais de Serviço Social.

Por fim, no quinto e último capítulo voltamos nossa atenção para a intervenção do assistente social em casos de alienação parental, destacando elementos como o caráter histórico da profissão, o papel de perito e os elementos metodológicos, éticos e técnicos da atuação profissional, buscando sempre conjugar as reflexões teóricas com a análise dos dados coletados a partir dos questionários respondidos pelos profissionais que participaram desta pesquisa.

Sobre o processo de pesquisa e a escolha metodológica

Partimos do pressuposto de que a pesquisa deve buscar responder a indagações que nos são impostas pela realidade, aspirando à profundidade aliada ao uso de critérios de cientificidade (PRATES, 2003). Desse modo, o esforço foi o de construir um trabalho que pudesse ultrapassar o caráter contemplativo, almejando-se uma investigação compromissada com os sujeitos em questão (PRATES, 2003). Por conseguinte, a opção pela perspectiva histórico-crítica nos pareceu a mais adequada ao estudo proposto porque relacionada e direcionada para a realidade social e para ações concretas com vistas à sua transformação (PRATES, 2003).

A utilização desse método tal qual refere Lima e Mito (2007, p.40)

[...] implica sempre em uma revisão e em uma reflexão crítica e totalizante porque submete à análise toda interpretação pré-existente sobre o objeto de estudo. Traz como necessidade a revisão crítica dos conceitos já existentes a fim de que sejam incorporados ou superados criticamente pelo pesquisador. Trata-se de chegar à essência das relações, dos processos e das estruturas, envolvendo na análise também as representações ideológicas, ou teóricas construídas sobre o objeto em questão [...].

No contexto do método crítico dialético o objetivo do pesquisador é ir para além da aparência fenomênica e imediata, a qual também constitui parte do real, mas não o explica. O objetivo do pesquisador deve ser buscar a essência do objeto, partindo da aparência, visando a capturar a estrutura e a dinâmica desse objeto, através de procedimentos analíticos, onde o pesquisador “reproduz no plano ideal a essência do objeto que investigou” mediante pesquisa (NETTO, 2011, p. 22).

A relação sujeito-objeto no processo do conhecimento teórico não é, portanto, uma relação de externalidade como ocorre em outras áreas como a física, por exemplo. Trata-se antes de uma relação “em que o sujeito está implicado no objeto”. Isso significa dizer que a pesquisa e a teoria resultante desta não são permeadas pela neutralidade, a qual muitas vezes é confundida com objetividade. Contudo, a objetividade do conhecimento teórico possui outra “instância de verificação de sua verdade” que vem a ser a prática social e histórica (NETTO, 2011, p.23).

Para Marx o papel do sujeito que pesquisa é essencialmente ativo precisamente porque busca apreender a essência de seu objeto, de sua estrutura e dinâmica, devendo então “mobilizar um máximo de conhecimentos, criticá-los, revisá-los e deve ser dotado de criatividade e imaginação” (NETTO, 2011, p. 25).

Para alcançarmos nossos objetivos empregamos os seguintes procedimentos: pesquisa bibliográfica considerando a possibilidade de acesso a livros, artigos, periódicos e dissertações/teses sobre os temas assinalados (família, alienação parental, judicialização, questão social, políticas sociais, Estado, direito e atuação profissional) visando a ampliar a base de informações para construção de nossos argumentos.

Para além da construção teórica, buscamos aliar as contribuições dos assistentes sociais lotados nas Centrais de Apoio Multidisciplinares do Poder Judiciário do Espírito Santo e que se dispuserem à contribuir com a pesquisa. A coleta de dados foi operacionalizada por meio da aplicação de questionário *on line* junto aos assistentes sociais. Cabe ressaltar que o número de profissionais que atuam nas CAM's (52 no total) foi levantado mediante informações contidas no site do TJES na “aba” “Portal Transparência”, no link Informações sobre pessoal/ relação de servidores e magistrados referente a agosto de 2015, último mês de atualização.

Realizamos o pré-teste a fim de aferir se o questionário estava consistente, se não apresentava ambigüidades ou linguagem inacessível, se as perguntas causavam algum embaraço ao informante ou outros aspectos relevantes. A única sugestão referiu-se à necessidade de inclusão de uma terceira opção de resposta na pergunta que se referia à ocorrência da alienação parental, sendo sugerido o acréscimo da opção “afirmo que há indícios, mas não afirmo a ocorrência”. Contudo, não

eliminamos a resposta do pré-teste, uma vez que a entrevistada sugeriu e respondeu à questão ao mesmo tempo.

Os profissionais foram contatados através de e-mail de grupo (e-mail do Fórum de Assistentes Sociais e Psicólogos do Poder Judiciário do Espírito Santo- FASP), redes sociais e aplicativo whatsapp, solicitando a colaboração e apresentando em linhas gerais o objetivo do trabalho. Aqueles que sinalizaram positivamente receberam o link do questionário através de seus e-mails. Registra-se que o quantitativo de profissionais (52) refere-se à população alvo da pesquisa, ou seja, à totalidade de assistentes sociais lotados nas CAM's do PJES. Por tratar-se de um número estatisticamente pequeno buscou-se alcançar todo o seu universo, pelos meios de comunicação já informados. No entanto, cabe ressaltar que não obtivemos o quantitativo total de respostas, e acreditamos que entre os motivos constam, fatores como licenças ou gozo de férias os quais podem ter interferido consideravelmente no número de respostas. Ademais, é sabido que o questionário apresenta possibilidades e limites em sua aplicação e no caso da modalidade *on line*, tal como empregamos, observa-se que constitui estratégia interessante do ponto de vista geopolítico, pois propicia a participação dos profissionais que se encontram lotados em CAM's por todo território capixaba. Por outro lado, trata-se de uma metodologia de coleta que requer do pesquisador um grande esforço no sentido de mobilizar a adesão do público alvo, mas que nem sempre atinge sua totalidade.

O questionário contou com perguntas alternativas e abertas que visavam captar a compreensão dos profissionais acerca do tema alienação parental, tomando por base a Lei da alienação parental, o projeto ético político profissional e a intervenção com famílias. Nesse sentido, algumas questões nortearam sua formulação, quais sejam: os profissionais possuem conhecimento acerca da lei? participaram de alguma discussão acerca do tema em seu local de trabalho? como eles/as têm se manifestado acerca da alienação parental nos autos do processo (utilizam a expressão alienação parental em seus pareceres ou considerações? utilizam a lei em suas considerações?); as expressões da questão social são identificadas?; quais disciplinas são apropriadas nas análises e pareceres e qual a perspectiva teórica adotada?; qual ideal de família encontra-se presente nas manifestações desses profissionais?; quais argumentos apresentam em torno da ocorrência da alienação

parental? (se apresentam); consideram que a formação profissional forneceu os elementos para lidarem com esta problemática? acreditam que conseguem materializar os princípios contidos no projeto profissional?

Ao final da coleta de dados havíamos registrado um quantitativo de 25 (vinte e cinco) respostas de um total de 29 (vinte e nove) profissionais que manifestaram o interesse em participar. As respostas seguiram diretamente para uma planilha no programa Google drive, o que possibilitou um maior sigilo, pois não permitia a vinculação entre a resposta e seu emissor, garantindo, portanto, maior confidencialidade ao entrevistado.

No que tange à análise dos dados optamos pela utilização de uma abordagem qualitativa, uma vez que os indicadores qualitativos são mais complexos e construídos de maneira articulada “a categorias de análise subjetivas ou conceituais e analisados a partir de técnicas como análise de conteúdo (PRATES, 2010, p.6).

A abordagem qualitativa, tal qual afirmam Lima e Miotto (2007, p. 38-39), faz com que o objeto de estudo apresente algumas especificidades, a saber:

- a) é histórico – está localizado temporalmente, podendo ser transformado;
- b) possui consciência histórica – não é apenas o pesquisador que lhe atribui sentido, mas a totalidade dos homens, na medida em que se relaciona em sociedade, e confere significados e intencionalidades a suas ações e construções teóricas;
- c) apresenta uma identidade com o sujeito – ao propor investigar as relações humanas, de uma maneira ou de outra, o pesquisador identifica-se com ele;
- d) é intrínseca e extrinsecamente ideológico porque “veicula interesses e visões de mundo historicamente construídas e se submete e resiste aos limites dados pelos esquemas de dominação vigentes” (MINAYO, apud LIMA; MIOTO, 2007, p. 38-39);
- e) é essencialmente qualitativo já que a realidade social é mais rica do que as teorizações e os estudos empreendidos sobre ela, porém isso não exclui o uso de dados quantitativos (MINAYO, apud LIMA; MIOTO, 2007, p. 38-39).

Os dados coletados foram primeiramente organizados em unidades de análise e em seguida classificados/codificados, identificando-se os aspectos relevantes em relação ao objeto e objetivos da pesquisa, articulando-se dados, referenciais teóricos e textos documentais.

Conforme destaca Creswell acerca da análise de dados (2010, p. 217):

Trata-se de um processo permanente envolvendo reflexão contínua sobre os dados, formulando questões analíticas e escrevendo anotações durante todo o estudo. Ou seja, a análise de dados qualitativos é conduzida concomitantemente com a coleta dos dados, a realização de interpretações e a redação de relatórios.

Assim, tendo em vista a opção pelo referencial histórico-crítico enquanto norteador da pesquisa e considerando os temas centrais elencados como orientadores para a coleta de dados, sendo aqueles privilegiadamente de natureza qualitativa, entendemos que a análise dos dados ocorre em um processo de aproximações sucessivas, pois conforme ressalta Prates (2003) o pesquisador não deve se dar por satisfeito com as primeiras impressões, ele deve empreender uma investigação processual em busca das questões mais significativas, aprofundando-as por sucessivas aproximações. Tal procedimento de análise ocorreu por meio de análise de conteúdo considerando que esta perspectiva “trabalha tradicionalmente com materiais textuais escritos” (BAUER; GASKELL, 2008, p. 195).

Ademais,

a análise de conteúdo é uma construção social. Como qualquer construção viável, ela leva em consideração alguma realidade, neste caso o corpus de texto, e ela deve ser julgada pelo seu resultado. Este resultado, contudo, não é o único fundamento para se fazer uma avaliação. [...]. A metodologia da análise de conteúdo possui um discurso elaborado sobre qualidade, sendo suas preocupações-chave a fidedignidade e a validade[...]” (BAUER; GASKELL, 2008, p. 203).

Cabe salientar ainda os procedimentos éticos de pesquisa que foram adotados ao longo do trabalho. Considerando que os dados foram recolhidos por meio de questionários *on line*, compreendemos que os riscos e desconfortos foram amenizados ou mesmo eliminados tendo em vista que não havia possibilidade de identificação do emissor das respostas, bem como não constava ao longo do referido projeto nada previsto no sentido de forçar nem expor os participantes a algum outro risco.

No corpo do questionário, antecedendo às perguntas propriamente, constava o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) o qual apresentava os objetivos do trabalho, os procedimentos éticos da pesquisa e informações necessárias ao consentimento do entrevistado, além de explicações gerais quanto ao preenchimento. Considerando a modalidade empregada, ou seja, questionário *on*

line, não foi possível obter-se os termos de consentimento livre e esclarecido impressos, dada a impossibilidade de identificação da/os entrevistados.

As informações coletadas foram utilizadas somente para os propósitos desta pesquisa. Portanto, garantindo a manutenção do sigilo e da privacidade dos entrevistados em todas as fases desta pesquisa. Não houve ao longo do trabalho necessidade de indicação de Comarcas contatadas. Empregamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, por meio do qual reiteramos nosso compromisso em preservar a identidade dos profissionais bem como prestamos todos os esclarecimentos acerca da pesquisa.

Compreendemos que por meio de tais estratégias estabelecemos o compromisso com a dignidade e autonomia dos profissionais, bem como asseguramos “a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não-estigmatização” dos sujeitos dessa pesquisa (BRASIL, 1996, p. 2). Evitam-se com isso, danos previsíveis decorrentes de tal identificação, maximizando os benefícios da pesquisa ante sua relevância social, conforme já destacado. Já em relação aos “achados” desta pesquisa, ressaltamos nosso compromisso com a publicização dos fatos ou informações relevantes por nós constatados, em conformidade com a normativa que rege os procedimentos éticos em pesquisa (BRASIL, 1996).

Ante todo exposto, consideramos que o estudo da temática com o foco que propomos assume grande importância, pois propicia o exercício da dimensão investigativa no processo contínuo de formação profissional da/o assistente social, enquanto um dos atores inseridos no poder judiciário e, portanto, atuando junto à população usuária do serviço jurisdicional a qual procura no Judiciário, a possibilidade (muitas vezes a última) de ter reconhecido e reparado algum prejuízo ou injustiça vivenciada.

1- ESTADO, QUESTÃO SOCIAL, POLÍTICAS SOCIAIS E DIREITO

Como afirmamos de início o objeto de nosso estudo refere-se à intervenção da/o assistente social em casos de alienação parental, levando-se em conta a crescente judicialização das relações e dos conflitos intrafamiliares, num contexto marcado por mudanças societárias, que reverberam na constituição e desempenho dos papéis parentais.

Entendemos que se faz necessária uma abordagem que considere o aspecto sócio-histórico da constituição dos papéis parentais, compreendendo os sujeitos enquanto seres em constante construção e transformação, afetados pelas mudanças societárias que repercutem nas relações sociais, portanto, também nas relações familiares.

Dessa forma, torna-se indispensável refletir sobre o papel desempenhado pelo Estado no que se refere ao trato da questão social e de suas múltiplas expressões, as quais cada vez mais vêm sendo respondidas através de ações que denotam uma lógica punitivo-repressiva em detrimento de um papel social amplo e irrestrito. Conforme Faria (2001):

[...]. Em outras palavras, com a globalização, os “excluídos” do sistema econômico perdem progressivamente as condições materiais para exercer seus direitos básicos, mas nem por isso são dispensados das obrigações e deveres estabelecidos pela legislação, principalmente a penal. Com suas prescrições normativas o Estado os integra ao sistema jurídico basicamente em suas feições marginais – isto é, como devedores, invasores, réus, transgressores de toda natureza, condenados etc. Diante da ampliação da desigualdade, dos bolsões de miséria, da criminalidade e da propensão à desobediência coletiva, cabe ao Estado-nação – e, dentro dele, ao Poder Judiciário – funções eminentemente punitivo-repressivas. [...] (FARIA, 2001, p. 14).

Por conseguinte, entendemos ser necessário refletir o papel do Direito, tal qual o do Estado, no contexto do modo capitalista de produção, considerando as instituições que compõem a chamada área sociojurídica e que integram o Estado Democrático de Direito cuja raiz se encontra pautada numa concepção burguesa de democracia que

[...] ao incorporarem os valores dominantes na aplicação de normas, realizam funções de controle de comportamentos e atitudes “desviantes” em favor daqueles valores. Por outro lado, por estarem imersas numa realidade contraditória, acompanhando o movimento dialético dos processos sociais, podem facilitar o acesso de indivíduos e grupos a direitos de cidadania. Tal consideração traz à tona a concepção do Direito não apenas enquanto norma dominante, pois o mesmo “[...] surge na dialética social e no processo histórico (LYRA FILHO, apud SILVA, 2012, p. 145).

Refletiremos que o Estado não é uma instituição neutra, que paira sobre os conflitos de classe. Ao contrário, segundo a concepção marxista, matriz teórica na qual buscaremos respaldar nossas reflexões, a existência do Estado por si só é a prova de que a sociedade encontra-se dividida em classes.

Pelo exposto, evidencia-se a necessidade de iniciar o debate retomando as discussões relacionadas à questão social e às políticas sociais, para em seguida explicitar nossa compreensão acerca do papel do Estado e do Direito no contexto do modo capitalista de produção. Ao abordar a categoria Estado, o faremos apontando processos como a expansão do Estado Penal no trato da questão social e no enfrentamento de suas expressões, o que vem acarretando um cenário de incertezas e de abandono às necessidades das famílias ante o contexto de redução estatal e de fragmentação e focalização das políticas sociais. Quanto ao Direito, ressaltaremos como ponto de partida a crítica marxista realizada por importantes autores que se seguiram a Marx e se dedicaram à empreitada de elaborar uma crítica radical do Direito, apontando seus limites inerentes ao contexto capitalista.

1.1- RETOMANDO O DEBATE DA QUESTÃO SOCIAL E DAS POLÍTICAS SOCIAIS

Retomando a discussão em torno da questão social observamos de forma preliminar as contribuições de Iamamoto (2008, p.162) a qual afirma que “a expressão ‘*questão social*’ é estranha ao universo de Marx, tendo sido cunhada por volta de 1830 e tratada historicamente “sob o ângulo do poder, vista como ameaça que a luta de classes – em especial a presença política da classe operária – representava à ordem instituída” (p. 162). Contudo, para a autora, embora tal expressão nunca tenha sido empregada por Marx, os processos sociais traduzidos pela questão social estão no centro de sua análise “sobre as classes sociais e suas lutas na sociedade capitalista” (IAMAMOTO, 2008, p.162-163).

Santos (2012) explicita que os elementos da crítica da economia política marxiana bem como aqueles fornecidos pela “lei geral da acumulação capitalista” dão a direção em torno do entendimento da questão social, de modo que sua gênese não pode ser descolada do processo de acumulação ou reprodução ampliada do capital. Tal processo tem por base a incorporação de tecnologias de forma permanente pelos capitalistas visando ao aumento de produtividade e a consequente diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário. Ou seja, trata-se do aumento do capital constante em detrimento do capital variável (força de trabalho).

A concentração do capital fora abordada por Marx, por exemplo, em suas análises sobre a “*Lei Geral da Acumulação Capitalista*” bem como no capítulo XXIV intitulado “*A Assim chamada acumulação primitiva*” (MARX, 1996) ao discutir a gênese do capitalismo industrial, trazendo ainda análises acerca da brutalidade e violência que constituíra tal processo de acumulação para os trabalhadores. Trata-se de um período da pré-história do capital e do modo capitalista de produção que consistiu na separação do homem em relação aos meios de trabalho.

Em que pese a importância e o reconhecimento da questão social como algo intrínseco à teoria marxiana, há que se observar a dificuldade em se datar com exatidão o seu surgimento como um fenômeno da vida social. Assim, assevera Santos (2012) que tal tarefa exige cuidados, embora reconheça que, apesar da impossibilidade de uma precisão, é unânime na literatura que aborda os fenômenos constitutivos da questão social, ou seja, o pauperismo e as lutas do proletariado

contra a burguesia, “a afirmação dessa gênese por volta de 1830” (SANTOS, 2012, p. 31).

Diante das mudanças intensas pelas quais a sociedade tem passado poder-se-ia concluir que também a questão social tem sofrido transformações, assim como suas múltiplas expressões. Entretanto, a essência da questão social continua a mesma, ou seja, a contradição inerente entre o capital e o trabalho. Não se trata, portanto, de uma “metamorfose da questão social” tal qual defende Robert Castel (2008) ou de “uma nova questão social” como advoga Pierre Rosanvallon (1998). Conforme Netto (2001, p. 45) “o desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a ‘questão social’” sendo suas manifestações indissociáveis da dinâmica do capital, ou seja, ela é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo.

Montaño (2012, p. 271) ressalta que a expressão questão social passou a ser maciçamente empregada “após a separação positivista, no pensamento conservador, entre o econômico e o social”, sendo este último considerado como um fato social, natural, a-histórico e “desarticulado dos fundamentos econômicos e políticos da sociedade”, de modo que nem os seus fundamentos nem as soluções para resolução da questão social passam por uma mudança de ordem estrutural. Nesse contexto, as manifestações da questão social passam a ser tratadas não como consequências da exploração econômica, mas como fenômeno de ordem pessoal, de responsabilidade individual.

Iamamoto (2010, p. 268) afirma que “a questão social é indissociável da forma de organização da sociedade capitalista” e que foi através do processo de lutas sociais que se pode romper o domínio privado nas relações entre capital e trabalho. Dessa forma, foi possível extrapolar a questão social para a esfera pública, o que passou a exigir do Estado ações interventivas concernentes ao reconhecimento e legalização de direitos e deveres dos sujeitos envolvidos por meio das políticas sociais.

No que se refere ao reconhecimento da questão social, Montaño (2012, p. 275) ressalta que esta somente passou a ser tratada como pertencente à esfera política no contexto de expansão capitalista do pós Segunda Guerra. Passou a ser concebida não mais como um problema do indivíduo, mas como consequência do ainda insuficiente desenvolvimento social e econômico” (MONTAÑO, 2012, p. 275). Não há dissenso entre os muitos autores que estudam as políticas sociais quanto a

essa informação, conforme destaca Montañó (2012) ao ponderar que no contexto do capitalismo monopolista o Estado passa a assumir funções primordiais para essa nova forma de acumulação.

Boschetti (2012, p. 757), ao tratar dos sistemas de proteção nos países europeus, constata que estes se desenvolveram de forma ampla após 1945 como “uma importante estratégia de manutenção do pleno emprego e ampliação do consumo” funcionando, pois, como “importantes estratégias de sustentação do forte crescimento no período de predomínio da regulação fordista-keynesiana, entre as décadas de 1940-1970”.

Entendemos que as políticas sociais são respostas às múltiplas expressões da questão social e que devem ser “concebidas como um produto da correlação de forças sociais presentes nos mais diferentes movimentos conjunturais” (SILVA, 1989, p.11). Sua existência refere-se a um “fenômeno associado à constituição da sociedade burguesa, ou seja, do específico modo capitalista de produzir e reproduzir-se” (BEHRING, 2000, p. 21).

Pastorini (2007) também reafirma que as políticas sociais não podem ser analisadas estritamente como mecanismos que contribuem para a acumulação do capital. Devem ser entendidas como uma relação entre classes, como uma mediação entre sociedade civil e Estado, com sua dupla característica de coerção e de consenso, de concessão e conquista.

Behring e Boschetti (2007, p. 51) ponderam que as políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social

[...] são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento – em geral setorializadas e fragmentadas – às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho [...].

As concepções apresentadas convergem para a compreensão da funcionalidade das políticas sociais no contexto capitalista. Assim, adotamos no presente estudo a ênfase das políticas sociais numa perspectiva de totalidade, onde se consideram os aspectos econômico-políticos, concebendo-as como

[...] mecanismos de redução de custos de manutenção e reprodução da força de trabalho, favorecendo a acumulação e a valorização do capital, além de ser instrumento de legitimação da ordem e de redução de conflitos (PASTORINI, 2007, p. 81).

Ao analisarmos o contexto atual o que se verifica é que as políticas sociais têm sido objeto de grandes mudanças em decorrência do neoliberalismo¹⁰ em curso, que aponta para “novas” formas de intervenção em relação aos problemas sociais, privilegiando ações de cunho filantrópico em detrimento de uma concepção amparada nos direitos. Tendem a se apresentar de forma fragmentada e pulverizada de modo a também pulverizar e particularizar as expressões da questão social em problemas sociais, em “problemas do indivíduo isolado e da família [...] perdendo-se a dimensão coletiva e o recorte de classe da *questão social*, isentando a sociedade de classes da responsabilidade na produção das desigualdades sociais” [...] (IAMAMOTO, 2008, p.164, grifo da autora).

Ao considerar a realidade brasileira Mota e Amaral (2000) acrescentam que as marcas da reestruturação produtiva¹¹ no Brasil têm se expressado na redução dos postos de trabalho, no desemprego e na transformação dos trabalhadores por conta própria em trabalhadores sem carteira assinada. Tal processo de reestruturação se consolida como estruturadora de uma cultura moderna, cujos principais valores consistem na competência e eficiência do setor privado, bem como a (des)responsabilização do Estado no que se refere à proteção do trabalho.

Ora, em um Estado de preceitos liberais – que tem como fio condutor a ideia de que cada indivíduo agindo em seu interesse próprio, quando atuando em uma coletividade, estaria maximizando o bem-estar coletivo – é o mercado que se mostra capaz de assegurar o bem-estar, sendo o Estado um mal necessário, ou seja, necessário para intervir em áreas que não são atrativas para o mercado. Assiste-se

¹⁰ O termo neoliberalismo refere-se “a um conjunto ideológico” difundido para legitimar “a estratégia do grande capital” o qual visa a “romper com as barreiras sociopolíticas, e não somente com aquelas que dizem respeito às suas relações com o trabalho [...]”. Trata-se da disseminação de teses de cunho altamente conservador, difundidas desde a década de 1940 pelo economista F. Hayeck (1899-1992), e vulgarizadas nas décadas subsequentes, e que constitui uma ideologia que compreende uma concepção de homem competitivo e calculista; de sociedade como “meio de o indivíduo realizar seus propósitos privados”, sendo a desigualdade algo natural e necessário (NETTO; BRAZ, 2006, p. 226). Tal ideologia sustenta-se ainda na “diminuição” do Estado e na necessidade de cortes, criticando a intervenção estatal na economia, embora, contraditoriamente, a economia capitalista não consiga funcionar sem ela (NETTO; BRAZ, 2006).

¹¹ ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 12ª ed. São Paulo: Cortez; Campinas, São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2007.

com isso a negação das políticas sociais (universais), pois estas, para os liberais, estimulam o ócio e o desperdício e devem funcionar como um paliativo.

As mudanças no desenho das políticas sociais, no entanto, não são novas. Podiam ser verificadas no cenário europeu conforme sinalizava Rosanvallon (1998) ao tratar do “declínio da sociedade securitária”, “da crise do Estado Providência” desde a década de 1970.

Em produção recente, Boschetti (2012) realizou uma incursão no estudo das políticas sociais e constatou o processo de sucessivas reformas que vêm se processando na Europa, inclusive em países de reconhecida tradição socialdemocrata. A autora também enfatiza a década de 70 como sendo marcante no direcionamento dos sistemas de proteção e prossegue afirmando que “as contrarreformas no âmbito dos sistemas de proteção social atingiram todos os países europeus na década de 1990-2000 e alteraram profundamente sua lógica redistributiva [...]” (BOSCHETTI, 2012, p. 778).

O ambiente de crise após a década de 1970 evidencia os limites do Estado social capitalista, e as medidas adotadas mostram que as opções políticas de respostas à crise, apesar das especificidades nacionais, tiveram como ponto comum as transferências dos custos da crise para a classe trabalhadora, por meio da redução dos direitos, da incitação às atividades e trabalhos sem direitos, do aumento do desemprego, da ampliação das contribuições sociais trabalhistas e dos impostos indiretos, de natureza regressiva. Em muitos casos, as contrarreformas procederão a mudanças estruturais nas lógicas do sistema de proteção social (BOSCHETTI, 2012, p. 764).

Dessa forma, observa-se que a questão social no Brasil – que emerge no final do século XIX em meio a um processo de industrialização e que permanece por várias décadas sendo concebida como desordem – agora se depara com os preceitos impostos por uma lógica de redução dos gastos sociais, redução que impacta sobremaneira as políticas sociais e, por consequência as condições de vida da classe trabalhadora (ARCOVERDE, 1999).

Conclui-se que as mudanças em curso reforçam a incompatibilidade entre a acumulação do capital e a universalização de direitos, de modo que para além da redução do Estado no enfrentamento da questão social estamos a assistir a tendência à sua criminalização, onde

[...] as múltiplas e diferenciadas expressões da questão social são desvinculadas de sua gênese comum, desconsiderando os processos sociais contraditórios – na sua dimensão de totalidade – que as criam e as transformam (IAMAMOTO, 2008, p.163-164).

E nesse contexto de criminalização da questão social noções como as de “classes perigosas” têm sido recicladas, retirando a compreensão de classe laboriosa e reforçando a ideia de repressão e extinção (IAMAMOTO, 2000). A questão social passa a ser naturalizada e suas manifestações alvo de programas assistenciais que se miram no combate à pobreza ou em expressões da violência dos pobres por meio de segurança e repressão, ou seja, a nova forma de enfrentamento da questão social é caracterizada por medidas focais e paliativas de combate à pobreza, por meio de redes de proteção social baseadas no voluntarismo e cooperativismo (GUERRA, 2007).

Infere-se, portanto, que apreender a questão social é captar as diversas formas de pressão social, bem como as formas de reinvenção da vida cotidiana (IAMAMOTO, 2006), não devendo a questão social ser focada na desigualdade social entre pobres e ricos. Trata-se de buscar “demonstrar as particulares formas de luta e de resistência material e simbólica acionadas pelos indivíduos à questão social” (IAMAMOTO, 2006, p. 59).

[...] a *questão social* condensa o conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais, alcançando a plenitude de suas expressões e matizes em tempo de capital fetiche. As configurações assumidas pela *questão social* integram tanto determinantes históricos objetivos que condicionam a vida dos indivíduos sociais, quanto dimensões subjetivas, fruto da ação dos sujeitos na construção da história (IAMAMOTO, 2008, p. 156).

Compreende-se, portanto, que dar visibilidade a estas particulares formas de luta e de resistência constitui compromisso profissional do Assistente Social e disso trataremos mais adiante e de forma mais detida, tendo em vista ainda o contexto institucional, ou seja, a intervenção profissional no judiciário, lócus privilegiado de interlocução com o Direito sobre o qual refletiremos, a seguir, nos marcos do capitalismo.

1.2- CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTADO E O DIREITO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Como explicitamos de início, nossa intenção consiste em estabelecer algumas aproximações teóricas ao “fenômeno” que vem sendo chamado de judicialização. Para alcançar os objetivos a que nos propomos, julgamos ser indispensável retomar a compreensão marxista em torno do Estado e também do direito.

Inicialmente cabe considerar que Marx não elaborou uma teoria de Estado de forma sistemática, o que não significa concluir que em suas análises não o tenha contemplado. Conforme Herrera (2011) as análises de Marx, e também de Engels sobre o Estado, são numerosas desde os primeiros escritos, ao contrário do que afirmam muitos estudiosos.

Em seus primeiros estudos, Marx apresentou a ideia de um Estado como expressão alienada da sociedade civil, bem como em suas primeiras análises em relação ao Estado político e a sociedade civil à época burguesa, descreveu o homem como essencialmente comunitário (HERRERA, 2011).

O Estado político aperfeiçoado é, por natureza, a vida genérica do homem em oposição à sua vida material. Todos os pressupostos da vida egoísta continuam a existir na sociedade civil, fora da esfera política, como propriedade da sociedade civil. Onde o Estado político alcançou o pleno desenvolvimento, o homem leva uma dupla existência – celeste e terrestre, não só no pensamento, na consciência, mas também na realidade, na vida. Vive na comunidade política, em cujo seio é considerado como ser comunitário, e na sociedade civil, onde age como simples indivíduo privado, tratando os outros homens como meios, degradando-se a si mesmo em puro meio e tornando-se juguete de poderes estranhos. O Estado político, em relação à sociedade civil, é justamente tão espiritual quanto o céu em relação à terra (MARX, 1989, p. 12-13).

O “conceito crítico” de Estado foi se complexificando à medida que se avançavam as pesquisas teóricas e os acontecimentos históricos. Assim, Marx aperfeiçoará a análise em torno da superestrutura jurídico-política que se ergue sobre a infraestrutura econômica. A democracia também será concebida de forma diferente, ou seja, se anteriormente era entendida como uma “verdade em si” agora será considerada uma representação ideológica (HERRERA, 2011). Esta “mudança” nas análises se deve ao fato de os autores partirem do exame de situações concretas, portanto, da observação da realidade em seu tempo histórico, a partir dos acontecimentos de seu tempo.

De acordo com Mandel (1977) o fundamento da teoria marxista do Estado defende que este é um órgão especial que surge em dado momento da história da humanidade e que está fadado a desaparecer no próprio processo de evolução humana. Ele é fruto da divisão da sociedade em classes, tendo surgido como instrumento da classe dominante visando manter o domínio desta classe sobre a sociedade.

Não obstante, para a teoria marxista o exercício das funções do Estado, de um modo geral, encontra-se relacionado à existência de conflitos sociais, ou seja, a própria existência do Estado é a prova de que os conflitos sociais permanecem, assim como a escassez de bens. Portanto, trata-se de um período da história humana (que abrange dez mil anos) que inclui a transição entre capitalismo e socialismo, onde “há de sobreviver o Estado” enquanto perdurarem os conflitos demandando a existência de um árbitro para tal (MANDEL, 1977).

Mas segundo Mathias e Salama (1983, p.19-21) o Estado não é um árbitro neutro, ele aparece como não é e “sua natureza de classe é encoberta” aparentando uma neutralidade que “repousa sobre o fetichismo da mercadoria” baseado numa “pseudo relação de igualdade”. Estes mesmos autores chamam atenção ainda para a intervenção estatal e como esta ocorre nos países subdesenvolvidos e nos desenvolvidos: nestes o Estado intervém de forma mais relevante na reprodução da força de trabalho do que no setor produtivo; naqueles, geralmente ocorre o processo contrário (MATHIAS; SALAMA, 1983).

É preciso ter em conta que no contexto atual o Estado é também considerado como resultado das contradições e lutas de classes. Trata-se de “uma instituição própria do sistema capitalista, orientado a garantir os fundamentos da *acumulação capitalista* [...]; promover a *legitimação da ordem social vigente* [...] e responder a demandas das classes trabalhadoras [...]” (MONTAÑO; DURIGUETO, 2010, p. 143-144, grifo dos autores). Ou seja, ele permanece a exercer funções que visam à coerção, mas agrega também aquelas que buscam a construção do consenso, pois passa a ser pressionado a incorporar demandas da classe trabalhadora, e assim o faz em alguns momentos como forma de “pôr fim a uma luta que possa desestabilizar o sistema” (MONTAÑO; DURIGUETO, 2010, p.145).

No que se refere ao Direito, considera-se que a crítica decorrente da teoria marxista guarda relação com a própria crítica ao Estado e ao modo de produção capitalista. Estado este que é composto por todo um aparato coercitivo: polícia, forças armadas, sistema prisional, sistema de justiça, entre outros.

Em obras como *Contribuição à Crítica da Economia Política* encontramos elementos de crítica de Marx ao direito aliado à sua compreensão em torno de uma infraestrutura econômica sobre a qual se ergue a superestrutura jurídica e política.

[...] as relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência, em suas totalidades [...]

[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual (MARX, 2008, p. 47).

Em seu estudo sobre a judicialização Alapanian (2005, p. 17) reitera tal percepção:

No que diz respeito ao papel do Direito e de sua relação com o Estado, Marx e Engels apresentam-nos a tese do Direito como um reflexo das concepções, das necessidades e dos interesses da classe social dominante. O Direito é produzido pelo desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, e, portanto, parte da superestrutura, [...].

Por outro lado, enfatiza a autora que Marx e Engels não pormenorizaram suas análises acerca do direito e sendo assim, é preciso buscar elementos em outros autores, também de tradição marxista, que se ocuparam da tarefa de esmiuçar o direito e sua relação com o capital.

Nesse sentido, outra obra que traz contribuições importantes para pensarmos o direito é “*O socialismo jurídico*” de Friedrich Engels e Karl Kautsky, escrita no século XIX. Os autores abordam as relações entre o direito e o capitalismo e tecem a crítica aos reformistas que propunham uma transição controlada, por meio da aquisição de direitos em detrimento de uma mudança estrutural da sociedade. À essa perspectiva

reformista, que tinha como expoente Anton Menger¹², os autores denominavam socialismo jurídico.

Em resposta à leitura equivocada de Menger e aos ataques que promovia em relação à teoria do valor de Marx (a quem acusava de plágio), Engels e Kautsky se empenharam em esclarecer que Marx não partiu da análise da exploração relacionada a uma forma injusta da distribuição, e sim das relações de produção. Os autores analisam o direito relacionando-o com a mercadoria, de modo que “o intercâmbio de mercadorias [...] engendra complicadas relações contratuais recíprocas” (NAVES, 2012, p.12).

Assim, constatam que:

A classe trabalhadora – despojada da propriedade dos meios de produção no curso da transformação do modo de produção feudal em modo de produção capitalista e continuamente reproduzida pelo mecanismo deste último na situação hereditária de privação de propriedade – não pode exprimir plenamente a própria condição de vida na ilusão jurídica da burguesia. Só pode conhecer plenamente essa condição se enxergar a realidade das coisas, sem as coloridas lentes jurídicas. A concepção materialista da história de Marx ajuda a classe trabalhadora a compreender essa condição de vida, demonstrando que todas as representações dos homens – jurídicas, políticas, filosóficas, religiosas, etc. – derivam, em última instância, de suas condições econômicas de vida, de seu modo de produzir e trocar os produtos (ENGELS; KAUTSKY, 2012, p. 21).

Em *A Ideologia alemã* Marx procurou demonstrar que a visão que os reformistas possuíam acerca do comunismo estava relacionada à ideia pequeno burguesa de propriedade. Tal concepção se mostrava incapaz de romper com a categoria propriedade, antes a deslocava “imaginariamente para um espaço não privado, mas que, na verdade, significa o gozo da propriedade por cada um, portanto, privadamente [...]” (NAVES, 2014, p.27).

Um dos maiores expoentes da crítica marxista ao direito é Pachukanis (1988). Tal qual Engels e Kautsky, Pachukanis mergulha na reflexão do direito e sua relação com a mercadoria, negando igualmente a “possibilidade de um direito socialista ou

¹² Anton Menger (1841-1906): Jurista austríaco, partidário de reformas sociais, um dos representantes do chamado socialismo jurídico, que tinha como objetivo criar um sistema de transformação puramente jurídica, legislativa, do regime capitalista em socialista. Obras: *Das Recht auf den vollen Arbeitsertrag in geschichtlicher Darstellung*, (O direito ao produto integral do trabalho. Exposição histórica), 1886; *Neue Staatslehre* (Nova teoria do Estado), 1906; *Neue Sittenlehre*, (Nova teoria moral), 1905. Disponível em: <<http://www.marxists.org>>. Acesso em: 03 de jun de 2015.

proletário”, reafirmando assim “as proposições de Marx e Engels a respeito da necessidade da extinção da forma jurídica juntamente com a extinção do Estado” (ALAPANIAN; 2005, p. 19).

Em sua obra *Teoria Geral do Direito e Marxismo* Pachukanis procura captar o direito em sua relação dialética, sem desprezar sua referência normativa, conquanto, indo além, buscando captar o movimento histórico real para além do formalismo, numa “tentativa de aproximar a forma direito da forma mercadoria” (1988, p.8).

Se a análise da forma mercantil revela o sentido histórico concreto da categoria do sujeito e põe a nu os fundamentos dos esquemas abstratos da ideologia jurídica, o processo de evolução histórica da economia mercantil-monetária e mercantil-capitalista acompanha a realização destes esquemas sob a forma da superestrutura jurídica concreta. Desde que as relações humanas têm como base as relações entre sujeitos, surgem as condições para o desenvolvimento de uma superestrutura jurídica, com suas leis formais, seus tribunais, seus processos, seus advogados etc.

Conclui-se, então, que os traços essenciais do direito privado burguês são ao mesmo tempo os atributos característicos da superestrutura jurídica [...] (PACHUKANIS, 1988, p. 10).

Pachukanis (1988) ressalta que não considera a forma jurídica “um simples reflexo de uma pura ideologia”, mas algo que tem uma história real, paralela, um “particular sistema de relações” (1988, p. 12). Para o autor a existência do direito está relacionada à sociedade burguesa, sendo as relações entre os produtores de mercadoria a mais desenvolvida, acabada e universal mediação jurídica (PACHUKANIS, 1988).

Sartori (2010) aborda em seu trabalho a discussão sobre o direito na perspectiva de análise de Lukács que procura tratar da processualidade do fenômeno jurídico, buscando recuperar seu caráter ontológico “por meio de sua função na reprodução social” (SARTORI, 2010, p. 74). O fenômeno jurídico na sociedade civil-burguesa na perspectiva lukacsiana não é algo neutro, autônomo ou livre de interesses:

É próprio do Direito, desta maneira, parecer algo dissociado das particularidades conflitivas da sociedade civil-burguesa, ao mesmo tempo em que essa mesma propriedade não decorre senão do caráter particularmente antagônico que permeia o fenômeno jurídico (SARTORI, 2010, p. 80).

De posse de tal perspectiva teórica argumenta Sartori que o fenômeno jurídico não é algo natural tal qual defendem os jusnaturalistas, mas ao contrário, é construído

histórica e socialmente, dotado de um conteúdo de classe, mas que em toda sua complexidade não pode ser considerado apenas por tal caráter, mas sim em meio ao complexo social e todas as suas representações, como a linguagem, a divisão do trabalho e o próprio cotidiano (SARTORI, 2010).

A partir das categorias legalismo, normalidade, subsunção e segurança jurídica Sartori (2010) estabelece algumas mediações que procuram alcançar a relação entre o Direito e a forma capital marcada pela alienação e fetiche da mercadoria. Desse modo, “a vontade da lei” que se mostra na aparência de forma unitária, é na verdade fruto de “compromissos entre atores cuja função é contraditória no desenvolvimento dos conflitos oriundos da sociedade civil-burguesa” (SARTORI, 2010, p. 80).

As autoras Yaakoub, Guerra e Ortiz (2013) ao refletirem sobre a concepção de “sujeito de direitos” trazem à tona elementos que reforçam a convicção em torno da relação entre mercadoria e direito na sociedade capitalista. Referenciando-se nas contribuições de Pachukanis, do próprio Marx e de Engels, mas também recuperando autores brasileiros que vem discutindo o tema, as estudiosas ressaltam a “relação intrínseca entre a forma jurídica e a forma capital”. O direito sob o ponto de vista ontológico seria uma “forma historicamente dada com relativa autonomia em face de outras instâncias, mas que estabelece uma relação historicamente determinadas com as mesmas” (2013, p. 2). O “sujeito de direitos” surge da necessidade de realizar-se o ato jurídico que constitui a troca. Ele encobre a essência das relações antagônicas, sendo sua base a economia política, que determina as bases sobre as quais a relação de troca (relação social) se processará (YAAKOUB; GUERRA; ORTIZ, 2013).

Eis que a partir das considerações até aqui elencadas acerca do Estado e do Direito infere-se a interrelação entre ambos, pois o Direito apenas pode se realizar visto que se relaciona a uma função política por meio do Estado compreendendo assim uma superestrutura jurídica e política tal qual expressa por Marx em seu *Prefácio à Crítica da Economia Política*.

1.3- ESTADO MÍNIMO, ESTADO PENAL E CRIMINALIZAÇÃO DA QUESTÃO SOCIAL

Até aqui dissertamos sobre a questão social e a funcionalidade das políticas sociais como estratégia de resposta às múltiplas expressões daquela. A partir de uma leitura baseada na teoria marxista acerca do Estado situamos o direito nesse contexto enquanto parte constitutiva do Estado capitalista, logo, de sua impossibilidade de operar transformações estruturais no contexto do referido modo de produção.

Cumpre-nos nesse momento, resgatar o Estado do qual estamos a tratar, qual seja, um Estado Mínimo para o social, marcado pela crescente criminalização da pobreza e dos movimentos sociais e cuja estrutura penal se alarga de forma considerável. Para esse momento tomamos de empréstimo as contribuições de Loïc Wacquant (2004) a respeito do Estado Penal.

Wacquant (2004) atesta que “o vento punitivo” que soprava dos Estados Unidos atravessou fronteiras e avançou para vários outros países. “A chave da prosperidade norte-americana, e a solução para o desemprego de massa, residiria numa fórmula simples, para não dizer simplista: menos Estado” (WACQUANT, 2004, p. 49). Para o estudioso, por de trás do “modelo” que os Estados Unidos exportam para o mundo há um complemento sócio-lógico que precisa ser considerado, qual seja

O superdesenvolvimento das instituições que atenuam as carências da proteção social (*safety net*) implantando nas regiões inferiores do espaço social uma rede policial e penal (*dragnet*) de malha cada vez mais cerrada e resistente. Pois à *atrofia deliberada do Estado social* corresponde a *hipertrofia distópica do Estado penal*: a miséria e a extinção de um têm como contrapartida direta e necessária a grandeza e a prosperidade insolente do outro (WACQUANT, 2004, p. 51).

Assim, considera o estudioso que por trás das exigências orçamentárias do “menos Estado” há a “mercantilização tanto da assistência como da prisão”. Em outras palavras, não se assiste apenas à gênese de um simples “complexo carcerário-industrial”, mas de um “*complexo comercial carcerário-assistencial*, ponta de lança do Estado liberal-paternalista nascente” (WACQUANT, 2004, p. 65).

O autor trata da realidade norte-americana e de sua expansão ao continente europeu por meio da propagação de “um novo senso comum penal neoliberal” que

atravessou o Atlântico e que tem feito seguidores em vários países, traduzido no famoso *slogan* da “tolerância zero” com maior repressão aos delitos de menor gravidade, vigilância sobre as populações consideradas de risco, desregulamentação da administração penitenciária, falta de especificidade no tratamento da “delinquência infantil” (WACQUANT, 2008).

Trata-se, portanto, de uma realidade que denota a retração daquele Estado na área social, com seguidos cortes no orçamento para financiamento das políticas sociais, a exemplo da saúde, da habitação, da assistência social, entre outras, observando o autor um deslocamento desses recursos para o campo da segurança pública, com adoção de políticas voltadas para o controle da ordem, com o apoio do aparato policial e do Judiciário (BRISOLA, 2012, p. 130).

Assim sendo, difícil não considerar que aqueles “ventos” a que alude o autor já não tenham sido soprados por aqui, afinal assistimos a constantes ataques aos movimentos sociais e vemos serem recicladas noções como a de “classe perigosa” em detrimento de classe laboriosa, com a consequente culpabilização dos indivíduos em prejuízo de uma análise que considere o recuo do Estado e de suas responsabilidades, sobretudo para com o social. Ademais, conforme conclui o próprio Wacquant (2008, p. 99):

Pois, por toda parte onde chega a se tornar realidade, a utopia neoliberal carrega em seu bojo, para os mais pobres mas também para todos aqueles que cedo ou tarde são forçados a deixar o setor do emprego protegido, não um acréscimo de liberdade, como clamam seus arautos, mas a redução e até a supressão dessa liberdade, ao cabo de um retrocesso para um paternalismo repressivo de outra época, a do capitalismo selvagem, mas acrescido dessa vez de um Estado punitivo onisciente e onipotente. A “mão invisível” tão cara a Adam Smith certamente voltou, mas dessa vez vestida com uma “luva de ferro”.

Ao se dedicar ao estudo da realidade brasileira no que se refere à expansão da face penal do Estado, Brisola (2012, p. 129) pondera que “a criminalização dos pobres não constitui estratégia nova”, bastando recordarmos as *Poor Law*¹³, que assim

¹³ Termo significa Lei dos pobres. “Em 1834, para atender aos ditames do Liberalismo, o sistema de proteção social foi revisto na *Poor Law Amendment Act*, que transformou um auxílio aos necessitados que antes era universal, em seletivo e residual. Essa Lei revisionista permitiu a formação de um mercado de trabalho mais competitivo e desprotegido, abrindo espaço para a ampliação do processo de industrialização e para a consolidação de uma economia de mercado. Ou seja, o conceito de renda mínima como um direito de cada cidadão foi bruscamente abolido e aos pobres, voltou a ser atribuída a responsabilidade de garantir sua própria sobrevivência” (CASADEI, S. F.; GÓIS, C. C.

como outras leis deixavam nítidas as formas de controle sobre essa população. Nesse sentido, considera a autora que “na lógica da criminalização, os jovens pobres e negros, a população de rua e os movimentos sociais são alvos preferenciais”. Não à toa, se observa que a população carcerária no Brasil quase quintuplicou entre os anos de 1994 e 2004 conforme aponta evidenciando que o eixo central desse novo movimento do capital referia-se a “desmantelar o estado previdenciário para instituir o estado penal” (BATISTA, 2012, p.5).

Apoiada nas constatações de Wacquant, Brisola (2012) destaca que “[...] *evidencia-se que a emergência do chamado Estado penal, em detrimento do Estado social, situa-se no contexto da crise do capital, a qual afeta todas as instâncias da vida social*” (BRISOLA, 2012, p. 131).

As autoras Coimbra e Scheinvar (2012) acentuam aspectos importantes acerca da questão penal no Brasil, levando em conta a ideia das subjetividades punitivo-penais:

Interessa-nos pensar as lógicas, as formas de subjetivação por meio das quais a sociedade brasileira contemporânea entende ser possível transformar o que lhe provoca descontentamento ou desespero no cotidiano (COIMBRA; SCHEINVAR, 2012, p. 60).

As autoras fazem uma crítica aguda acerca do direito ponderando que tal noção “é uma referência produzida como um conforto na sociedade liberal, subentendendo que o Estado assegurará o seu cumprimento e bem estar-coletivo prometido em nome dos chamados Direitos Humanos” (COIMBRA; SCHEINVAR, 2012, p.60). E complementam afirmando que

[...] a lei é vivida como uma verdade e, mais do que isto, como uma condição natural das pessoas e não como um campo de lutas, de forças. Contrariamente à ideia de a lei ser a expressão de conflitos, de luta de interesses, ela é assumida como uma condição essencializada [...] (COIMBRA; SCHEINVAR, 2012, p. 61).

Portanto, “a lógica dos direitos é a lógica punitivo-penal, segundo a qual ante a violação de uma lei cabe um julgamento e a decorrente punição” (COIMBRA; SCHEINVAR, 2012, p. 61).

No caso brasileiro há que se considerar ainda aspectos como a própria formação sócio-histórica sempre marcada pela presença da pobreza e dos pobres, do peso do escravismo e pela própria constituição do capitalismo. Sobre esse aspecto, interessante notar as reflexões de Carvalho (2002) que procura resgatar a discussão sobre a construção da cidadania no Brasil “seu significado, sua evolução histórica e suas perspectivas”. O referido autor sustenta que, ao contrário do que pretendia Marshall, o ideal de cidadania plena percorre caminhos diferentes de acordo com o país em questão, ou seja, no Brasil, diferentemente da Inglaterra de Marshall prevaleceu a ênfase sobre os direitos sociais em relação aos civis e políticos, assim como sua precedência sobre os demais (CARVALHO, 2002). O autor nos adverte que “o fenômeno da cidadania é complexo e historicamente definido” (p.8), de modo que o exercício de certos direitos não garante automaticamente o gozo de outros. Considera, pois, que a cidadania engloba várias dimensões e que nem todas se fazem presentes, de forma que o ideal de cidadania plena poderia ser considerado algo inatingível (CARVALHO, 2002).

Ademais, há que se considerar que no caso brasileiro o Estado social não chegou a se consolidar tal qual a experiência de outros países no período histórico do Welfare State. No Brasil nunca se alcançou o pleno emprego ou chegou-se a implementar padrões de proteção social, tendo ficado mais restrito aos trabalhadores com vínculo formal de trabalho. Somente com a Constituição Federal de 1988 ensaiou-se um sistema de proteção social tendo por base a noção de direito, mas contraditoriamente é também o momento histórico de implantação do neoliberalismo com seu receituário desregulamentador baseado em menos Estado para as políticas sociais. Conforme ressalta Mito (2009, p. 143) “a partir dos anos 1990 se acirra no Brasil um processo de disputa entre diferentes projetos políticos para a sociedade brasileira, nos quais a questão da proteção social joga papel fundamental”. E nesse contexto, observa-se de um lado a tentativa de afirmação da proteção social nos marcos da própria Constituição recém promulgada e de outro, o processo de desconstrução desta mesma proteção a partir da retração estatal, observada nos processos de privatização e de focalização das políticas públicas (MIOTO, 2009).

Como discutimos em outro momento, as políticas sociais sob o neoliberalismo sofrem um processo de mercantilização e se distanciam cada vez mais de uma

perspectiva mínima de direito ou de proteção social, estando mais a cargo do mérito individual e sendo extremamente focalizadas no combate à miséria.

Assim, concordamos com Brisola (2012) ao afirmar que

Em razão da formação sócio-histórica, associada aos novos contornos da crise de acumulação do capital, a criminalização dos pobres e da pobreza no Brasil *cai como uma luva*, tendo em vista o não reconhecimento histórico da cidadania às camadas pobres (BRISOLA, 2012, p. 136).

E sendo assim, é por meio da análise do contexto da crise do capital somada às estratégias para retomada das taxas de lucros que se torna possível observar o aprofundamento das desigualdades, sobretudo em países já marcados por estes traços, como é o caso do Brasil. De acordo com Brisola (2012, p. 128):

Essa crise do capital e as formas assumidas por este para enfrentar movimentos de resistência afetam a vida da classe trabalhadora e dos segmentos sociais inseridos subalterna e precariamente no mercado de trabalho, seja pelo desemprego e avanço do trabalho em condições extremamente precarizadas, seja pela escalada da violência e da criminalização daqueles indivíduos não funcionais ao capital.

Observa-se assim que o processo de criminalização da questão social na expressão da pobreza, que como vimos, é histórica no contexto brasileiro, assim como de criminalização dos movimentos sociais, constituem importantes elementos para se situar a emergência do Estado Penal em detrimento do Estado Social. Nessa conjuntura de crescimento do Estado Penal cresce também a procura por respostas às expressões da questão social pela via judicial, ou seja, a emergência e o fortalecimento da face penal do Estado parece também repercutir no fenômeno quem vem sendo intitulado de “judicialização” onde poder judiciário e justiça passam a ser considerados sinônimos.

2- JUDICIALIZAÇÃO: UMA NOVA FORMA DE “ENFRENTAMENTO” DA QUESTÃO SOCIAL?

A esta altura restou claro que partimos da premissa de que há uma questão social latente em nossa sociedade que é fruto da contradição inerente entre capital e trabalho, relacionada a uma produção que é socialmente realizada em contraponto a uma apropriação privada de seu produto e por uma pequena parcela da sociedade. Enfatizamos tal perspectiva de análise por entender que ela norteia as construções aqui realizadas e que fatalmente trará implicações para as proposições a serem explicitadas. Falar em questão social é tratar de uma perspectiva de análise dentre outras possíveis, uma vez que não é unânime o entendimento acerca de sua existência ou da existência de uma contradição entre capital e trabalho.

Consideramos no presente trabalho a premissa de que a judicialização guarda relação com a questão social, uma vez que não é assumida, e, portanto, não é enfrentada pelo Estado. A falta de respostas ao enfrentamento da questão social, ou melhor, de suas diversas manifestações no cotidiano da população tem colaborado para o agravamento destas. Com efeito, o Estado passa a responder a partir de um recrudescimento de sua face penal, colocando-se esta como estratégia proeminente de resposta às demandas da classe trabalhadora. Desse modo, compreendemos que a judicialização e o Estado Penal constituem dois lados de uma mesma moeda, ou seja, constituem ambos consequências do enxugamento do Estado e com estreita relação entre si. A judicialização assume um caráter contraditório expresso tanto pela utilização do direito como um fetiche através do qual se legitima a exploração capitalista, quanto pelo caráter de conquista que apresenta no contexto das democracias contemporâneas (SIERRA, 2011).

Preliminarmente importa estabelecer algumas aproximações às compreensões que têm sido esboçadas em torno da judicialização a partir de alguns autores com os quais tivemos contato. Entretanto, em que pese as várias contribuições acerca do tema, Neto (2012) pondera que há certa confusão entre os termos “judicialização” e “jurisdicalização” também chamada de “justicialização”. Judicialização seria uma ação de cunho mais restrito, relacionado às questões interpessoais, conflitos e

demandas concretas que são levados ao Poder Judiciário. Já a judicialização ou justicialização se referiria ao “amplo emarcamento” desses conflitos no âmbito da normativa jurídica, ou seja, seu enfrentamento pela via do Direito e da Justiça em um sentido ético e político para além do campo legal e judicial.

O tema é considerado polêmico e conforme Sierra (2011) se apresenta em pelo menos dois sentidos nas ciências sociais:

[...] ora sendo compreendido como um movimento que representa a continuidade da utilização do direito como fetiche, nada mais que uma racionalização ideológica, que legitima a exploração capitalista; ora sendo percebido como uma conquista da sociedade na defesa da cidadania nas democracias contemporâneas. Um dos motivos de intensificação da judicialização da política é a judicialização da questão social. Enquanto a primeira remete à intromissão do Poder Judiciário nos processos de deliberação política, admitindo com isso o conflito na relação entre os Poderes; a segunda refere-se ao aumento da interferência dos aparatos de controle judicial sobre a pobreza, quer seja para proteção e defesa dos direitos de cidadania, quer seja para repressão dos comportamentos penalmente puníveis (p. 257-258).

Asensi (2010) pondera que há diferentes abordagens em relação ao tema, contudo, afirma ser possível estabelecer alguns pontos comuns, pois em linhas gerais o fenômeno da judicialização tem sido percebido como uma espécie de “invasão do Direito sobre o social”, devido ao seu papel na efetivação de direitos de cunho social e coletivo. Assim, o “cidadão” acessaria o Judiciário a fim de defender e conquistar direitos.

O autor trabalha com a ideia de judicialização da política e ressalta que tal expressão tem recebido atenção não só no Brasil e que apesar de ter se consolidado na década de 90 os estudos sobre o tema apontam que não se trata de algo novo, sobretudo, em países de tradição *common law*¹⁴. Considera ainda que Vianna et al. (1999) foram pioneiros no país ao buscarem, por meio de uma análise empírica, pensar as implicações da judicialização no contexto de efetivação de direitos e implementação de políticas públicas.

¹⁴ Do inglês direito comum. De origem anglo-saxônica, indica que determinada demanda jurídica estrutura-se com base num conjunto de interpretações da norma proferida pelo Judiciário, ou seja, a jurisprudência (DINIZ, M. H. **Compêndio de Introdução à Ciência do Direito**: Introdução à Teoria Geral do Direito, à Filosofia do Direito, à Sociologia Jurídica e à Lógica Jurídica. Norma Jurídica e Aplicação do Direito. 23ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

Além de Vianna, autor citado acima como referência no debate, encontramos em Santos, Marques e Pedroso (1995) reflexões sobre o tema da judicialização. Os autores procuram discutir o que consideram um dos fenômenos mais intrigantes da sociologia e das ciências políticas, qual seja, o protagonismo social e político dos Tribunais. Ao buscar situar a intervenção dos Tribunais tendo por base as premissas de legitimidade, capacidade e independência, problematizam a intervenção judiciária em dados momentos históricos, levando em conta fatores sociais, econômicos, políticos e culturais que condicionam o âmbito e a natureza do que chamam de “judicialização da conflitualidade interindividual e social” em um dado país. A intervenção dos Tribunais é analisada no contexto do Estado Moderno: no período liberal, durante o Estado-Providência e no período da crise deste mesmo Estado.

Desse modo, se se observa um diminuto papel político do judiciário no período liberal (século XIX até a primeira Guerra Mundial) o mesmo não se poderia afirmar no período histórico do Estado-Providência, momento em que assume um significado sócio-político bastante diferente do período anterior:

[...] a juridificação do bem estar social abriu o caminho para novos campos de litigação nos domínios laboral, civil, administrativo, da segurança social, o que nuns países mais do que noutros, veio traduzir-se no aumento exponencial da procura judiciária e, na conseqüente, explosão da litigiosidade (SANTOS; MARQUES; PEDROSO, 1995, p. 12).

Ademais, as responsabilidades contraídas pelo Estado, obrigaram, na visão dos autores, o Judiciário a assumir sua quota de responsabilidade política tornando mais complexa a relação entre a Constituição e o direito ordinário, impondo-se assim aos Tribunais o dilema entre permanecerem neutros politicamente, atuando apenas na micro-litigação e assim ter reconhecida a sua independência em relação aos outros poderes, mas correndo o risco de se tornarem irrelevantes socialmente, ou de aceitarem a sua “quota-parte de responsabilidade política” através de uma vinculação mais estrita do direito ordinário à Constituição visando a garantir “uma tutela mais eficaz dos direitos de cidadania” e assim correr o risco de entrar em competição com os demais poderes (SANTOS; MARQUES; PEDROSO, 1995).

Vianna, Burgos e Salles (2007) também destacam o papel do Judiciário na cena contemporânea de cultura democrática retomando a intervenção dos juízes os quais passaram a ocupar “lugares tradicionalmente reservados às instituições

especializadas da política e às de auto-regulação societária” (p. 39) o que para os autores não significa dizer que o poder judiciário ambicionasse por isso, mas antes se trata de algo decorrente de processos mais complexos e permanentes resultantes das transformações societárias ocidentais no contexto do segundo pós-guerra.

A legislação do “capitalismo organizado”, entre tantas outras características singulares, surge com a vocação, por força das contingências específicas que lhe vinham da dimensão econômica, de regular o futuro a partir do tempo presente, contrariamente ao cânon classicamente liberal, orientado, em nome do princípio da certeza jurídica, pelo tempo passado. Com essa marca de origem, a legislação do *welfare* assume uma natureza aberta, indeterminada e programática na medida em que se expõe à incorporação de aspectos materiais, em oposição à pureza formal do direito na ortodoxia liberal. Tal caráter indeterminado, nas controvérsias sobre a sua interpretação em casos concretos, põe o juiz na situação nova de um legislador implícito, com as naturais repercussões desse seu inédito papel na vida republicana e, particularmente, nas relações entre os Três Poderes (VIANNA; BURGOS; SALLES, 2007, p. 40).

Com a crise do Welfare State e emergência do neoliberalismo e suas consequentes reformas e desregulamentações o sonho de uma sociedade de classes harmônica deu lugar a uma sociedade fragmentada cujas expectativas de direitos se deslocam para o interior do Poder Judiciário ocasionando o “boom da litigação” (VIANNA; BURGOS; SALLES, 2007).

A invasão do direito sobre o social avança na regulação dos setores mais vulneráveis, em um claro processo de substituição do Estado e dos recursos institucionais classicamente republicanos pelo judiciário, visando a dar cobertura à criança e ao adolescente, ao idoso e aos portadores de deficiência física. O juiz torna-se protagonista direto da questão social. Sem política, sem partidos ou uma vida social organizada, o cidadão volta-se para ele, mobilizando o arsenal de recursos criado pelo legislador a fim de lhe proporcionar vias alternativas para a defesa e eventuais conquistas de direitos [...] (VIANNA; BURGOS; SALLES, 2007, p. 41).

Faria (2001), outro estudioso a discutir a temática, pondera que o Poder Judiciário foi concebido nos marcos do capitalismo concorrencial objetivando “preservar a propriedade privada, conferir eficácia aos direitos individuais, assegurar direitos fundamentais, garantir as liberdades públicas e afirmar o império da lei, protegendo os cidadãos contra os abusos de poder do Estado”. Já no período do “capitalismo organizado”¹⁵, nos dizeres do autor, o Poder Judiciário “passou a implementar direitos sociais, condicionando a formulação e execução de políticas públicas com

¹⁵ Tal expressão remonta ao período que se sucedeu à II Guerra Mundial e que compreendeu um quarto de século, período no qual registrou-se um crescimento econômico sem precedentes na história do capitalismo, tendo sido denominado “Anos Dourados”

propósitos compensatórios e distributivistas”. Mas no momento atual, na fase de reestruturação do capitalismo, tal instituição “se vê diante de um cenário novo, incerto e o ordenamento jurídico vê comprometida sua unidade [...]”. Isso se deve ao fato de que “o Poder Judiciário das nações periféricas e semiperiféricas está sendo levado a uma crise de identidade funcional” (FARIA, 2001, p.8-11).

Compartilhamos nesse estudo da visão de Aginsky e Alencastro (2006) que procuram discutir a judicialização da questão social chamando atenção para o fato de que tal fenômeno “ocorre em uma superposição de responsabilidades do Judiciário às demais instâncias da esfera pública” (AGUINSKY; ALENCASTRO, 2006, p. 20). Ocorre que o acesso à justiça se dá de forma individual, via de regra, e por um grupo seletivo de sujeitos que minimamente conhecem os canais para acessá-lo. No entanto, a efetivação de tais “direitos” necessita contar com a capacidade de atendimento e de financiamento pelo poder executivo. Desse modo, tal forma de “efetivação de direitos” privilegia o acesso pela via judicial, sem certeza de sua efetivação e ainda colaborando para o descomprometimento do Estado no que se refere ao enfrentamento da questão social.

[...] a tendência em curso de judicialização da questão social, ao transferir para um poder estatal, no caso o Judiciário, a responsabilidade de atendimento, via de regra individual, das demandas populares – coletivas e estruturais, nas quais se refratam as mudanças do mundo do trabalho e as expressões do agravamento da questão social – ao invés de fortalecer a perspectiva de garantia de direitos positivados, pode contribuir para a desresponsabilização do Estado, sobretudo dos Poderes Legislativo e Executivo, com a efetivação destes direitos, através das políticas públicas (AGUINSKY; ALENCASTRO, 2006, p. 25).

As autoras refletem ainda o papel do Judiciário considerando que este sempre que acionado deve interpelar seja qual for a instituição, dado o seu papel ético, para além de sua atribuição legal. Mas compreendem que a ação poderia ser mais impactante e transformadora caso o Judiciário buscasse agir de forma preventiva em relação aos conflitos sociais, colocando em primeiro lugar o interesse coletivo em detrimento do despacho de ações ingressadas de forma individual geralmente (AGUINSKY; ALENCASTRO, 2006).

Concordamos também com os argumentos expressos por Sierra (2011) no que concerne à ideia de que o envolvimento do Poder Judiciário no âmbito das políticas públicas trouxe consigo várias implicações ao reconhecimento dos direitos de

grupos sociais forjando a opção de se requerer judicialmente a “consideração com a privação material a que estão submetidos”. Decorre então uma tendência de “invasão no Poder Judiciário por aqueles que, sem condições para recorrer aos serviços no mercado, não conseguem garantir seus direitos pelo acesso às políticas do governo”. Assim, acredita a autora que “um dos motivos de intensificação da judicialização da política é a judicialização da questão social” (SIERRA, 2011, p. 257).

Questão social que conforme já explicitamos é inerente ao sistema capitalista e cujo enfrentamento mínimo se dá a partir da implementação de políticas sociais por parte do Estado. No entanto, tal tarefa não constitui preocupação dos governos sob os ditames do capital, ao contrário, a questão social é tratada a partir de políticas focalizadas no combate a extrema pobreza. Os direitos conquistados e previstos nas legislações a exemplo da Constituição de 1988 passaram a sofrer segundas desregulamentações, ao passo que a desigualdade social permaneceu crescendo, assim como o tratamento da questão social pela via do Estado Penal, por um lado, e pelo acesso por parte ínfima da população ao poder Judiciário, por outro.

Ademais, os processos de internacionalização da economia que subordinam Estados aos interesses de organismos internacionais, leia-se agências financeiras multilaterais, acabam por impor ajustes estruturais que, sobretudo desde a década de 90, aumentaram de forma alarmante os índices de desemprego e de violência, fazendo com que nem mesmo as necessidades humanas básicas¹⁶ sejam atendidas.

Durante a década de 1990, apesar da crescente elaboração de normas e estatutos, as medidas neoliberais, adotadas pelos governos, acabaram debilitando a classe trabalhadora, ao permitir o aumento do desemprego, o enfraquecimento dos sindicatos e a degradação da proteção social. Por efeito, a demanda ao Poder Judiciário aumentou, trazendo aos juízes a cobrança dos cidadãos pelo cumprimento de seus direitos (SIERRA, 2011, p. 259).

Diante desse cenário o Poder Executivo retrai-se de seu papel na efetivação dos direitos sociais e assume o discurso da governabilidade, associando a escassez de

¹⁶ Ver PEREIRA, Potyara. **Necessidades Humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 6ed. São Paulo: Cortez, 2011.

políticas públicas a uma questão de gestão atrelada à ideia de limitação financeira e administrativa.

Em outras palavras, alegava-se a inviabilidade da efetivação dos direitos definidos constitucionalmente devido à explosão das demandas sociais. Por sua vez, as medidas para solucionar a chamada crise do Estado¹⁷ não ocorriam no sentido de melhor atender a estas demandas, pelo contrário, o governo passara a reduzir o gasto público, liquidando os sistemas de proteção social (SIERRA, 2011, p. 257).

Desse modo, “o fenômeno da judicialização das políticas pode ser compreendido a partir da contradição que expressa, por um lado a existência de uma inflação de direitos [existentes na Carta Constitucional]” e por outro, uma degradação da proteção social (SIERRA, 2011, p. 257). Tais direitos para que sejam de fato usufruídos, carecem de mudanças nos termos da convivência social, dentro de uma estratégia radicalmente democrática (IAMAMOTO, 2010). O fluxo da judicialização mostra-se relacionado a conjunturas externas, macro conjunturas, e não à instituição em si.

Como vimos ao longo da discussão sobre o direito no Estado capitalista este se encontra vinculado à mercadoria, sendo ambos encobertos pelo “fetichismo”¹⁸. Assim, em que pese a importância do Poder Judiciário ao longo da história da sociedade, e, no contexto atual, sua importância para a garantia dos direitos individuais e coletivos, não é possível imputar-lhe o “enfrentamento” da questão social, sobretudo porque tal tarefa não é assumida no momento atual pelo Estado, logo, pelo conjunto das instituições que o compõem. Afinal, como afirmamos inicialmente a acumulação do capital é incompatível com a universalização de direitos, de modo que para além da redução do Estado no enfrentamento da questão social estamos a assistir a tendência à sua criminalização, passível de observação em nosso cotidiano a partir de vários exemplos de repressão aos movimentos sociais e de desregulamentação de direitos conquistados a partir de árduo processo de lutas travadas historicamente.

¹⁷ A nosso ver não se trata de uma crise do Estado e sim de uma crise cíclica do capital que acarreta consequências ao Estado, interferindo de forma decisiva na orientação das políticas públicas, especialmente as de cunho social.

¹⁸ O leitor poderá encontrar um capítulo dedicado exclusivamente ao fetichismo na obra CARCANHOLO, R. **Capital: essência e aparência** (vol. 1). 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

As expressões da questão social que comparecem de forma particularizada no judiciário, travestidas em litígios entre partes, conflitos familiares, conflitos ou manifestações de transgressão a leis, nada mais são do que as expressões da questão social não assumida e enfrentada pelo Estado.

Por outro lado, ainda que o judiciário tome para si tal responsabilidade, há que se contar com o Executivo a fim de se implementar políticas sociais amplas, que atendam às necessidades da população, pois conforme pondera Aginsky e Alencastro (2006, p. 24) “a ausência de um Estado que enfrente as desigualdades e a exclusão social não terá resposta “milagrosa” junto ao Poder Judiciário”. Ademais, no contexto de reestruturação do capital também o Judiciário confronta-se com seu papel, diante de um cenário de incerteza onde até mesmo a ideia de Estado-nação perde sua autonomia. Por fim, há que se refletir ainda que as expressões da questão social quando tratadas no caso a caso, no âmbito individual, colocam em risco seu caráter mais essencial, qual seja de classe, contribuindo para o enfraquecimento da luta coletiva.

2.1- PENSANDO O “UNIVERSO” JURÍDICO, A JUDICIALIZAÇÃO E A INTERVENÇÃO DA/O ASSISTENTE SOCIAL NA ‘ÁREA SOCIOJURÍDICA’

Após considerarmos o processo de judicialização e seu reatamento no Poder Judiciário é importante situar e refletir a atuação do assistente social no campo sociojurídico e as implicações daí decorrentes, pois conforme reflexões de Sierra (2011, p. 257-258) “o processo de judicialização merece destaque entre os assistentes sociais, visto incidir diretamente sobre as formas de gestão da questão social”. Entretanto, apesar de o debate em torno do sociojurídico no âmbito da categoria profissional mostrar-se mais presente nos últimos anos, a relação que se estabelece entre a impositividade do Estado e a sociabilidade capitalista é uma realidade histórica (CFESS, 2014).

A inserção do assistente social no Sistema Judiciário data de 1940-1950¹⁹, contudo, foi com a constituição de 1988 e legislações posteriores a exemplo do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 que tal atuação foi melhor se caracterizando. Apesar do decurso de mais de meia década foi apenas em 2001, durante o X Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) que se constituiu enquanto campo temático (TRINDADE; SOARES, 2009).

Esse “campo temático”, outrora denominado pelos profissionais de campo sociojurídico e atualmente conhecido por área sociojurídica²⁰ traz consigo particularidades para o profissional. Para o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS):

O termo “sociojurídico” revela o lugar que o Serviço Social brasileiro ocupa neste espaço sócio-ocupacional, após seu redirecionamento ético e político, disposto a analisar a realidade social em uma perspectiva de totalidade e em meio a contradições sociais profundas (CFESS, 2014, p. 14).

Dessa forma, ao tratarmos da inserção do assistente social no referido campo profissional é indispensável refletirmos sobre o Direito no contexto do modo de produção capitalista e isso implica significados em torno do trabalho desempenhado

¹⁹ Para IAMAMOTO (2010) a presença do Serviço Social na área sociojurídica já se notava desde finais da década de 1930.

²⁰ A discussão em torno do tema pode ser recuperada no artigo de BORGIANNI, E. Para entender o Serviço Social na área sociojurídica. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 115, p. 407-442, 2013. (2013).

pelo assistente social. É preciso ter muito claro como se caracteriza o “sociojurídico” afinal:

[...] O Estado burguês dispõe de um conjunto de instituições e mecanismos coercitivos, que são mobilizados e acionados constantemente quando se faz necessária a manutenção da ordem social – marcada pelas contradições de classes. Mecanismos estes que vão desde o uso da força física ao poder de interferir na realidade social segundo preceitos “pactuados” e positivados em forma de leis e normas jurídicas. As demandas que aparecem como “jurídicas”, ou como “normativas”, são fetichizadas e ideologizadas no campo do Direito, pois elas, as demandas, são essencialmente sociais. [...] (CFESS, 2014, p. 15).

Refletir o “universo jurídico” é tarefa primordial no âmbito de atuação do assistente social, já que a sociabilidade dos seres humanos está rodeada de leis e instituições que muito se distanciam do discurso da igualdade, muitas vezes estando mais relacionadas à manutenção e defesa de bens jurídicos (propriedade) e negando o desenvolvimento humano pela lógica da emancipação (CFESS, 2014).

Iamamoto (2010) chama atenção para o fato de que

O Poder Judiciário sofre os impactos das novas formas de organização econômica e configurações do Estado, no universo da mundialização do capital, da reestruturação produtiva e das políticas neoliberais, que vêm estabelecendo parâmetros para a ‘reforma do Estado’ com refrações na reforma do Poder Judiciário (IAMAMOTO, 2010, p. 278).

Assim, se para os operadores do direito o que deve ser incorporado é o “jurídico”, para as/os assistentes sociais o que deve ser considerado por meio de seus estudos e pareceres é a dimensão da historicidade ontológica²¹ do ser social. É preciso ter em conta que o Direito e o “jurídico” não são a mesma coisa, pois o Direito é mais amplo que as leis. É “produto de necessidades humanas que se constituem nas relações sociais concretas” que por sua vez são dialéticas e contraditórias. Mas a maneira como são positivadas, essas sim, dependem da correlação de forças e do nível de organização e mobilização das classes sociais. E sendo assim, as/os assistentes sociais devem considerar que por possuir um caráter de classe, o Direito Positivo impõe a defesa em torno dos interesses da classe dominante. Portanto, se faz necessária a “crítica radical ao fetiche do Direito positivado no jurídico” (CFESS, 2014, p.19).

Nas considerações de Iamamoto (2010), para as/os assistentes sociais:

²¹ Para compreensão ver Lukács, G. Para uma ontologia do ser social.

É necessário extrapolar o universo jurídico para melhor entendê-lo como um braço do Estado, que tem a função de codificar as relações sociais e arbitrar conflitos, mas cuja elucidação é tributária da compreensão da trama da vida em sociedade, fonte dos reclamos e terreno sobre o qual se materializa o atendimento efetuado no âmbito do Poder Judiciário (IAMAMOTO, 2010, p. 294, grifos da autora).

Há que se considerar ainda os constantes processos de criminalização da pobreza e de “práticas sociais consideradas impróprias para determinada ordem” (CFESS, 2014, p. 16) o que faz com que o Estado lance mão de forma frequente de mecanismos coercitivos que configuram uma verdadeira “onda punitiva” tal qual expressa por Wacquant (1999) e sobre a qual já abordamos no capítulo anterior.

Como destaca Faria (2001, p. 13):

[...] com a globalização, os ‘excluídos’ do sistema econômico perdem progressivamente as condições materiais para exercer seus direitos básicos, mas nem por isso são dispensados das obrigações e deveres estabelecidos pela legislação, principalmente a penal. Com suas prescrições normativas, o Estado os integra ao sistema jurídico basicamente em suas feições marginais – isto é, como devedores, invasores, réus, transgressores de toda natureza, condenados etc. [...]

A despeito de todas as considerações até aqui realizadas compreende-se que a inserção da/o assistente social nesse campo de atuação é de grande importância e encontra-se relacionada à luta pela afirmação e reconhecimento de direitos da cidadania. Entretanto, conforme ressalta Iamamoto (2010) é preciso entender que o Judiciário constitui-se num “tenso terreno sociopolítico e legal” que traz consigo as marcas de um saber burocrático que impregna os profissionais que atuam neste espaço (IAMAMOTO, 2010).

Sierra (2011) considera que a judicialização impacta “de forma contraditória a vida social e política, ampliando inclusive o espaço de intervenção do Serviço Social” (p. 260). Para a autora a judicialização encontra-se relacionada ao sentimento de insatisfação da população ante a insuficiência de políticas públicas. Mas o protagonismo do Judiciário pode ser questionável na medida em que pode passar a ser visto como única possibilidade de solução e assim provocar uma forma de pressão social, mas de forma ambígua, pode acarretar o risco de perda de autoridade, caso as decisões judiciais não sejam acatadas (SIERRA, 2011).

Nesse contexto, no que toca ao assistente social, este tem sua atuação intimamente relacionada à luta pelos direitos de cidadania. Cidadania que uma vez esboçada na Constituição de 1988, foi duramente golpeada ao longo dos anos subsequentes até o momento atual. A Constituição Cidadã, como ficou conhecida, definiu os pilares da seguridade social, trazendo em seu texto o reconhecimento do direito à saúde, à previdência e assistência social, além de outros como a educação. A saúde é de caráter universal, a assistência social é destinada a quem dela necessitar e a previdência é política contributiva, ou seja, tem direito apenas quem contribui, quem possui qualidade de segurado. Todavia, o que observamos cotidianamente é a dificuldade de acesso a direitos básicos, sobretudo da parcela mais pobre da população, fato que colabora, por outro lado, para a judicialização de ações que visam a garantir o acesso das pessoas à determinado serviço (algo que tem sido comum em relação à política de saúde, sobretudo).

Diante da lacuna no atendimento e da negativa de acesso a políticas fundamentais, tem sido comum buscar-se o Poder Judiciário, ajuizando-se ações as mais diversas que visam a garantir o acesso das pessoas (no caso, daqueles que acionam o Poder Judiciário) no intuito de ver atendidas suas necessidades. Acionar o Judiciário tem sido uma “alternativa” comum tendo em vista a fragilidade de um sistema de proteção previsto constitucionalmente, mas que não conseguiu se consolidar diante da avalanche neoliberal em curso no mundo e que se apresentou de forma mais intensa no Brasil a partir da década de 90 devido às políticas de ajuste neoliberal em curso.

Nesse contexto,

Quando as queixas dos usuários desse sistema chegam ao Poder Judiciário, os assistentes sociais são convocados a realizar o laudo técnico, informando acerca das condições que poderão ser enquadradas nas normas de concessão do direito. Considerando que os problemas relacionados com a assistência extrapolam o âmbito judicial, os juízes precisam recorrer ao suporte de uma equipe multidisciplinar, que conta com profissionais da pedagogia, da psicologia e do Serviço Social (SIERRA, 2011, p. 260).

Deve a/o assistente social demonstrar em seus estudos e pareceres as questões estruturais e conjunturais que incidem sobre as desigualdades sociais, no sentido de aproximar o mundo jurídico das condições reais de existências dos indivíduos, afetados diretamente pela questão social. Abordar a realidade socioeconômica e

cultural dos sujeitos que se tornam partes no Judiciário, desvelar a realidade social que os cerca estabelecendo conexões e determinações mais amplas sem perder de vista as particularidades, embasando sua instrução social²² teórica e eticamente tendo em vista ainda que o “caso” em estudo não é “um caso”, pois ainda que ele detenha uma dimensão singular sua construção se dá no plano social, cultural e histórico (FÁVERO, 2009).

O trabalho da/o assistente social na área sociojurídica é, portanto, marcado por desafios, por “situações-limite que condensam a radicalidade das expressões da questão social em sua vivência pelos sujeitos” (IAMAMOTO, 2010).

Trindade e Soares (2009) lembram que embora os profissionais não estejam revestidos de poder decisório, suas considerações e sugestões são observadas pelos magistrados, ou seja, seu saber-poder profissional é apropriado pela autoridade judiciária e suas sugestões interferem na vida daqueles que se utilizam do judiciário.

O trabalho deste profissional no Poder Judiciário é marcado pela mediação e contradição, pois a mediação é fundamental para a viabilização do acesso aos bens e serviços, muitas vezes negados em outras instâncias. Contraditório porque a realização desse trabalho produz efeito negativo, tendo em vista o fato de que

a adequação dos conflitos à esfera do direito normativo acaba despolitizando, individualizando e particularizando as expressões da questão social, cuja base encontra-se na conjuntura e estrutura sócio-histórica da sociedade brasileira [...] (SOUZA, 2006, p. 78).

Neto (2012, p.36-37) critica o entendimento de que a jurisdicalização/justicialização (termos empregados pelo autor) só podem ser dirimidas no Poder Judiciário. A seu ver, este não se constitui no “único espaço possível de garantia e de concretização de direitos”, de modo que os assistentes sociais devem ficar atentos para não caírem na tentação de considerar este espaço como o único, privilegiado. Este é sem dúvida um espaço importante de atuação do assistente social, sendo a intervenção desse profissional requisitada tendo em vista a função do poder

²² Instrução social é o termo utilizado por Fávero para referir-se à produção documental do Serviço Social. FÁVERO, E.T. Instruções sociais de processos, sentenças e decisões. In: Conselho Federal de Serviço Social – CFESS; Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, CFESS/ ABEPSS, 2009.

judiciário de “árbitro na resolução de interesses conflitantes da sociedade e pelo compromisso político com a consolidação do Estado democrático de direito” (SOUZA, 2006, p.60).

Para Souza (2006)

O assistente social participa na resolução dos conflitos por supostamente dispor de uma pretensa capacidade de “extrair” dos seus estudos sociais uma “verdade” dos fatos não apreendida (ou apreendida superficial ou equivocadamente) ou mesmo uma certa previsibilidade dos comportamentos dos sujeitos judicializados, dos sujeitos em conflito com a lei (SOUZA, 2006, p. 68).

O referido autor faz outras importantes considerações acerca da atuação da/o assistente social nesse locus profissional. Reflete que o profissional deve buscar atuar “para além da esfera controladora e reguladora visando garantir seu compromisso ético-profissional em torno da consolidação e ampliação dos direitos dos usuários da instituição (SOUZA, 2006, p. 71)”.

Ocorre que a intervenção da/o assistente social junto às “partes” que litigam, ou o “sujeito judicializado” nos dizeres de Souza (2006), possui um caráter temporal dada a “condição de assessor”, e, portanto, atrelada ao prazo necessário para o cumprimento dos trâmites e medidas judiciais. Há também uma relação de compulsoriedade que perpassa a relação entre o profissional e os sujeitos, sendo esta característica algo que diferencia sobremaneira “a relação estabelecida em outros espaços ocupacionais, marcados pela espontaneidade do vínculo estabelecido entre ambos” (SOUZA, 2006, p. 75).

Assim, é possível se reafirmar que o trabalho da/o assistente social no judiciário assume um caráter mediador e contraditório devendo este fazer a interlocução entre os preceitos legais e sociais e sugerir procedimentos que facilitem o acesso da população usuária aos bens e serviços sociais disponíveis e assim “garantir a resolução dos conflitos no âmbito judicial” (SOUZA, 2006, p. 77).

Trata-se de um espaço contraditório porque a/o assistente social

enfrenta um grande paradoxo: se, por um lado, a adequação dos conflitos (que antes de serem judiciais, são sociais) à esfera do direito normativo acaba despolitizando, individualizando e particularizando as expressões da questão social, cuja base encontra-se na conjuntura e estrutura sócio-histórica da sociedade brasileira, por outro lado, a utilização de seus conhecimentos e habilidades – tanto para se fazer conhecido e reconhecido perante a instituição e os profissionais de outras áreas do conhecimento, quanto para justificar e legitimar o seu espaço de atuação para além das protoformas da profissão - impõe-lhe limites e possibilidades que perpassam a construção da identidade, a autonomia e o reconhecimento profissional (SOUZA, 2006, p. 78).

Tendo em vista o Projeto Ético Político da profissão deve o profissional atentar para não assumir uma postura de ouvidor e fiscalizador diante da população que utiliza os serviços. Tal projeto de profissão se funda justamente na recusa do conservadorismo que se encontra nas raízes da profissão e envolve uma imagem, valores e função social da profissão (NETTO, 1999).

Deve a/o assistente social:

pensar que a resolução do conflito de forma concreta “implica ter a perspectiva profissional de que o usuário possa reelaborar, reinterpretar e ressignificar as expressões da questão social que estão produzindo e reproduzindo conflitos nas suas relações e que, muitas vezes, contribuem (ou estão contribuindo) para mantê-lo na justiça (SOUZA, 2006, p. 76).

Iamamoto (2010, p. 265) ressalta os desafios encontrados pela/o assistente social em seu trabalho no judiciário, entre eles, “atribuir visibilidade e transparência a esses sujeitos de direitos: o seu modo de vida, cultura, padrões de sociabilidade, dilemas de identidade, suas necessidades, suas lutas pelo reconhecimento efetivo da cidadania, seus sonhos e esperanças [...]”.

Segundo a autora “os assistentes sociais são chamados a colaborar na reconstrução das raízes sociais da infância e juventude, na luta pela afirmação dos direitos sociais e humanos no cotidiano da vida social de um segmento que vem sendo destituído de direitos e privado de condições para o exercício de sua cidadania. O enraizamento envolve o estreitamento dos laços de convívio familiar, de vizinhança, de grupos de amizade; a efetiva participação da vida coletiva, reconhecimento das expressões culturais e das identidades, entre outras dimensões” (IAMAMOTO, 2010, p. 265).

Questões referentes às condições para a realização do trabalho, tais como prazos, a exigência por produtividade, o número de demandas que o profissional deve atender

(e muitas vezes não estando somente relacionada à uma Vara específica, como é o caso das Centrais de Apoio Multidisciplinares do TJES), as condições para execução do trabalho tais como salas para atendimento reservado, acesso a computador e outros materiais necessários, além das relações de poder que perpassam a instituição, são questões que não podem ser desconsideradas ou serem desconectadas quando se trata da inserção do assistente social na chamada área sociojurídica.

Dessa maneira é que compreendemos que a “área” ou “campo” sociojurídico tem se mostrado no presente sob uma perspectiva singular já que marcada pelo Direito enquanto “um complexo carregado de contradições” exigindo do profissional que recupere os sentidos das “relações sociais, na direção da realidade emancipatória e diferente da pura reprodução da ordem estabelecida” (CFESS, 2014, p. 18).

As demandas que aparecem como ‘jurídicas’, ou como normativas’, são fetichizadas e ideologizadas no campo do direito, pois elas são essencialmente sociais. Elas se convertem em demandas ‘jurídicas’ ou de ‘preservação da paz e da ordem’ pela necessidade de controle e manipulação da realidade, de disciplinamento ou normalização de condutas sociais (FÁVERO, 1999), segundo os interesses dominantes em determinado momento histórico (CFESS, 2014, p.16).

Destacamos, portanto, que não cabe ao assistente social a incorporação de verdades jurídicas em seu “fazer” profissional, mas como já se destacou, cabe a incorporação de verdades histórico-ontológicas que tragam à cena a realidade que é determinada socialmente e que deve ser compreendida em sua totalidade. Para que isso ocorra é preciso disputar socialmente os significados de justiça, de ordem pública e cidadania, entre tantos outros. “Estabelecer trincheiras de resistências ao projeto dominante”, sem pretender “ambições messiânicas ou voluntarista”, mas o aprofundamento e a problematização “do existir humano pelas determinações do modo de produção capitalista, que subverte os valores emancipatórios e determina a miséria do gênero humano em um mundo de abundância material” (CFESS, 2014, p.22).

3- FAMÍLIA, POLÍTICAS SOCIAIS E JUDICIALIZAÇÃO

3.1- REVISITANDO AS TEORIAS CRÍTICAS PARA UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL DA FAMÍLIA

Para uma maior configuração da temática em estudo, torna-se necessário ressaltar, ainda que de forma breve, algumas teorias que demarcam a ideia de construção social da família, ou do que é “ser família”. Nossa pretensão consiste em focar a discussão da construção de identidades em torno dos papéis de homens/pais e mulheres/mães para assim nos aproximarmos da complexidade das relações familiares. Ademais, consideramos o fato de que diante da ausência de políticas estatais que auxiliem a família em momentos ou conjunturas de crises, estas têm sido compelidas a apelar ao Poder Judiciário na busca pelo atendimento às suas demandas, configurando assim o processo de judicialização, no caso em estudo, da judicialização das relações familiares.

Importante situar a dificuldade particular em se abordar o tema família, seja porque estudar esta temática nos remete a uma realidade particularmente próxima a nós, ou por se tratar de algo em constante e extraordinária modificação, de modo que as inúmeras possibilidades de arranjos familiares podem nos gerar situações de conflito já que tendemos a conceber nossas referências familiares como modelos.

Jacquet e Costa (2004, p.184) ao refletirem acerca dos arranjos familiares ponderam que há uma variabilidade das estruturas familiares no decorrer da história, das sociedades, épocas e grupos sociais, e estes elementos não podem ser ignorados numa análise sobre a família. A família nuclear no contexto da sociedade ocidental é apenas uma possibilidade de arranjo dentre os muitos existentes. Contudo, nos últimos quarenta anos as estruturas familiares vêm sofrendo uma diversificação, de forma que o modelo “dominante” de família composto de pais biológicos e filhos vem sofrendo um declínio em detrimento de outras configurações, tais como as famílias monoparentais ou as famílias recompostas (na qual se constata a existência de no mínimo uma criança oriunda de uma união anterior que convive com o pai ou a mãe separado ou divorciado que estabeleceu nova relação conjugal).

Assim, sobre as famílias recompostas, as autoras chamam a atenção para o fato de não disporem de um “quadro normativo no qual podem se apoiar para definir seus comportamentos”. Nesse contexto, “é atribuído à organização do sistema de filiação ocidental, que exclui totalmente o exercício de uma pluriparentalidade, ou seja, o compartilhamento, entre pais biológicos e sociais, das funções parentais” (JACQUET; COSTA, 2004, p. 184).

De acordo com esse sistema ocidental de filiação impera a exclusividade da filiação, ou seja, a criança tem apenas um pai e uma mãe, com os quais possui laços biológicos. Nesse contexto, a presença da figura do padrasto ou madrasta se choca com os princípios que regem a exclusividade da filiação, havendo uma prevalência do componente biológico como fundamento da filiação (JACQUET; COSTA, 2004).

Dito isto, compreende-se o quanto a família é considerada a esfera da vida social mais naturalizada, constituindo terreno fértil para os estudos da relação entre natureza e cultura. Não à toa, as relações entre família, Estado e políticas sociais são constante objeto de estudo entre especialistas de diferentes áreas do saber. Para Mioto (2010) o interesse no tema tem relação com o fato de que é algo central no contexto das sociedades complexas, onde se observa um deslocamento entre os limites das esferas pública e privada.

No âmbito do materialismo histórico Engels inaugurou o debate sobre a família já no século XIX. Em coerência com o método proposto considera que a produção e a reprodução da vida imediata, dos meios de subsistência é algo que influi de forma decisiva na história, e na família não será diferente.

De acordo com a concepção materialista, o fator decisivo na história é, em última instância, a produção e a reprodução da vida imediata. Mas essa produção e essa reprodução são de dois tipos: de um lado, a produção de meios de existência, de produtos alimentícios, roupa, habitação, e instrumentos necessários para tudo isso; de outro lado, a produção do homem mesmo, a continuação da espécie. A ordem social em que vivem os homens de determinada época ou determinado país está condicionada por essas duas espécies de produção: pelo grau de desenvolvimento do trabalho, de um lado, e da família, de outro (ENGELS, 1984, p. 2).

As reflexões de Lewis H. Morgan, antropólogo norte-americano que estudava os laços de parentesco em tribos indígenas de Nova York, serviram de base para Engels expor sua compreensão do tema alicerçado no materialismo histórico e

relacionando família, Estado e propriedade privada. Dessa forma, Engels procurou compreender o desenvolvimento humano a partir do progresso e desenvolvimento da humanidade, identificando o momento do estágio evolutivo bem como as condições que propiciaram a transformação do macaco em homem, caracterizando ainda os sistemas de parentesco e matrimônio que culminaram na formação da família.

Quanto menos desenvolvido é o trabalho, mais restrita é a quantidade de seus produtos e, por consequência, a riqueza da sociedade; com tanto maior força se manifesta a influência dominante dos laços de parentesco sobre o regime social. Contudo, no marco dessa estrutura da sociedade baseada nos laços de parentesco, a produtividade do trabalho aumenta sem cessar, e, com ela, desenvolvem-se a propriedade privada e as trocas, as diferenças de riqueza, a possibilidade de empregar força de trabalho alheia, e com isso a base dos antagonismos de classe: os novos elementos sociais, que, no transcurso de gerações, procuram adaptar a velha estrutura da sociedade às novas condições, até que, por fim, a incompatibilidade entre estas e aquela leva a uma revolução completa (ENGELS, 1984, p. 2).

Assim, observa-se que a sociedade até então baseada nas uniões gentílicas cede lugar a uma sociedade organizada em Estado, de modo que o regime familiar encontra-se agora submetido à propriedade privada.

A sociedade antiga, baseada nas uniões gentílicas, vai pelos ares, em consequência do choque das classes sociais recém-formadas; dá lugar a uma nova sociedade organizada em Estado, cujas unidades inferiores já não são gentílicas e sim unidades territoriais — uma sociedade em que o regime familiar está completamente submetido às relações de propriedade e na qual têm livre curso as contradições de classe e a luta de classes, que constituem o conteúdo de toda a história escrita, até nossos dias (ENGELS, 1984, p. 2).

Com o surgimento da família sindiásmica²³, considerada por Engels como o estágio evolutivo que permitirá o nascimento da família monogâmica, a *gens* perderá seu caráter de economia doméstica comum e a mulher terá deslocado seu papel central, passando a ser vítima de relações opressivas, devendo agora se dedicar ao matrimônio com um único homem, situação esta que não se observava em relação aos homens. Até então os papéis de homens e mulheres não eram hierarquizados e a procriação era algo central que mantinha a permanência do grupo, sendo a estrutura familiar centrada na figura da mãe. Ocorre que com as mudanças ambientais tornou-se necessário caçar animais de grande porte e estabelecer uma

²³ Refere-se às uniões por pares que ocorriam ainda na fase do matrimônio grupal, no período limite entre o selvagismo e a barbárie. Trata-se de um sistema de consaguinidade vigente entre os iroqueses estudados por Morgan e assim nomeados por ele, que consistia numa espécie de matrimônio de mais fácil dissolução (ENGELS, 1984, p. 28-29).

verdadeira luta pela sobrevivência em busca de alimentos e território, tornando-se a força física algo indispensável, fato que inaugurou a supremacia masculina (LYRA et al, 2010).

A partir das técnicas de fundição de metais e o estabelecimento da agricultura os seres humanos passaram de nômades a sedentários, dando origem às primeiras cidades e atividades como o comércio, além, é claro, de fundar a propriedade privada. O poder agora será conquistado pela força e medido pela posse, algo que confere ao homem papel de destaque. É o que se observa no trecho que segue da obra de Engels:

Em todas as formas de família por grupos, não se pode saber com certeza quem é o pai de uma criança, mas sabe-se quem é a mãe. Ainda que ela chame filhos seus a todos os da família comum, e tenha deveres maternais para com eles, nem por isso deixa de distinguir seus próprios filhos entre os demais. É claro, portanto, que em toda parte onde existe o matrimônio por grupos a descendência só pode ser estabelecida do lado materno, e, por conseguinte, apenas se reconhece a linhagem feminina. Encontram-se nesse caso, de fato, todos os povos selvagens e todos os povos que se acham na fase inferior da barbárie; ter sido o primeiro a fazer essa descoberta foi a segunda grande façanha de Bachofen. Ele designa o reconhecimento exclusivo da filiação materna e as relações de herança dele deduzidas com o nome de direito materno. Conservo essa expressão por motivo de brevidade, mas ela é inexata, porque naquela fase da sociedade ainda não existia direito, no sentido jurídico da palavra (ENGELS, 1984, p. 43).

Assim, com a descoberta da paternidade somando-se a questão da propriedade os homens exercerão controle sobre a vida sexual das mulheres, devendo estas se manterem virgens até o casamento, instituindo-se desse modo, a família monogâmica e patriarcal, visando a assegurar a hereditariedade da herança do pai aos seus filhos biológicos. Constata-se assim que a instituição da monogamia estava relacionada à vitória da propriedade privada em relação à propriedade comum primitiva (LYRA et al., 2010).

O marxismo influencia ainda as abordagens feministas no âmbito dos estudos de gênero, emprestando a esta o enfoque histórico e material que conforme pondera Araújo (2000, p. 65)

permitiu a desnaturalização da subordinação da mulher, situando sua gênese num processo gerado nas e pelas relações sociais, em contextos socioeconômicos determinados; a interpretação da economia política em relação ao processo de trabalho capitalista e ao lugar do trabalho doméstico; e a análise sobre a ideologia, que oferece elementos para pensar outras dimensões das relações e dos conflitos sociais, para além dos vinculados à base material, mesmo quando mediados por esta.

É a perspectiva histórica propiciada pela teoria marxista que “possibilita pensar as práticas sociais, a construção das instituições, assim como os valores transmitidos através das gerações, como processos mutáveis” negando assim os enfoques que tratam da dominação masculina e da subordinação feminina como algo natural (ARAÚJO, 2000).

Aráujo (2000) reconhece que apesar de alguns limites em relação aos referenciais antropológicos empregados na referida obra de Engels, “particularmente a suposição de que, originalmente, haveria um padrão universal de família, assim como certa simplificação no modo de conceber a divisão sexual do trabalho em sua origem” (p. 66), permanece inegável sua contribuição, sobretudo por estabelecer a relação entre as condições materiais, o surgimento da propriedade privada e a opressão da mulher, tornando claro que “o lugar social das mulheres não era expressão de uma natureza feminina inata”, mas como relação de opressão a partir de processos socioeconômicos cujos elementos conduziram à dominação masculina (ARAÚJO, 2000).

A primeira divisão de trabalho, entre homens e mulheres, institucionaliza-se como relação opressiva quando as mulheres perdem o controle sobre o trabalho e se tornam economicamente dependentes do homem. Assim, a primeira forma de opressão origina-se por contingências materiais, e não por uma essência masculina dominadora. A família moderna nada mais é do que a expressão dessa derrota histórica das mulheres, ou seja, algo construído e mediado pelas relações socioeconômicas ao longo do tempo e do espaço (ARAÚJO, 2000, p. 66).

Castro (2000, p. 99) acrescenta que:

Tanto no marxismo como no feminismo, haveria a preocupação por questionar relações desiguais socialmente construídas e reconstruídas em embates de poder (no caso do feminismo, entre os sexos e pela institucionalização da supremacia masculina). Em ambos conhecimentos ressalta-se o projeto por negação de propriedades, expropriações e apropriações (no caso do feminismo, tanto do valor produzido pelo trabalho das mulheres, socialmente reconhecido ou não, como de seu corpo, voz, re-a-presentações [sic]).

Ainda na linha dos estudos de gênero elencamos Elizabeth Badinter (1985), autora francesa, militante feminista que apresenta em sua obra uma reflexão teórica sobre a condição da mulher na modernidade. Suas reflexões referem-se à mulher da sociedade francesa, mas podem ser empregadas para a problematização da condição feminina em outros contextos, pois procura desnaturalizar o instinto materno como algo inerente a toda mulher, compreendendo que as transformações que se processam se edificam sob as relações de gênero.

Para tanto, a autora vai buscar em documentos históricos e literários elementos que dão conta de uma relação de indiferença e frieza entre os pais e o filho recém nascido. Como a expectativa de vida dos bebês era baixa, acreditava-se que mais valia cultivar um sentimento de distanciamento em relação à criança do que sofrer com sua perda pouco mais tarde. A prática até o século XVIII na França consistia em encaminhar as crianças às amas de leite para que fossem amamentadas, sentimento este compreendido como um desinteresse por parte da mãe e que não se restringia às de classe social mais abastada, ao contrário, atingia todas as classes sociais, embora as justificativas para tal fossem diferentes. Para as mulheres de classe mais elevada a maternidade era um fardo, pois limitava sua vida social. Já para as mulheres de origem camponesa ou mulheres dos artesãos suas atividades diárias lhe consumiam muito tempo reduzindo as possibilidades de se dedicarem aos cuidados dos filhos.

A estudiosa procura compreender a variação do sentimento materno desde a indiferença em relação aos cuidados da prole à cobrança social no contexto contemporâneo para que ela realize tais cuidados. Em se tratando dessa condição de rejeição das mulheres em especial, Badinter (1985) sublinhou:

Para compreender o comportamento de rejeição da maternidade pelas mulheres, é preciso recordar-se de que nessa época as tarefas maternas não são objeto de nenhuma atenção, de nenhuma valorização pela sociedade. São consideradas, na melhor das hipóteses, normais, uma coisa vulgar. As mulheres não obtinham, pois, nenhuma glória sendo mães, e no entanto essa era sua função principal. Elas compreenderam que, para ter direito a alguma consideração, deviam seguir outro caminho que não o da maternagem, pela qual ninguém lhes mostrava gratidão.

Mas para poder apenas pensar nisso já era preciso estar bastante liberta dos fardos próprios à condição feminina mais comum: contingências materiais, autoridade do marido e isolamento cultural (BADINTER, 1985, p. 99-100).

Para Badinter (1985) o amor materno não é inerente à mulher, não está inscrito na natureza feminina, ao contrário, é algo que se adquire e que varia de acordo com a cultura e sentimentos de ambição e frustração da mãe, sendo antes de tudo, produto da evolução humana (BADINTER, 1985).

Será somente a partir do último terço do século XVIII que ocorrerão mudanças significativas condicionadas pelo sistema econômico, pois agora se faz necessária a manutenção de força de trabalho capaz de gerar lucros e assim será necessário garantir a sobrevivência das crianças. O amor materno nesse contexto passará a ser exaltado a partir de vários discursos de ‘especialistas’ tais como médicos e filósofos e assim “o novo ideal de maternidade será considerado uma função nobre, de cunho religioso”, passando a mulher, uma nova mãe, a ocupar lugar central no lar, ao qual deve se dedicar exclusivamente (SOUSA, 2010, p. 103).

No século seguinte, a exaltação do papel feminino na educação e formação dos filhos ganhará corpo e concomitante a isso ocorrerá um declínio do papel paterno na criação da prole. Seu papel, conforme afirma Badinter (1985) “entrará progressivamente na obscuridade”.

É possível retomarmos ainda a acontecimentos como a Revolução Industrial (séculos XVIII a XIX) como fato marcante a fim de compreendermos as mudanças na família, mas pelo viés das transformações ocorridas no mundo do trabalho, ante a separação da família e trabalho, a partir da instituição de uma dimensão privada (da família) contraposta a uma dimensão pública. Os avanços tecnológicos e as descobertas científicas que foram se sucedendo são provas inegáveis que culminaram em intervenções no âmbito da reprodução humana (SARTI, 2010).

De igual modo tratar da família na contemporaneidade é reconhecer o fato de que tal instituição vem conhecendo inúmeras e marcantes transformações em sua forma de organização, sobretudo, a partir da segunda metade do século XX. Com a família brasileira não tem sido diferente e muitos têm sido os aspectos que revelam tais mudanças e imprimem novas configurações e contornos que redesenham as fronteiras familiares.

De acordo com Sarti (2010) falar em família no século XXI no Brasil significa

referenciar-se às mudanças e “padrões difusos de relacionamentos”. A família, como a mais naturalizada das esferas sociais, vem sofrendo muitos abalos internos e interferências externas que

dificultam sustentar a ideologia que associa a família à ideia de natureza, ao evidenciarem que os acontecimentos a ela ligados vão além de respostas biológicas universais às necessidades humanas, mas configuram diferentes respostas sociais e culturais, disponíveis a homens e mulheres em contextos históricos específicos (SARTI, 2010, p. 21).

Nesse contexto de grandes mudanças, a década de 1960 foi marcante devido à difusão de métodos contraceptivos que culminou na separação entre sexualidade e reprodução e interferiu decisivamente na sexualidade feminina recriando o mundo subjetivo da mulher até então atrelado à maternidade como um destino, e ampliando “as possibilidades de atuação da mulher no mundo social” (SARTI, 2010, p. 22).

Araújo e Scalón (2005) refletem que as famílias estão ficando menores e trata-se de uma redução drástica na maior parte do mundo que passou a ocorrer de forma mais marcante a partir de 1970, o que vem acarretando alterações nos arranjos familiares e também nos padrões de conjugalidade. Aumentou o número de famílias compostas por uma só pessoa, as compostas por casais de mesmo sexo e mesmo de casais sem filhos, ao passo que diminuíram as famílias extensas e nucleares formada por pais e filhos.

Outra questão relevante apontada por Araújo e Scalón (2005) refere-se ao aumento da idade média em que as pessoas vêm se casando, algo que ocorre principalmente com as mulheres e que aponta para um importante indicador que se refere à vida profissional.

Desse modo, cabe refletir o significado da autonomia para as mulheres, como algo dotado de duplo sentido:

poder ter maior independência em relação ao parceiro ou ao pai ou a alguma figura que exerça essa autoridade em relações ainda marcadas por assimetria de poder e prevalência masculina; e também poder se sentir incluída, como consumidora, para si e para outros membros da família (ARAÚJO; SCALON, 2005, p. 20).

Ademais, as mulheres podem hoje optar por não ter filhos ou criá-los sozinhas, o que denota que alguns valores patriarcais de outrora estão em declínio. Tal

enfraquecimento da autoridade patriarcal se deve aos “processos de individualização e a maior autonomia dos sujeitos” os quais

possibilitaram alterações nas relações de poder e o enfraquecimento da autoridade patriarcal, assim como do caráter institucional da família. O aumento dos índices de divórcio, as modificações nas normas jurídicas que regulam a constituição dos laços conjugais, através da substituição do princípio do *pater familias* pelo da autoridade compartilhada, a crescente prevalência do afeto como dimensão que orienta tanto as escolhas quanto a constituição e a dissolução dos laços conjugais são indícios desse enorme processo de mudanças no período contemporâneo (ARAÚJO; SACALON, 2005, p. 17-18).

Em 1980 se processaram novas mudanças relacionadas às tecnologias reprodutivas. Trata-se de inseminações artificiais e fertilizações *in vitro*, mudanças que geraram uma verdadeira ruptura com a concepção até então naturalizada de família.

Contudo,

as mudanças são particularmente difíceis, uma vez que as experiências vividas e simbolizadas na família têm como referência, a respeito desta, definições cristalizadas que são socialmente instituídas pelos dispositivos jurídicos, médicos, psicológicos, religiosos e pedagógicos, enfim, pelos dispositivos disciplinares existentes em nossa sociedade, os quais têm nos meios de comunicação um veículo fundamental, além de suas instituições específicas. Essas referências constituem os ‘modelos’ do que é e como deve ser a família, ancorados numa visão que a considera como uma unidade biológica constituída segundo leis da ‘natureza’, poderosa força simbólica (SARTI, 2010, p. 23).

As décadas de 70 e 80 foram marcantes ainda no que se refere à participação das mulheres na vida pública. Conforme destaca Godinho (2004) ao ponderar a presença das mulheres nos movimentos sociais, voltados a responder às demandas que surgiam, sobretudo no meio urbano. Tal inserção implicou em novas formas de sociabilidade e também de oportunidades para as mulheres para além do contexto familiar.

Na década de 1990 as mudanças no mundo familiar ganharam novo impulso, agora com a difusão do exame de DNA o qual permitirá a identificação da paternidade e assim, conforme alerta Sarti (2010) os costumes, pactos e relações de gênero que estruturam a família ao longo dos tempos foram abalados diante da também abalada dúvida quanto à paternidade.

Destarte, essa intervenção tecnológica introduzirá tensões no lugar masculino no seio da família, pois a comprovação da paternidade possibilitará que esta seja reivindicada, impactando sobremaneira a relação entre pais e filhos indo de encontro àquela atitude considerada tradicionalmente irresponsável em relação à prole (SARTI, 2010).

A Constituição Federal de 1988 também trouxe implicações para a família, uma vez que promoveu a quebra da chefia conjugal masculina e estabeleceu o fim da diferenciação entre filhos legítimos e ilegítimos, algo que foi reiterado pelo ECA em 1990 (SARTI, 2010). Por outro lado, tais medidas são analisadas também como uma espécie de golpe contra o 'pátrio poder', dessacralizando a família ao introduzir a ideia de que é necessário proteger a criança e adolescente em relação a seus próprios familiares. Ademais, a Carta Magna também reitera a importância da convivência familiar como direito básico e institui o poder familiar.

Ao se desidealizar a família torna-se tarefa difícil sustentar um modelo em torno desta, de forma que o contexto atual configura-se a partir da perda de referências rígidas que paradoxalmente trazem consigo dificuldades no que tange à ruptura com o modelo idealizado e naturalizado assim como "a dificuldade de nos estranharmos em relação às nossas próprias referências" (SARTI, 2010, p. 26).

As mudanças que têm se processado na família nas últimas décadas encontram-se atreladas a um projeto emancipador que instituiu, conforme afirma Sarti (2005, p. 39) "novos padrões de comportamento, mas que só foi possível por mudanças, na realidade exterior à família, que afetaram de maneira decisiva esta esfera da vida social, transformando-a fatalmente". Por isso a autora compreende a família como um universo de relações diferenciadas e não como uma totalidade homogênea, embora, as mudanças atinjam de modo diferente cada uma das relações e cada uma das partes no interior dessas relações.

Trata-se de uma verdadeira revolução, que tem se processado nos costumes, na sexualidade, no casamento, afetando de forma marcante o padrão da família. A conformação da sociedade já não corresponde mais de forma inquestionável ao modelo masculino.

As mudanças que têm se processado no espaço privado, como o aumento do número de divórcios, uniões consensuais e nascimento fora do casamento, a diminuição do número de filhos, o aumento do espaçamento do nascimento dos filhos e da idade média de casar, e os arranjos alternativos de família vêm provocando alterações na condição da mulher tanto no espaço privado quanto no espaço público da vida social (OLIVEIRA, 2005, p. 124).

Bilac (2003) pondera sobre a variabilidade histórica da família enquanto instituição, fato que por si só desafia qualquer conceito geral de família. Não obstante, afirma não haver dúvidas quanto ao fato de que boa parte das famílias está mudando e indaga até que ponto tais mudanças significam “a renovação dos modelos já existentes ou a emergência de novos modelos” (BILAC, 2003, p. 35).

Por isso, defende a autora que é preciso “revisitar os papéis sociais e o parentesco, incorporando, porém, nesta revisitação, a perspectiva das relações de gênero”. E ao que tudo indica

as mudanças na organização da família estão se dando, fundamentalmente, a partir das mudanças na condição feminina, que terminam por afetar, também, os papéis masculinos. Assim, é preciso um reexame dos papéis sexuais na família que incorpore, também, sentimentos, vivências e percepções masculinas (BILAC, 2005, p. 36).

Ao considerarmos a forma como as relações sociais se processam no contexto do modo capitalista de produção, nota-se que a afirmação da individualidade também tem implicações decisivas nas relações familiares e sofreu impulsão considerando o papel desempenhado pelas mulheres ao se chocarem com a possibilidade de controle sobre a reprodução, fato que as permitiu deslocar seu lugar da esfera privada para a esfera pública.

Para Oliveira (2005) o modelo de família baseado nos papéis tradicionais de homem/provedor e mulher/dona de casa em tempo integral sofreu um declínio considerável no decurso da segunda metade do século XX. Tal declínio, que pode ser observado tanto em países da periferia quanto do capitalismo central, é reflexo das profundas transformações que se processaram na esfera privada, nas relações de gênero e da intimidade e que repercutiram na condição feminina. Essas mudanças, por seu turno, não estão isoladas do processo de reorganização do capitalismo em nível mundial.

Conforme Valente (2014)

a família nuclear centrada na mãe, como sendo dotada de um pendor natural para cuidar da prole, sobretudo em tenra infância, expressa hoje em dia uma visão naturalizada da família, cada vez mais distante da realidade. Do mesmo modo, a figura do pai provedor está longe de expressar os papéis que os homens são chamados a ocupar desde que as mulheres passaram a dividir com eles a provisão da família (VALENTE, 2014, 59).

Notavelmente duas áreas foram marcadas de forma mais incisiva pelas mudanças, quais sejam a autoridade patriarcal e a divisão de papéis familiares, o que obviamente acarretou na mudança substancial das relações entre homens e mulheres e entre estes e os filhos (SARTI, 2005). Conforme a autora, nas sociedades modernas a dimensão da individualidade é mais valorizada do que nas tradicionais, e nestas últimas os papéis familiares não se apresentam de maneira conflitiva, uma vez que são predeterminados.

Logo,

o problema de nossa época é, então, o de compatibilizar a individualidade e a reciprocidade familiares. As pessoas querem aprender, ao mesmo tempo, a serem sós e a serem 'juntas'. Para isso, têm que enfrentar a questão de que, ao se abrir espaço para a individualidade, necessariamente se insinua uma ou outra concepção das relações familiares (SARTI, 2005, p. 43).

Constata-se ainda que “os papéis sexuais e obrigações entre pais e filhos não estão mais claramente preestabelecidos” de modo que o exercício da autoridade bem como os direitos e deveres outrora predeterminados passam a ser objetos de negociação (SARTI, 2005, p. 44).

Szymansky (2002) também faz alusão a algumas das várias mudanças que podem ser observadas na família, entre as quais “a mudança de hierarquia de poder” (compartilhamento de papéis parentais), diminuição no número de filhos, aumento no número de divórcios (transformações da vida conjugal).

Ao analisarmos o contexto atual devemos considerar que as trocas intersubjetivas na família não podem ser vistas isoladamente, pois as mudanças que vêm ocorrendo afetam também a dinâmica familiar (SZYMANSKY, 2002).

A nosso ver, a abordagem de gênero vem somar à reflexão em torno das mudanças no seio familiar a partir das transformações macrossociais, pois tal leitura propicia a compreensão acerca da noção de cuidado como algo relacionado ao mundo

feminino, ao passo que o homem foi excluído (e se excluía) das ações de cuidado (LYRA et al., 2010).

Na atualidade não é difícil observarmos o quanto as mulheres têm se desdobrado para darem conta de suas ambições profissionais sem abandonar os cuidados dos filhos. Isso ocorre porque não conseguimos romper com o ideal e com a imagem da mãe devotada. Nesse contexto, ao aspirarem outras formas de realização que não pela via da maternidade, as mulheres têm assistido a ampliação de seu papel concomitante a uma sobrecarga e exaustão, frutos de intensas jornadas de trabalho, afinal, elas passaram a constituir força de trabalho imprescindível para a acumulação de capital.

A pesquisa “a mulher brasileira nos espaços políticos e privados”, realizada pelo Núcleo de Opinião Política da Fundação Perseu Abramo, em outubro de 2001, que entrevistou 2.502 mulheres, residentes em 187 municípios de 24 estados das cinco macrorregiões brasileiras, revela que a maioria considera de fundamental importância a inserção no mercado de trabalho, a independência econômica, a possibilidade de tomar decisões a agir livremente, dissociando, pois, sua definição de gênero da ideia da maternidade. Ser mulher, no século XXI, deixou de implicar necessariamente gravidez e parto, o que traduz uma enorme ruptura com a ideologia da domesticidade (RAGO, 2004, p. 33).

Paralelamente, todas as transformações ainda em curso têm também proporcionado a construção da noção de cuidado no universo masculino rompendo “a dicotomia entre pai-provedor-protetor, ou líder instrumental, e mãe-cuidadora, ou líder expressiva-afetiva nas famílias” (LYRA et. al., 2010, p. 88).

Sendo assim, ao pensarmos em questões como o cuidado com os filhos, por exemplo, torna-se necessário reiterar as relações de gênero, mas agora o faremos refletindo o exercício da paternidade ao longo dos tempos. Afinal, como já analisamos, num primeiro momento a participação do homem na reprodução era desconhecida até certo momento da história, sendo que a própria estrutura social e familiar se confundiam, não havendo distinção entre público e privado e sobressaindo o primado da partilha e da solidariedade, de modo que mesmo os cuidados das crianças era algo compartilhado pelo grupo. Os papéis de homens e mulheres não eram, portanto, hierarquizados e a mulher ‘socialmente valorizada’ devido a sua capacidade de gerar, sendo a estrutura familiar, portanto, centrada na figura da mãe (LYRA et al., 2010).

Conforme Lyra et. al. (2010) não se trata de afirmar que não existem diferenças entre as figuras do pai e da mãe, contudo, o autor considera importante haver uma flexibilidade de concepções em torno dos papéis desempenhados por ambos. Considera ainda necessário ampliar a noção de cuidado desempenhada pelos pais, algo que pode ser vantajoso também para as crianças, “na medida em que esses homens teriam mais possibilidade de prover demandas infantis, não só aspectos físicos, mas também afetivos, com mudanças significativas na qualidade relação pai-criança [...]” (LYRA et. al., 2010, p. 88).

Esse novo pai é mais ativo, não se restringindo à disciplina e ao suporte econômico familiar; ele demonstra um maior envolvimento na educação e no cuidado com os(as) filhos(as) de qualquer faixa etária, participa da alimentação, dá mamadeira ou dá os remédios, leva-os na escola, para passear, coloca-os para dormir... Enfim, desenvolve contatos mais estreitos com os filhos, o que era antes reservado apenas à mãe. Não que haja uma inversão de papéis ou que o pai se transforme em uma outra mãe; trata-se de um homem-pai que estabelece relações mais complexas, estreitas e mais ‘reais’ com os(as) filhos(as), que deseja e encontra grande satisfação com isso (LYRA et. al, 2010, p.89).

O referido autor apresenta a paternidade não como uma obrigação, mas como algo que pertence ao desejo e à dinâmica do direito, o que implica em compromisso. É preciso rever as formas de socialização de modo a reverter o papel imposto socialmente aos homens a partir do qual estes não teriam capacidade para cuidar de si ou da prole. É possível, sim, que eles possam ser também fonte de cuidado.

Fernandes (2013) ressalta em seu trabalho a perspectiva do cuidado lançando várias indagações acerca do tema: “como orquestrar um bom cuidado?”, “do que é feito a possibilidade de *ficar com* uma criança?”, “do que se trata este *jeito* de criar e cuidar?”, “seria uma maneira peculiar de tratar o outro?”, “Uma delicadeza?”, “Uma capacidade construída no decorrer de uma trajetória?”, “Um dom natural?”. A partir dos relatos de experiências obtidos no estudo de campo, a autora procura “esboçar algumas possíveis tentativas de compreensão” do tema.

Quanto ao *jeito* refere-se a “estabelecer um juízo”, ele media a esfera coletiva e da intimidade, estando relacionado à ordem da moralidade e exprime avaliação “da forma de orquestrar o amor, o carinho, o toque, o zelo, a educação, a imposição de limites, a alimentação, o respeito, a vigília dos horários da criança, os olhares, a imposição de voz” (FERNANDES, 2013, p. 10). Ele é “qualificador de relações”.

Para se cuidar de uma criança é preciso ter *jeito*, é preciso possuir esta qualidade retratada como inata, uma vez que existem pessoas que “definitivamente não têm *jeito* nenhum” para cuidar de criança. Ao mesmo tempo, é possível se construir um *jeito* de cuidar em determinada fase da vida. A adolescente que engravidou e “não tinha *jeito* nenhum com criança” e que agora, “mulher adulta” tem condições de cuidar. Desta maneira, o *jeito* aparece também como uma expertise. Diz-se que todos têm um *jeito* de fazer as coisas, mas nem todos os *jeitos* são socialmente aceitos por aqueles que participam das relações de cuidados. É também com base no *jeito* que as relações se transformam e que o cuidado é possível dentro de configurações específicas (FERNANDES, 2013, p. 10)

E ao pensarmos as configurações específicas que as famílias têm assumido, sobretudo, quando da separação dos casais e, portanto, da necessidade de partilha dos cuidados com as crianças, é de suma importância refletir-se sobre o *jeito* de cuidar e como este pode comparecer como um “marcador de legitimidade e confiança” e como “permite iluminar certas lógicas de gênero encobertas por um campo repleto de binarismos” (FERNANDES, 2013, p. 11).

A ideia de cuidado encontra-se relacionada à figura da mulher, dado este que retroalimenta, no entender da autora, a já naturalizada concepção em torno desta atividade, concebida como inata, sinônimo de amor e devoção que fazem parte de toda mulher. Portanto, “fazer aparecerem os homens nos cuidados” trata-se de um desafio. Eles “estão em uma posição de fronteira nas atividades de cuidado”.

A posição masculina no cuidado das crianças é muito reversível e variante, ao mesmo tempo em que é enaltecida “crianças respeitam melhor os homens”, reclamada e pranteada “Homens ausentes”, ela também é muito estigmatizada “o medo do abuso”, ou desqualificada “homens não tem *jeito* pra cuidar” [sic] (FERNANDES, 2013, p. 12).

Mas, defende a autora que “a presença dos homens no cuidado permite pensar que o *jeito* pode ser exercitado por outros, pode ser aprendido, e logo, ser uma competência” (FERNANDES, 2013, p. 12). Em suma: “existe muita desaprovação com o sumiço e a ausência dos pais, no entanto, em algumas situações, existe grande desconforto quando estes resolvem se aproximar” (FERNANDES, 2013, p.15).

Nesse contexto, parece ser um desafio cotidiano romper com os papéis socialmente impostos a homens e mulheres. É algo que se depreende também da reflexão de Sousa (2010) que pondera que peças publicitárias, novelas, comerciais, têm buscado ressaltar o papel da mulher matriarca em detrimento do pai “irresponsável e

egoísta” e isso ressoa na des(valorização) dos papéis parentais podendo ainda acarretar repercussões para a percepção em torno das figuras parentais, já que “discursos dominantes sobre a valorização e culpabilização dos homens-pais são continuamente reproduzidos no campo social” (SOUSA, 2010, p. 76).

É necessário considerar ainda que as mudanças familiares têm assumido sentidos diferentes conforme os segmentos sociais, assim como os efeitos de tais mudanças, tendo em vista que o acesso aos recursos se dá numa sociedade de classes, portanto, essencialmente desigual.

Ante o exposto, compreendemos que a família deve ser percebida e vista no seu movimento. Um movimento constante que constrói arranjos familiares que possuem estreita relação com o contexto sociocultural e econômico em que vivemos em dado momento histórico e que tem como marca principal a diversidade.

Indispensável ainda considerar a necessidade de intervenção estatal por meio de políticas sociais amplas, pois ainda que estas não sejam capazes de promover mudanças estruturais, se constituem elemento importante no contexto do modo capitalista de produção dizendo respeito até mesmo à sobrevivência de homens e mulheres, portanto, famílias e indivíduos. Sobre as políticas sociais e a intervenção estatal abordaremos no tópico a seguir de forma mais detida.

3.2- A RELAÇÃO FAMÍLIA E POLÍTICAS SOCIAIS

Falar da relação entre família e políticas sociais implica reportarmos à reflexão de ambas em relação ao Estado. Tal relação é conflituosa desde o princípio conforme salienta Miotto (2010), uma vez que se mostra mais relacionada ao controle dos comportamentos dos indivíduos por parte do Estado. O debate em torno dessa relação se daria então em duas frentes: uma que acredita que há por parte do Estado uma “invasão progressiva e de controle sobre a vida familiar e individual”; outra que considera que o Estado tem permitido “uma progressiva emancipação dos indivíduos” à medida que ele intervém enquanto protetor, garantindo direitos e fazendo oposição a outros centros de poder tais como igreja, família e comunidade (MIOTTO, 2010, p. 45).

Apesar de ser reconhecidamente importante na esfera da proteção social, a família nem sempre recebeu a devida importância no debate sobre seu papel no contexto das políticas sociais. Tal condição, conforme pondera Miotto (2009) passou a se modificar somente a partir da década de 1970 estando atrelada ao processo de desenvolvimento da “crítica feminista sobre a centralidade dos homens nas teorias prevalentes relacionadas ao *Welfare State*” (MIOTTO, 2009, p. 130). Vincula-se ainda,

ao declínio da sociedade salarial e à crise do *Welfare State*, que fizeram com que a família fosse ‘re-descoberta’, tanto como instância de proteção, como também quanto possibilidade de ‘recuperação e sustentação’ de uma sociabilidade solidária (MIOTTO, 2009, p. 130).

No contexto do liberalismo nascente o desenvolvimento do modo de produção capitalista acarretou mudanças radicais nas formas tradicionais de prover proteção social, o que até então era garantido pela família, pela igreja e pelos senhores feudais. Com o desaparecimento dos antigos vínculos comunitários, e a partir da separação entre rua e casa e da divisão de tarefas entre a mulher (casa) e o homem(trabalho), seguiu-se a instauração de um salário individual e com ele “o ideal do macho que mantém a família” (MIOTTO, 2009, p.131), gerando uma clara divisão de papéis entre homens e mulheres e edificando o papel da família enquanto canal natural de proteção, enquanto espaço privado por excelência.

Com o agravamento da questão social ocorreram mudanças significativas nas formas de proteção social, passando o Estado a jogar papel mais atuante na

regulação das relações entre a economia e as demandas sociais. No contexto do Estado de Bem-Estar Social, embora a proteção social tenha se desenvolvido de formas diferentes em cada país, “a família nunca deixou de ter um papel significativo na organização e desenvolvimento dos diferentes sistemas de proteção social” (MIOTO, 2009, p. 135).

Conclui a autora que mesmo no contexto do capitalismo de bem-estar, os sistemas de proteção social contaram com a família, cumprindo esta um papel importante na proteção social ao lado do pleno emprego. Ocorre que as transformações pelas quais a família passou a partir da segunda metade do século XX, fez com que assistíssemos ao retrocesso no que tange à proteção social e junto com ele emerge com força a ideia de família como um ator indispensável na provisão de bem-estar (MIOTO, 2009).

Carvalho (2005) também situa a família no contexto do Welfare State gestado nos países centrais. Nesse momento, marcado pela proteção social do Estado, criou-se o imaginário de que o indivíduo, agora na qualidade de “cidadão”, poderia “trilhar sua vida apenas dependente do Estado e do trabalho e não mais das chamadas sociabilidades comunitárias e familiares” (CARVALHO, 2005, p. 16). Tudo isso girava em torno da ideia de um Estado forte o bastante para assegurar políticas sociais e realizar a partilha da riqueza socialmente produzida freando os apelos selvagens do capital. Contudo, na década de 90 constata-se que tais promessas estavam ameaçadas diante da reforma do Estado, da transformação produtiva e precarização do trabalho, aumento da pobreza e das desigualdades sociais (CARVALHO, 2005).

Nos anos 70 a ascensão do pensamento neoliberal acarretou mudanças significativas no papel do Estado, em especial na forma deste intervir na questão social e suas expressões. Ocorre a ruptura da centralidade do Estado enquanto agente de provisão de bem-estar em favor do mercado e do chamado Terceiro Setor e dilui-se a responsabilidade coletiva de proteção social em detrimento da responsabilização dos indivíduos e de suas famílias. Tal processo é denominado pela autora de “familiarização” e refere-se à ideia de que cada vez mais as necessidades das famílias passam a depender da participação de seus membros na esfera mercantil. Trata-se de um processo de supervalorização da família,

especialmente no âmbito das políticas públicas, conforme alerta a autora (MIOTO, 2009).

No que tange ao cenário contemporâneo Mioto (2010) destaca que são duas as linhas de interpretação que têm alimentado o debate sobre a relação entre família e Estado: a primeira que concebe a família “numa perspectiva de perda de funções, de perda da autonomia e da própria capacidade de ação” sendo o Estado “cada vez mais intrusivo” (MIOTO, 2010, p. 48); a segunda corrente, embasada nos estudos da condição feminina compreende a invasão do Estado no âmbito da família como uma sobrecarga de funções e não como uma redução destas.

A intervenção estatal, portanto, se daria de três maneiras: por meio de legislações que regulam as relações familiares; através de políticas demográficas que ora incentivam ora controlam a natalidade; e por meio “da difusão de uma cultura de especialistas” nos aparatos de polícia e de assistência destinados de forma especial às classes populares (MIOTO, 2010).

Sobre este último aspecto, são reveladoras as reflexões de Donzelot (1980) ao abordar as medidas educacionais encampadas pelo Estado que objetivavam efetivar um modelo de intervenção estatal de cunho moral dentro das famílias. Tais intervenções – que repercutiram até mesmo na construção das casas populares, reduzindo-se espaços de socialização (separando-se adultos e crianças) e ressoando na separação dos sexos – se baseavam numa lógica de dominação atrelada ao capitalismo liberal nascente, o qual repercutirá no processo de construção histórico, social e econômico da família do século XVII até o XIX. Portanto, a intervenção estatal na família burguesa e na família operária ocorria de maneira diferente: na primeira, se dava a partir de uma aliança entre a classe médica e as mães, as quais passaram a ser as cuidadoras de seus filhos, saindo de cena as serviçais que antes se dedicavam a esses cuidados. Já na família operária a intervenção se processava com base em princípios higienistas, voltando-se para as atitudes consideradas imorais e para a falta de higiene.

Retomando à intervenção estatal, ambas as correntes/interpretações concordam que é o Estado a instituição de maior importância, responsável por definir regras e normas jurídicas, políticas, econômicas, entre outras, nas quais a família deverá se

inserir (MIOTO, 2010). Essas formas de interpretar as relações entre família e Estado acabam por explicitar a complexidade, contraditoriedade e ambivalência de ambos, pois “as famílias não são unidades simples e homogêneas e nem o Estado é uma unidade monolítica” (MIOTO, 2010, p. 50).

Mioto (2010) aponta ainda que há um caráter paradoxal nesta inter-relação entre Estado e família, pois apesar do reconhecimento de sua centralidade no âmbito da vida social, há ao mesmo tempo um processo de permanente penalização da família. A persistência desse paradoxo, bem ressalta a autora, “é atribuída à ideologia secular de que a família é uma sociedade natural e sujeito econômico de mercado” (MIOTO, 2010, p. 47). Desse modo, a intervenção do Estado deveria ocorrer em casos de falimento ou pobreza da família. Tal defesa ganhará corpo quando da Reforma do Estado, momento no qual a ótica prioritária de atuação se dá a partir da contabilidade.

Borges (2007) ressalta elementos para uma análise atual no que tange às políticas sociais e à família. Destaca os impactos da reestruturação produtiva, entre os quais, desemprego, precarização do trabalho, perdas de salários e benefícios arduamente conquistados, costumam ser analisados no âmbito do indivíduo. Contudo, há que se considerar que os “trabalhadores vitimados” não vivenciam esses processos apenas de forma individual, ao contrário, eles possuem vínculos sociais que estão para além de sua inserção no mercado de trabalho e que reverberam em todas as dimensões da sua vida, sendo uma das primeiras a família (BORGES, 2007).

Em contextos de crise a família é forçada a se adaptar e promover novos e constantes arranjos buscando minorar as perdas. No caso brasileiro cuja fragilidade e baixa cobertura de proteção social por parte do Estado sempre foi uma constante coube e ainda cabe à família e suas redes o papel principal de suporte e proteção e no caso das famílias pobres a rede de obrigações estabelecida equivale à noção de família (BORGES, 2007).

Carvalho (2005, p. 18) também ressalta o aspecto de revalorização da família no contexto atual. Para a autora a família vem sendo convocada a retomar o “lugar de destaque na política social”, sendo “ao mesmo tempo beneficiária, parceira e pode-se dizer uma ‘miniprestadora’ de serviços de proteção e inclusão social”. A família

volta a ser revalorizada em seu papel de socialização o que não pode significar o recuo da proteção social por parte do Estado (CARVALHO, 2005).

Ao abordar as concepções estereotipadas de família e papéis parentais Mioto (2010) pondera que as transformações ocorridas no âmbito da família nos últimos cinquenta anos vêm se manifestando nos serviços públicos que atendem as famílias. Embora pareça haver um consenso acerca da diversidade dos arranjos familiares, além de vínculos conjugais de forma temporária e questões relacionadas aos avanços da reprodução humana, é possível observar-se a persistência do uso do termo “famílias desestruturadas”, algo que guarda relação com o entendimento sobre as funções familiares. Ou seja, apesar de se reconhecer as mudanças referentes à estrutura e composição da família, persiste a crença sobre um padrão de funcionalidade arraigado em premissas tradicionais relativas aos papéis materno e paterno.

Salienta-se ainda a tendência histórica, conforme bem explicitado por Mioto (2010),

[...] de considerar os processos de atenção à família a partir da ótica da incapacidade e da falência, na organização de serviços em áreas como a judiciária, social ou da saúde, tem sido alimentada especialmente pela centralização de recursos em programas de apoio sociofamiliar que visam atender às fases mais cruéis dos problemas [...]. Pouco ou muito pouco os programas têm se voltado para as dificuldades cotidianas das famílias na perspectiva de dar-lhes sustentabilidade. Isto para que consigam superar momentos críticos de sua existência e para que não cheguem a vivenciar situações que podemos considerar limites (MIOTO, 2010, p. 56).

Para Iamamoto (2010) é importante conceber a família como um espaço de proteção, de socialização e também de reprodução dos indivíduos, sendo que a capacidade da família de prover as necessidades de seus membros está estreitamente relacionada à posição que ela ocupa no mercado de trabalho.

Ocorre que em meio à lógica produtivista que rege o sistema capitalista também a família é afetada, por uma lógica pragmática e produtivista que traz em seu cerne a competitividade, a rentabilidade, a eficácia e eficiência como valores que referenciam a vida em sociedade, forjando-se um cenário conservador que se espraia sob as formas culturais, a sociabilidade, a subjetividade e identidades coletivas estimulando por vezes um clima de grande desesperança (IAMAMOTO, 2010).

Mas é igualmente em meio a essa “dinâmica conflituosa” que se encontram as possibilidades de luta pela instauração de outro padrão de sociabilidade que tenha como norte os valores democráticos, os quais para serem alcançados requerem um papel de protagonismo da sociedade civil (IAMAMOTO, 2010).

E sendo assim, as inúmeras mudanças afetam todos os níveis de sociabilidade e interferem também no plano jurídico, promovendo alterações sobre o estatuto legal da família, sendo este, produto da ação de diversas forças sociais, entre elas movimento feminista e em favor dos direitos das crianças (SARTI, 2010).

Mioto (2004) destaca que no contexto do Judiciário há uma tendência a se recorrer ao esquema educativo o qual se apoia em teorias sociológicas, psicológicas e psiquiátricas conduzindo-se à regulação da violência na vida privada. Exemplo disso é o fato de que as transformações da família tem sido um consenso apenas no que tange aos aspectos referentes à sua estrutura e composição, não abrangendo as expectativas sociais em torno das tarefas e obrigações de seus membros, independentemente do lugar que a família ocupa na linha da estratificação social. Muitas vezes em sua atuação o profissional “se movimenta através de processos pautados nos padrões de normatividade e estabilidade”, em ações voltadas à perspectiva de funcionalidade, integração e controle social. Desse modo, deixa-se de situar e discutir a família num contexto de uma sociedade desigual em detrimento de uma visão que fortalece a família enquanto “produtora de patologia” (MIOTO, 2004, p.4).

Ainda tendo em vista o Judiciário, interessante destacar a ponderação que faz Iamamoto (2010, p. 282) acerca do processo de normatização da vida:

a fixidez da normatização choca-se com a dinâmica societária, uma vez que as relações interpessoais e intersubjetivas, em seus componentes históricos e sociais, são datadas e dinâmicas. Ocorre amiúde uma *defasagem temporal e sócio-histórica entre as normas legais e a dinâmica societária* (grifo da autora).

Em meio a esse turbilhão de mudanças pelo qual passa a sociedade, e a família nesse contexto, o trabalho com famílias tem se constituído numa preocupação crescente para os profissionais de Serviço Social. Trata-se, conforme explicita Mioto (2004) de algo atual e complexo, cuja discussão abarca inúmeros aspectos, dentre

os quais as diferentes configurações familiares e as relações entre a família e outras esferas da sociedade tais como sociedade civil, mercado e o próprio Estado.

Diante disso, importante sublinhar, tal qual assevera Iamamoto (2010, p. 283), a situação peculiar que atinge os assistentes sociais que atuam no judiciário, já que estes profissionais lidam com “*situações-limite que condensam a radicalidade das expressões da questão social em sua vivência pelos sujeitos*” (grifo da autora) e estes por seu turno buscam a tutela judicial quando os demais recursos foram esgotados, a fim de que este agente externo à família possa intermediar o acesso a direitos e/ou indicar alternativas possíveis para resolução da dinâmica conflituosa das relações familiares.

Sobre a intervenção do assistente social na área sociojurídica já lançamos algumas reflexões nas páginas anteriores. No capítulo que segue nos empenharemos em refletir a atuação profissional no âmbito do Poder Judiciário em situações de contenda conjugal no contexto da alienação parental, tendo como pano de fundo todos os elementos até aqui elencados, os quais interferem sobremaneira nas relações familiares e na intervenção profissional.

4- CONSIDERAÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE A ALIENAÇÃO PARENTAL

Tendo em vista as discussões até aqui realizadas, observa-se o quão tenso é o terreno sociopolítico e legal de atuação da/o assistente social, conforme bem nos descreve Iamamoto (2010) chamando atenção ainda para o fato de que é preciso trazer à tona os dilemas do Serviço Social na chamada área ou campo sociojurídico o que servirá para “alargar o espectro do debate que merece ser estimulado e cultivado” (p. 264). É dessa maneira que entendemos a necessidade de discussão e debate em torno dos temas propostos no presente trabalho, que tem como objetivo discutir a intervenção profissional no âmbito da alienação parental. É no intuito de alargar o debate que nos debruçamos sobre esse tema, tão pouco explorado pelo Serviço Social, apesar deste ser constantemente demandado a intervir em casos onde se “constata” ou “se pretende constatar” a prática do quem vem sendo intitulado de alienação parental.

Nesse capítulo buscaremos problematizar a alienação parental tendo em vista os elementos estudados até o momento, os quais entendemos ser de grande importância para que não percamos de vista o contexto macrossocial que envolve as famílias que litigam, assim como não deixemos de considerar as especificidades que perpassam a atuação da/o assistente social no Poder Judiciário e as questões éticas da profissão. Só a partir desses elementos entendemos ser possível se refletir a atuação profissional em processos judiciais cujo contexto se refira a acusações de alienação parental.

Conforme explicitamos na introdução deste trabalho, tratar da alienação parental no âmbito de atuação da/o assistente social constitui por si só tarefa difícil e nossa intenção encontra ainda mais percalços haja vista a reduzida produção teórica sobre a temática no cenário brasileiro. Por este motivo, além de recorrermos às

produções²⁴ da área com as quais tivemos contato buscamos a interlocução com outras áreas do saber como a Sociologia e a Antropologia, cujos trabalhos utilizados serviram de base para reflexões no que concerne às várias mudanças pelas quais têm passado a família ao longo dos tempos, além das áreas do Direito e da Psicologia com as quais o Serviço Social se aproxima no âmbito do Judiciário, procurando, antes de tudo, alargar alguns conceitos.

Observamos que em grande parte dos estudos sobre a alienação parental, autores de diferentes áreas do saber têm se ocupado de explorar o contexto social e os papéis parentais dedicando parte de sua atenção ao debate sobre a família e às mudanças nas relações familiares. Entendemos que tal discussão se faz realmente necessária por ser na família que repercutirão os efeitos das transformações macro sociais que também ressoarão nas individualidades. E é nesse contexto que podemos inserir as análises sobre o primado materno em relação à prole, que afirmam o amor da mãe como algo inato, instintivo à mulher nas sociedades ocidentais contemporâneas e que operam na realidade atribuindo à figura paterna um papel de menor importância cuja capacidade de cuidados com os filhos também seria limitada.

De certo modo a crença na ideia de que a mulher é quem realiza de forma adequada os cuidados dos filhos, sendo ela predestinada para tal, parece repercutir nas decisões prolatadas pelo Poder Judiciário de todo o país que ainda garantem, em sua maioria esmagadora, a guarda unilateral dos filhos às mães. Por seu turno, conforme ressaltamos algumas páginas atrás, no contexto atual o avanço tecnológico tende a produzir tensões no lugar masculino no seio familiar, pois a

²⁴ BARBOSA, L. de P. G.; CASTRO, B. C. R. de. **Alienação parental**: um retrato dos processos e das famílias em situação de litígio. Brasília: Liber Livro, 2013.

LIMA, E. F. da R.; SANTOS, L. de S. Síndrome da Alienação Parental: estudo de caso sob o enfoque psicológico e social no campo do judiciário. In: BERNARDI, D.C.F et al. (orgs.). **Infância, juventude e família na justiça**: ações interdisciplinares e soluções compartilhadas na resolução de conflitos. São Paulo: Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do TJSP. 2012, p. 163-189.

SILVA, F. M.; SILVA, M. I. da. A atuação do assistente social judicial diante da alienação parental no município de Monte Alegre de Minas Gerais. **Revista da Católica**, Uberlândia, v.3, n.6. 2011.

VALENTE, M. L. C. S. Alienação parental: sintoma da modernidade? In: SILVA, A. M. R. da; BORBA, D. V. (orgs.). **A morte inventada**: alienação parental em ensaios e vozes. São Paulo: Saraiva. 2014.

VALENTE, M. L. C. S. Síndrome da alienação parental: a perspectiva do Serviço Social. Associação de Pais e Mães separados (org.). **Síndrome da alienação parental e a tirania do guardião**: aspectos psicológicos, sociais e jurídicos. Porto Alegre: Equilíbrio, 2008.

comprovação da paternidade possibilitou que os homens passassem a reivindicá-la, o que impactou sobremaneira a relação entre pais e filhos.

Assim, compreendemos que não é possível discutir o tema da alienação parental no âmbito de atuação da/o assistente social sem que se considere o caminho até aqui percorrido, ou seja, sem que se leve em conta elementos de estudo como o Estado, a questão social, as políticas sociais, a família, o direito e o processo de judicialização. O Estado, que como vimos até aqui, tem assumido cada vez mais uma ação interventiva voltada a penalizar comportamentos e atitudes consideradas transgressoras à ordem, ao tempo em que se afasta de seu papel de intervenção sobre as expressões da questão social que se espriam sobre as famílias, sobretudo as mais empobrecidas.

Igualmente não se pode ignorar o papel do judiciário e a interferência que decisões judiciais ocasionam na vida das pessoas, tendo em vista ainda que a/o assistente social é um dos profissionais acionados para que, com seus conhecimentos técnicos, manifeste-se acerca de várias situações, nesse caso sobre a ocorrência da alienação parental.

Ademais, a lei que trata da alienação parental prevê que esta será detectada por meio de perícia psicológica ou “biopsicossocial”, e traz em seu texto várias consequências para aquele que for considerado “alienador”. Entretanto, para além da punição parece haver um esvaziamento de discussões e debates que visem a problematizar a questão sobre outra ótica que, no que se refere à atuação da/o assistente social, compreendemos que passa ao largo da punição, mas antes da reconstrução das histórias de vida dos sujeitos que se encontram em meio aos conflitos familiares judicializados.

Destacamos não ser nossa pretensão discutir sintomas ou estágios da alienação parental bem como aspectos emocionais e/ou psíquicos dos envolvidos, pois entendemos que estes vêm sendo debatidos pelas áreas afins. Tampouco buscamos discutir os aspectos comportamentais dos genitores ditos “alienadores” ou das crianças “vítimas” de alienação parental.

Nosso propósito consiste em estabelecer algumas aproximações teóricas à alienação parental a partir de uma análise focada nas questões socioculturais que se traduzem nas representações dos lugares de homem/pai e de mulher/mãe e que diante das transformações na sociedade contemporânea e na família implicam em conflitos para os quais muitas vezes aciona-se o Judiciário para intervir.

Já no que concerne propriamente à intervenção da/o assistente social, pretendemos trazer à luz elementos de reflexão a partir do Projeto Ético Político da profissão, além de todos aqueles aspectos abordados referentes ao Estado, à questão social, às políticas sociais, ao papel do direito na sociedade capitalista e ao processo de judicialização, os quais, compreendemos, são fundamentais para se entender a realidade macro social que afeta a sociabilidade dos indivíduos e que reverbera nas famílias.

Tal qual Souza (2006, p. 61) compreendemos que:

A sociedade é ela mesma produtora e reprodutora de conflitos sociais de diferentes formas e contraditoriamente esta mesma sociedade produz e reproduz formas institucionalizadas ou não de resolução desses conflitos buscando garantir a “coesão social”. A busca pela coesão constitui importante argumento em defesa da existência de um agente disciplinador, regulador e controlador do comportamento dos indivíduos que vem a ser o Estado, algo que sustenta a visão jurídica e de justiça.

Dito isto, destacamos nossa proposta teórico-metodológica que, vinculada ao pensamento crítico dialético, parte da premissa do ser social como base constitutiva das relações sociais em detrimento de visões estritamente biologizantes, psicologizantes e jurídicas dos conflitos. Dessa maneira, entendemos que este ser social é responsável por produzir e reproduzir relações sociais em dado contexto histórico e o conflito nessa perspectiva se coloca, antes de tudo como social, pois se trata do produto das relações entre os indivíduos e entre estes e a sociedade, podendo ser responsável também por impulsionar mudanças.

4.1- ALIENAÇÃO PARENTAL E SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL (SAP): O JUDICIÁRIO COMO PALCO DAS DISPUTAS ENTRE OS GÊNEROS

É preciso ter em conta uma importante diferenciação entre alienação parental e síndrome da alienação parental (SAP). A alienação parental se constituiria em linhas gerais, num recurso de que dispõe um dos genitores objetivando mudar a percepção da criança em relação ao outro genitor. Quanto à SAP, seria uma espécie de resultante do processo de alienação parental, que traz consigo consequências emocionais e se constitui num distúrbio, necessitando ainda da participação ativa da criança, segundo Gardner.

Gardner (2002) ao descrever a Síndrome da Alienação Parental (SAP) a sintetizou da seguinte forma:

A Síndrome de Alienação Parental (SAP) é um distúrbio da infância que aparece quase exclusivamente no contexto de disputas de custódia de crianças. Sua manifestação preliminar é a campanha denegritória contra um dos genitores, uma campanha feita pela própria criança e que não tenha nenhuma justificação. Resulta da combinação das instruções de um genitor (o que faz a “lavagem cerebral, programação, doutrinação”) e contribuições da própria criança para caluniar o genitor-alvo. Quando o abuso e/ou a negligência parentais verdadeiros estão presentes, a animosidade da criança pode ser justificada, e assim a explicação de Síndrome de Alienação Parental para a hostilidade da criança não é aplicável (GARDNER, 2002).

Outros autores, estudiosos do tema, ressaltam a perspectiva empregada por Gardner. De acordo com Sousa (2010, p. 99):

A SAP foi descrita por Gardner como sendo um distúrbio infantil, que surge, principalmente, em contextos de disputa pela posse e guarda de filhos. Manifesta-se por meio de uma campanha de difamação que a criança realiza contra um dos genitores, sem que haja justificativa para isso. Essa síndrome resulta, segundo o psiquiatra norte-americano, da programação da criança, por parte de um dos pais, para que rejeite e odeie o outro, somada à colaboração da própria criança – tal colaboração é assinalada como fundamental para que se configure síndrome.

Assim sendo, não bastaria haver uma programação ou lavagem cerebral da criança para que se configure a SAP, é indispensável, no entender de Gardner, que a criança contribua com a difamação, aderindo à programação e “deletando” suas lembranças positivas em relação ao outro genitor.

Valente (2014a) também recupera o sentido da síndrome da alienação parental na perspectiva de Gardner, afirmando que esta era concebida como uma campanha na tentativa de

destruir ou evitar a manutenção de vínculo afetivo entre a criança e uma das figuras parentais[...]. A criança, sugestionada contra uma das figuras parentais, passa a temê-la e a rejeitá-la, instaurando um quadro descrito como 'síndrome da alienação parental'. Portanto, quando a criança adere ao projeto de anulação da figura parental dita 'alienadora' está instaurada a 'síndrome', segundo o psiquiatra (VALENTE, 2014a, p. 55-56).

A autora busca desconstruir a concepção de Gardner, pois considera que a alienação parental deve ser compreendida a partir de uma abordagem mais ampla que leve em conta aspectos sociais, buscando compreender em que medida as transformações “refletem processos sociais mais amplos, atravessados por mudanças nas mentalidades” (VALENTE, 2008a, p. 70). A estudiosa procura refletir o tema a partir de referenciais do pensamento contemporâneo, rejeitando o viés de cunho ajustador proposto por Gardner. Dessa forma, procura pensar “os sujeitos que vivenciam processos de alienação parental” não “como meros opositores, como se configura no processo judicial” (VALENTE, 2014a, p. 56).

No âmbito do Direito a autora Souza (2014) encaminha a discussão considerando, dentre outros elementos, o direito da criança à convivência familiar. Para tanto, se baseia no Estatuto da Criança e do Adolescente ressaltando que tal instituto legal prevê e defende a vida em família como algo indispensável para a criança em fase de crescimento. Afirma a autora que os filhos possuem não só o direito à convivência com ambos os genitores, mas a necessidade “inata” de afeto do pai e da mãe. Pondera ainda que a família é o porto seguro das crianças e por isso tem importante papel em propiciar o desenvolvimento sadio das mesmas, embora nem sempre a família cumpra com o dever de proteção dos seus membros.

Tal assertiva traz duas grandes questões a nosso ver: primeiro, se tratamos do afeto e do cuidado como construções históricas, entendendo que outras pessoas podem “ocupar o lugar” dos pais, exercendo a função de cuidado, não se trata, portanto, de algo inato. E sobre o aspecto do *cuidado* tecemos algumas considerações no capítulo anterior. Segundo, entendemos que de fato a família possui um papel relevante no desenvolvimento de suas crianças e adolescentes, contudo, compreendemos que a possibilidade de proteção não se encontra desconectada dos

elementos macrossociais frutos do modo de produção que regula nossa vida em sociedade e que impactam no trato da questão social e de suas múltiplas expressões que repercutem na família.

A alienação parental tal qual se apresenta nos litígios de família “consiste em restringir ou eliminar o papel do chamado ‘visitante’ na vida da criança” e, conforme Valente (2008a, p. 73) comparece em ações de divórcio, guarda e regulamentação de visitas. A autora ressalta ainda que “o pagamento dos alimentos costuma, com enorme frequência, ser motivo de contenda”, não sendo raro “o guardião admitir que impede a visitação pois aquele que a requer não cumpre o dever de alimentar o filho ou a pensão estipulada não atende suas reais necessidades” (VALENTE, 2008a, p.74). Contudo, adverte a autora, embora tal problemática compareça com certa frequência no Judiciário, não há no Brasil registros oficiais acerca da ocorrência da alienação parental. Além disso, é algo que pode ocorrer em qualquer classe social, obviamente que ganhando contornos específicos mediante as situações concretas.

A leitura empreendida por Gardner remete a uma conceituação médica que se assemelha a uma patologia psiquiátrica e afasta outros elementos possíveis de análise, sobretudo as complexas transformações sociais no âmbito da própria família e nesse contexto a questão do gênero, já que ocorre uma tendência a se reproduzir as normas dominantes quando das disputas judiciais, ou seja, “as disputas de guarda e os conflitos sobre visitação se inscreveriam como uma manifestação da disputa entre os gêneros” (ANTUNES, 2010, p. 73).

Trata-se de uma perspectiva vinculada à psiquiatria classificatória, que apresenta um viés puramente ajustador e que no contexto da alienação parental trata os sujeitos como meros opositores tal qual o processo judicial, além de estabelecer uma relação de causa e efeito que diminui a capacidade de os indivíduos reagirem frente às adversidades da vida.

Todavia, para que se compreenda a alienação parental se faz necessário abandonar a perspectiva dualista que coloca alienador (aquele que afasta) *versus* alienado (aquele que é afastado). É preciso pensar sobre os “pais e mães cujos filhos sofrem processos de alienação parental como sujeitos perpassados pela avalanche de transformações ocorridas na família nas últimas décadas” (VALENTE, 2014a, p. 56).

Os sujeitos envolvidos em processos de alienação parental são homens e mulheres atravessados pelas questões de seu tempo, aturdidos entre os deveres parentais e as exigências de eficiência e sucesso que demandam os tempos atuais. Desse modo, deve-se evitar rotulá-los de alienadores, ou mesmo vitimizá-los (VALENTE, 2014a, p. 63).

Sousa (2010) destaca que a visão de Gardner é determinista e limitada no que tange ao comportamento dos atores sociais envolvidos, sendo ignorados os processos de singularidade dos sujeitos e sua capacidade de lidar com os conflitos.

Essa associação entre o saber médico psiquiátrico e o jurídico que conformam, nos dizeres de Fávero (2010, p. 8) “o consórcio Psiquiatria e Justiça”, refere-se ao indivíduo como “fonte de seus males” sendo, portanto, necessária a ação do Estado de modo a controlar os comportamentos e disciplinar as relações cotidianas, inserindo-se no contexto do Estado Penal em detrimento do Estado Social, conforme discussão desenvolvida algumas páginas atrás.

Importante salientar que os aspectos clínicos e jurídicos da SAP são relevantes e não podem ser negados, contudo, concordamos com Valente (2014a) que estes têm sido abordados pelos profissionais de saúde mental e juristas, cabendo aos assistentes sociais pensar a SAP numa perspectiva interligada às relações familiares como relações socialmente construídas.

Entretanto, conforme constata a referida autora, não há referências diretas sobre o tema da alienação parental no Serviço Social brasileiro, ao passo que o norte-americano e o inglês o abordam de maneira farta. Por isso, a autora chama atenção para o conceito trabalhado por Bruno (2004) que trata do “assenhoramento feminino das relações parentais e das relações familiares em geral”.

Bruno (2004) afirma que de forma constante, profissionais que atuam nas Varas de Família, a exemplo das/os assistentes sociais, se deparam com mulheres que se colocam como senhoras absolutas das relações parentais, como verdadeiras proprietárias de seus filhos, uma espécie de “assenhoramento das relações parentais-filiais”. O termo assenhoramento estaria relacionado ao sentido de “reinar sobre”, e se traduz em expressões usualmente empregadas por mulheres que ingressam com ações nas Varas de Família: “Vim buscar o meu direito: o direito de mãe”; “O filho é da mãe”; “A Lei me protege porque eu sou a mãe”; e,

acrescentaríamos ainda uma frase muito ouvida quando dos atendimentos que é: “juiz nenhum tira um filho da mãe”.

Tais discursos trazem consigo uma contradição, pois se homens e mulheres são cidadãos, as mulheres não poderiam se colocar ora como superiores ora como vítimas que precisam de proteção estatal. Assim, para entender tal processo, Bruno (2004) analisará a configuração da cidadania feminina, inferindo que “uma das hipóteses possíveis, [...], é de que durante o processo de elaboração da legislação brasileira as mulheres foram basicamente identificadas [sic] a partir da família, e, portanto sua cidadania foi tratada de forma subalterna” (BRUNO, 2004, p. 41).

Nesse sentido e visto que o conceito de cidadania sempre pressupõe a questão de indivíduos portadores de direito, as mulheres, a partir da ótica dos direitos individuais, foram tratadas na discussão sobre família no processo constituinte não como portadoras de direito, mas como alvo de ações que visam ao direito da unidade familiar de ser protegida (BRUNO, 2004, p. 44).

Ocorre que as leis que reconhecem a igualdade entre homens e mulheres no âmbito doméstico foram fundamentadas em concepções de desigualdades, a partir da ideia de concessão, configurando assim um processo de “cidadania concedida”. E sendo assim, ao se considerar que as mulheres tiveram sua cidadania erguida sobre a ideia de concessão e centralidade na família, quando se sentem ameaçadas em perdê-la podem reagir a partir de uma atitude “vampiresca” que se caracteriza não por algo mórbido, mas pela luta por reconhecimento daquele que é “seu espaço de identificação e reconhecimento da cidadania” (BRUNO, 2004, p. 46).

Ao abordar as transformações sociais que acarretaram a família, Valente (2008a, p. 71) ressalta que “se por um lado, a família mudou muito [...], por outro lado sobrevive – seja em nosso imaginário, seja na realidade mesma o ideal da família nuclear ‘estruturada’” e nesse sentido é importante que os profissionais que atuam no Judiciário tenham em mente que “as famílias que litigam na justiça não se enquadram no modelo idealizado de família nuclear”, pois seus integrantes muitas vezes já vivenciaram outra vida conjugal. Assim, os profissionais que atuam com a demanda da família devem se esquivar de uma “postura normativa, que levaria a qualificar estas famílias como desviantes, promíscuas, ‘desestruturadas’ ou ‘disfuncionais’” (VALENTE, 2008a, p. 71).

A estudiosa ressalta ainda que em seu parecer técnico a/o assistente social deve buscar registrar os embates de gênero travados entre os pais e familiares das crianças, desvelando os preconceitos relativos ao cuidado, os quais geram conflitos, bem como deve ressaltar a ausência de políticas públicas para atender as famílias em momentos de transição ou crise (VALENTE, 2014b).

Araújo e Scalon (2005, p. 20-21) apresentam importantes reflexões acerca das relações familiares dando ênfase nas expectativas das mulheres:

Num cenário de crescente individuação e, ao mesmo tempo, de riscos e incertezas da modernidade, as relações familiares, sobretudo de casais, tendem a concentrar elevadas expectativas de *afeto* e *autenticidade*. Contudo, para a mulher, esse processo continua tendo mão dupla: por um lado lhe permite maior autonomia em suas escolhas, possibilidades de rompimento de vínculos quando estes não lhe são satisfatórios e maior liberdade no exercício de sua afetividade e de sua sexualidade; por outro, tais expectativas tendem a estabelecer novos tipos de sobrecargas *emocionais*, geradas pelo desafio de ser competitiva e eficiente no mercado de trabalho, cumprir suas responsabilidades gerenciais – suas ‘obrigações’ organizacionais na família – e, ao mesmo tempo, responder de forma satisfatória às cobranças emocionais, cobranças estas que também são socialmente estimuladas.

Antunes (2010) resgata a família em meio ao processo de separação conflituosa do casal, num contexto de disputa de poder entre os ex-cônjuges que acaba por envolver os filhos como “peso de balança”. O envolvimento dos filhos torna ainda mais delicada a intervenção dos profissionais do Poder Judiciário, “demandando procedimentos mais demorados e que são mais propensos a emergências de conflitos no decorrer do trâmite processual” (ANTUNES, 2010, p.71). Para a autora a probabilidade da ocorrência de processos de alienação parental é maior em crianças cujos pais vivenciam processos de divórcio altamente destrutivos ou com filhos gerados de relações curtas e instáveis.

Para Souza (2014, p.99) a dissolução do vínculo conjugal não é algo que se resolve “indo um para cada lado, quando da união nasceram filhos”. Destaca a autora que ambos os pais são detentores do poder familiar, ainda que na prática a guarda do filho seja assegurada a um deles, restando ao outro o direito de visitação. Acrescenta ainda que “o rompimento da relação afetiva entre os genitores não deve comprometer a continuidade dos vínculos parentais para os filhos, pois o exercício do poder familiar não se altera devido à separação” (SOUZA, 2014, p. 99).

Entretanto, não é isso que se observa em inúmeros casos. Essa “ideologia do bom divórcio” não se realiza no dia-a-dia. A realidade nos mostra que em muitos casos o momento de ruptura da sociedade conjugal pode colocar a criança em risco, na medida em que sentimentos de raiva por conta da relação fracassada entre seus pais vêm à tona no processo de separação. Nesse contexto, o conflito instaurado em meio à separação conjugal pode se tornar mais um processo nas Varas de Família do Judiciário de todo o país. Tais demandas “versam sobre as relações de parentesco e o patrimônio familiar, num entrecruzamento de relações afetivas, bens, direitos e deveres, que dão origem a uma multiplicidade de pleitos jurídicos” (ANTUNES, 2010, p. 69).

A lide conjugal pode ser marcada ainda por pedidos de diminuição, quando não da suspensão de pernoite e até mesmo inversão de guarda que são justificados por um dos cônjuges como sendo fruto do desejo da criança que apresenta aversão ao outro genitor. Não obstante o discurso da criança apresentar-se como uma reprodução da lide conjugal, muitas vezes marcado por uma forte criticidade e agressividade em relação a um dos genitores, a situação tende a se agravar ainda mais quando, acompanhadas às denúncias de alienação parental, incluem-se acusações de maus tratos e/ou falsos abusos sexuais cometidos contra a criança. Sendo tal atitude considerada repulsiva pela sociedade de um modo geral, os profissionais que lidam com a situação podem ser convencidos pelo discurso do informante de maneira a direcionarem seus estudos e pareceres confirmando a ocorrência do ato e assim, concorrer para um agravamento do drama familiar e reforçando até mesmo a alienação parental (ANTUNES, 2010).

Não é incomum que “questões relacionadas a diferenças de classe e posição social” surjam como um impedimento à plena convivência. Trata-se da violência estrutural, tal qual adverte Valente (2008a), “que também surge como forma de culpabilizar as classes mais pobres”. Nesse contexto, “pais ou mães que residem em comunidades onde a violência é uma rotina costumam ser impedidos de levar seus filhos para visita, especialmente se solicitam pernoite” (VALENTE, 2008a, p. 75).

Observa-se assim que as disputas pela guarda e visita dos filhos não é algo relacionado apenas ao âmbito individual e psicológico. Tais elementos se fazem presentes em muitos casos, mas os conflitos do ex-casal são, antes de tudo,

processos sociais inter-relacionados às transformações estruturais que vem impactando as relações familiares, sobretudo nas últimas décadas.

Grande parte das queixas apresentadas pelos envolvidos encontra-se vinculada “à heranças culturais que se expressam nas críticas ao comportamento do outro”, pois cada ex-cônjuge traz consigo expectativas sobre o outro tendo por base sua própria herança cultural apoiada em diferentes visões de mundo (ANTUNES, 2010, p. 75).

Trata-se, portanto, de questionar os ideais de família centrados na figura da mãe, ‘senhora’ das relações parentais filiais e de outro lado a ideia de família nuclear ainda muito alimentada em nossa sociedade, pois ambas as perspectivas representam uma visão naturalizada de família, fortemente marcada pelo positivismo.

Na contemporaneidade apenas uma minoria das famílias poderia ser considerada a família padrão da década de 50 do século XX, compostas por casais intactos e filhos nascidos do casamento, sendo a mãe dona de casa e o pai o único provedor. Tal situação já não se verifica nos dias atuais, somando-se o fato, por exemplo, de que ter um filho significa, entre outras coisas, um encargo econômico que nem todas as pessoas estão dispostas ou possuem condições de assumir, de modo que tal decisão tem sido mais guiada por necessidades psicológicas e emocionais (VALENTE, 2014a).

Evidencia-se, assim, o quão avassaladoras são as mudanças que ocorreram no interior da família e sobre as quais viemos pontuando até aqui. Verificam-se também como estas têm impactado na organização familiar culminando em novos arranjos e denominações que pretendem “dar conta” de tal multiplicidade, tais como: famílias co-parentais, monoparentais, biparentais, multiparentais, pluriparentais, homoparentais, fato que indica que “o lugar dos pais pode ser ocupado de modo diverso, ou por uma pluralidade de figuras que ocupam a função a eles referente” (VALENTE, 2014a, p. 57).

Trata-se, conforme pondera Valente (2014a) de se “refletir as normas de filiação, na sociedade contemporânea”, buscando-se “alargar a compreensão dos dilemas e tensões que perpassam a família contemporânea” envolta pela “avalanche de

transformações” que “encontra resistência no modelo tradicional, provocando as tensões que, em casos extremos, levam as famílias aos tribunais, exigindo constantes redefinições, inclusive no marco legal” (VALENTE, 2014a, p. 62).

4.2- REFLEXÕES SOBRE A “LEI DA ALIENAÇÃO PARENTAL”

Tendo em vista os aspectos que delineamos até aqui, quais sejam, a relação Estado, família e políticas e sociais; o processo de judicialização e as mudanças no interior da família condicionadas por aspectos macro societários, compreende-se que o conjunto desses fatores repercute também sobre as legislações. Exemplo disso é o fato de que por muito tempo foi dispensado a homens e mulheres tratamento desigual na relação conjugal. O Código Civil Brasileiro de 1916 abordava o matrimônio como algo indissolúvel, sendo o homem o único responsável pela sociedade conjugal, restando às mulheres, na sua condição de incapazes, obediência aos maridos. Mudanças significativas se processaram apenas a partir da Constituição de 1988 que introduziu a ideia de isonomia entre os cônjuges. Outra mudança significativa a ser citada refere-se à substituição da expressão “pátrio poder” por “poder familiar” com o Código Civil de 2002.

Com a Constituição de 1988 e posteriormente com o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 (ECA), as crianças passaram da condição de objeto de proteção a sujeitos de direitos, passando a ser “prioridade absoluta cujo dever de proteção cabe à família, à sociedade e ao Estado”. Trata-se do chamado paradigma da proteção integral.

Assim, no que concerne à condição de sujeitos de direitos, tendo em vista ainda o direito à convivência familiar e comunitária de forma ampla, a defesa dos direitos de crianças e adolescentes surge como um dos argumentos mais fortes em defesa da Lei nº 12.318 de 2010.

Para Souza (2014)

na seara jurídica, a alienação parental é considerada uma forma de violência praticada pelo guardião [...], parente ou não, de uma pessoa menor de 18 anos. Essa violência consiste no ato ou omissão de impedir, de maneira injustificada, a convivência da criança ou do adolescente com o genitor que não detém a guarda (SOUZA, 2014, p. 108).

E no que diz respeito ao enfrentamento da questão destaca a autora o papel punitivo do Estado afirmando que:

Sem dúvida, a Alienação Parental praticada por um dos ex-cônjuges contra o outro, tendo o filho como arma e *modus operandi*, merece a reprimenda estatal, visto que é uma forma de abuso no exercício do poder parental (p. 110-111).

Conclui a estudiosa que a Lei que dispõe sobre a alienação parental chegou em boa hora, trazendo um conceito legal e possibilidades de sanção ao genitor considerado “alienador”. De um modo geral, a visão expressa por Souza (2014) é compartilhada no âmbito do Direito sendo a criação da referida lei avaliada de forma positiva por permitir o enquadramento do comportamento do “alienador” tornando possível sua punição. Trata-se de uma visão igualmente partilhada por pais e mães que se encontram afastados de seus filhos e que atribuem tal afastamento à prática da alienação parental.

Contudo, compreendemos que outro olhar sobre a concepção e as possibilidades desta lei se faz necessário. As autoras Sousa e Brito (2011) refletem sobre o fato de que a proposta de Gardner ganhou rápida difusão no Brasil e em outros países. No caso brasileiro, consideram que há poucas produções sobre o tema e sobre o conceito de SAP bem como atestam haver uma “ausência de questionamentos sobre a ideia de um distúrbio infantil ligado às situações de disputa entre pais separados”, o que “vêm contribuindo para a naturalização do assunto de forma acrítica” levando a crer que “muitos casos de litígio conjugal têm como consequência o surgimento da denominada síndrome” (SOUSA; BRITO, 2011, p. 269).

Assim, em que pese a importância da referida lei, chamamos atenção para o seu processo de construção o qual, segundo Sousa e Brito (2011), contou com forte empenho de associações de pais separados que atuaram na promoção das ideias do psiquiatra norte americano Gardner. Ademais, ponderam as autoras, que inicialmente tais associações se dedicaram

a promover a igualdade de direitos e deveres de pais separados, gerando, com isso, uma série de debates acerca da importância da modalidade de guarda compartilhada como forma de preservar a convivência familiar após o rompimento conjugal (SOUSA; BRITO, 2011, p. 270).

No entanto, a bandeira em torno da defesa da guarda compartilhada, apesar das contrariedades do modelo, cedeu lugar à divulgação da SAP, havendo, portanto, uma “mudança de foco do tema igualdade parental para a temática da SAP” em 2006, quando da tramitação célere do projeto de lei sobre a guarda compartilhada

(SOUSA; BRITO, 2011). E a partir da aprovação da Lei nº 11.698 de 2008 (Guarda Compartilhada)

houve acréscimo do número de eventos e publicações bem como de informações veiculadas pelos diferentes meios de comunicação sobre a SAP. A mobilização da opinião pública e a comoção gerada em torno do sofrimento de crianças que supostamente seriam vítimas da SAP culminou, naquele mesmo ano, na elaboração do Projeto de Lei nº. 4853/08, que teria como objetivo identificar e punir os genitores responsáveis pela alienação parental dos filhos. Tal projeto, com célere trâmite legislativo, foi sancionado pelo Presidente da República, em agosto de 2010, como Lei nº 12.318/10 (SOUSA; BRITO, 2011, p. 270).

Importante salientar, tal qual o fazem Sousa e Brito (2011), que a defesa de Gardner consistia em incorporar a SAP ao rol de transtornos mentais infantis que compõem o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, DSM-V, pela Associação Americana de Psiquiatria. Assim sendo, ao ser incorporada, contribuiria também para o incremento de pesquisas que visam a disponibilizar novos medicamentos no mercado, justificando a medicalização de várias crianças, a exemplo do distúrbio do déficit de atenção com hiperatividade.

Por outro lado, observa-se que ao contrário do Brasil, cujas pesquisas sobre separação conjugal parecem ser desconsideradas quando o assunto é SAP, em outros países têm sido solicitados estudos sobre as consequências da separação conjugal para pais e filhos, objetivando com isso obter-se maior clareza do que é necessário se modificar nas leis que tratam da convivência familiar entre pais e filhos no contexto pós-divórcio (SOUSA; BRITO, 2011).

Este fato, no entender das autoras, significa que tem havido no âmbito internacional uma preocupação em relação à necessidade de que o ordenamento jurídico seja “um fator de suporte ao exercício da paternidade e da maternidade” (SOUSA; BRITO, 2011, p. 273).

Todavia, no caso brasileiro, a exposição de motivos que acompanhou o projeto de lei procurou enfatizar a definição legal em torno da alienação parental, embasando-se em um livro editado por uma associação de pais separados e textos difundidos no site da referida associação e de outras, não havendo no corpo do texto referências a dados “que embasem o registro sobre a proporção similar entre homens e mulheres alienadores” ou à literatura internacional sobre o tema bem como os

questionamentos e polêmicas explicitados. Tal condução inviabilizou reflexões e debates em torno do assunto e contribuiu para atestá-lo como uma verdade incontestável, reduzindo “a problemática que envolve as relações parentais no divórcio a disposições pessoais, especialmente no que se refere ao genitor” (SOUZA; BRITO, 2011, p. 274).

Nesse contexto, Sousa e Brito (2011) ponderam que a lei gerou uma perspectiva de vitimização na qual todos seriam vítimas: o genitor dito alienador que seria doente; a criança, pois seria a portadora da síndrome, já que na definição de Gardner ela necessita participar do ato; e o genitor alienado, que seria vítima do afastamento de seu filho/a.

Retomando a Lei da Guarda Compartilhada é interessante notar que esta, ao contrário da Lei da Alienação Parental, teve sua tramitação aliada a um processo de debates, eventos, matérias veiculadas sobre temas como o exercício da maternidade e paternidade, entre outros, o que contribuiu para um processo de amadurecimento acerca de questões como divórcio e separações, entre conjugalidade e parentalidade. Entretanto, com a mudança de foco para a alienação parental houve no cenário nacional um sentimento de “clamor por punição dos denominados genitores alienadores”, fato que contribuiu para o entendimento de uma atuação profissional voltada à identificação e avaliação com vistas à apuração da existência da SAP tal qual sinalizam Sousa e Brito (2011).

Desta forma,

Nota-se, inicialmente, que, do modo como o tema vem sendo tratado, corre-se o risco de se naturalizar comportamentos e conflitos relacionais como indícios de SAP, ou alienação parental, nos casos de litígio entre genitores, apesar de distintos estudos sobre rompimento conjugal apontarem a diversidade de fatores que concorrem para o estabelecimento de alianças entre um dos genitores e o(s) filho(s). Nesse ponto, importa salientar que a lei sobre alienação parental restringe a problemática que envolve os conflitos e as relações familiares pós-divórcio a aspectos individuais, desconsiderando, com isso, diversos fatores sociais e legislativos que, ao longo do tempo, têm contribuído para o afastamento de um dos pais após o divórcio do casal. Ademais, é preciso lembrar que qualquer medida adotada contra os pais terá repercussões nos filhos (SOUZA; BRITO, 2011, p. 279).

A defesa em torno dos vínculos parentais de forma ampla soa contraditório na medida em que a própria lei prevê o afastamento do genitor considerado alienador da vida de seu filho, o que pode ser fonte de grande sofrimento para a criança já que

ela mantém com este cônjuge um forte vínculo. E no que concerne à punição aos genitores é preciso observar que as medidas aplicadas serão tomadas a partir do diagnóstico da alienação parental através da perícia “biopsicossocial”, portanto, considerando também o parecer da/o assistente social.

Não se pretende com isso afirmar que o direito da criança à ampla convivência com seus genitores não seja importante, mas é preciso buscar alternativas para tal. A guarda compartilhada pode ser um instrumento importante na medida em que pode contribuir para evitar que possíveis alianças entre criança e genitor (a) se instalem e nesse sentido é de causar estranheza que tal modalidade de guarda conste na lei da alienação parental no elenco de sanções destinadas ao genitor dito “alienador”, considerando-se ainda o fato de que no âmbito do Direito ainda se fazem presentes muitas contrariedades quanto à sua aplicação (SOUSA; BRITO, 2011) necessitando de estudos específicos também por parte do Serviço Social brasileiro.

Sobretudo, é indispensável que as famílias que experimentam a separação conjugal e se encontram em meio a desavenças possam contar com o apoio de políticas sociais a fim de assisti-las social, psicológica e juridicamente nesse momento de suas vidas, quando sentirem que é necessário.

5- A INTERVENÇÃO DA/O ASSISTENTE SOCIAL: O CARÁTER HISTÓRICO DA PROFISSÃO, O PAPEL DE PERITO E OS ELEMENTOS METODOLÓGICOS, ÉTICOS E TÉCNICOS DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Historicamente a/o assistente social tem como marca de atuação no âmbito do Poder Judiciário a intervenção junto à família e à infância e juventude. Tal atuação foi impulsionada de maneira considerável a partir do ECA que prevê a necessidade de equipes multiprofissionais nos quadros do Poder Judiciário, de modo que cada vez mais as/os assistentes sociais são requisitados, vindo a compor com outras categorias, entre as quais psicólogos e pedagogos, as equipes interprofissionais ou multidisciplinares como são habitualmente denominadas.

Ao Poder Judiciário cumpre prever recursos orçamentários para a manutenção das equipes que têm como função “assessorar a Justiça da Infância e da Juventude” (Art. 150-ECA), fornecendo subsídios por escrito, mediante laudos, ou verbalmente em audiências, ao juiz e desenvolvendo trabalhos de aconselhamento, orientação, encaminhamento, prevenção e outros, “sob imediata subordinação à autoridade judiciária, assegurada a livre manifestação do ponto de vista técnico” (Art. 151-ECA).

Entretanto, em que pese a/o assistente social realizar atividades em conjunto com outros profissionais há que se considerar que este profissional dispõe de ângulos de observação, análise e interpretação da realidade particulares bem como “uma competência também distinta para o encaminhamento das ações [...]” (IAMAMOTO, 2010, p. 291). Dessa forma, não há que se falar de uma “diluição de competências e atribuições profissionais”, sendo, ao contrário, exigida “maior clareza no trato das mesmas e o cultivo da identidade profissional, como condição de potenciar o trabalho conjunto [...]” (IAMAMOTO, 2010, p. 292).

É nesse contexto que nos propomos a refletir sobre a intervenção da/o assistente social em processos de alienação parental, buscando pensar o exercício profissional sem perder de vista seu caráter histórico fundado numa perspectiva conservadora, mas procurando ir além ao buscar analisar a profissão como parte de um conjunto de transformações societárias que vem ocorrendo e como estas incidem no conteúdo e direcionamento da atividade profissional, interferindo quer seja nas condições de trabalho, quer seja nas atribuições e competências profissionais.

Nesse sentido, o exercício reflexivo da prática profissional se faz importante uma vez que conforme destaca Iamamoto (2007) seu significado social não se revela de imediato, adquirindo sentido no contexto histórico do qual faz parte.

Realizadas estas considerações, passaremos à análise dos dados obtidos através das entrevistas realizadas com as/os profissionais por meio de questionário *on line*. As respostas obtidas totalizam vinte e cinco (25) de um total de vinte e nove (29) profissionais que autorizaram o envio do formulário, num universo de cinquenta e dois (52) assistentes sociais lotados nas CAM's do PJES. Por uma questão didática, optamos por apresentar o conjunto dos dados e respectivas análises e reflexões em tópicos que procuram debater as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas da profissão.

5.1- Estado, questão social, políticas sociais: as bases de legitimação e a dimensão teórico-metodológica da profissão

Vimos trilhando nosso caminho de pesquisa e ampliando o horizonte de análise considerando as relações Estado/sociedade a fim de apreender a profissão no contexto histórico do qual faz parte.

É notório que a/o assistente social tem no poder público o seu maior empregador, seja na esfera do executivo, legislativo ou no judiciário, como é o caso em estudo. E conforme já destacamos em outros momentos, o exercício profissional da/o assistente social na área sociojurídica encontra-se permeado por relações de poder inerentes ao espaço profissional, podendo interferir sobremaneira na intervenção técnica, carregando-a, entre outras coisas, de um saber-poder. Portanto, deve a/o assistente social ter clareza de que ao tempo em que sua intervenção se constitui um mecanismo de controle constitui-se também uma forma de contribuir para o acesso a direitos.

No âmbito de atuação do Judiciário a requisição profissional encontra-se relacionada às demandas fruto das modificações ocorridas no Brasil, sobretudo nas últimas décadas a partir da redemocratização, promulgação da Constituição Federal de 1988 e outras legislações de cunho social que se sucederam, bem como da emergência do modelo econômico neoliberal levado a cabo a partir da década de 1990 ante a crise mundial (e cíclica) do capital. Tais mudanças abalaram os direitos conquistados ao longo dos anos, principalmente a partir da Carta Magna, e têm levado inúmeras pessoas a recorrer ao Poder Judiciário na expectativa de ter seus direitos ressarcidos, constituindo o processo de judicialização.

A perspectiva da judicialização e os limites do próprio Judiciário em relação a esta não passaram despercebidas entre as/os entrevistados:

A judicialização da alienação parental possibilitou a ampliação do debate sobre a questão. Todavia, salienta-se que o Poder Judiciário isoladamente e com sua tradicional metodologia de resolução de conflitos, não detém condições em atender essa demanda em virtude de sua complexidade. Isso aumenta possibilidade de emissão de sentenças sem compromisso com o melhor interesse da criança, dada a limitação de alguns magistrados e a recorrente dificuldade em dialogar com outras áreas de conhecimento além do Direito e, principalmente, acatar os pareceres dos profissionais que o auxiliam, tais como os assistentes sociais e psicólogos (Entrevistada/o nº 20).

[...] Sujeitos estes que muitas vezes necessitam acionar a justiça para ter os seus direitos assegurados, necessitando o profissional uma postura de intermediação quanto às informações e ao acesso a direitos sociais, com vistas a reduzir e a evitar a prática de erros e de injustiças" (Entrevistada/o nº 10).

Observo uma crescente demanda de casos de alienação parental, assim, como uma demanda crescente para as equipes atuantes nas esferas judiciais (Entrevistada/o nº 17).

Outra/o entrevistada/o igualmente destacou as limitações encontradas pela profissão no âmbito do Poder Judiciário, contudo, trouxe à tona uma perspectiva profissional que aposta nas possibilidades de intervenção embasadas no projeto ético-político da profissão:

Há de se convir que as limitações impostas à prática profissional no âmbito do Judiciário, tais como condições de trabalho e espaço burocratizado se enquadra na lógica neoliberal. No entanto, essas são minimizadas a partir do momento que aprende-se e cria-se novas possibilidades pautadas na vivência e conhecimento dos princípios do Projeto Ético Político, que já nos instiga a uma ação transformadora [sic] (Entrevistada/o nº 19).

Há que se ter em conta ainda que a atuação profissional na área sociojurídica se encontra entrelaçada em “um misto de aspectos oriundos da questão social com as práticas jurídicas ou judiciárias” o que faz com que sua atuação se veja polarizada “entre os objetivos da instituição de controle, disciplinamento e ajustamento e os da população na possibilidade de terem acesso aos direitos humanos e sociais” (TRINDADE; SOARES, 2009, p. 15).

Compreendemos que antes de tudo é indispensável ao profissional não perder de vista que sua “base de fundação enquanto especialização do trabalho” é a questão social:

[...] apreendida enquanto o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2004, p. 16-17).

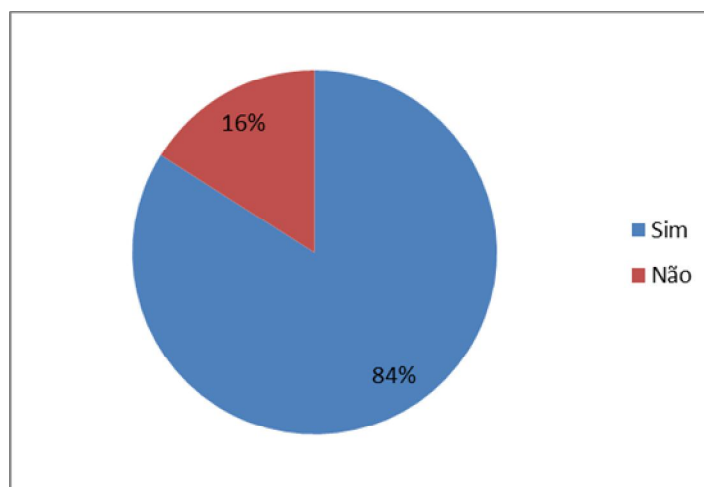
A/o assistente social trabalha com as mais diversas expressões da questão social e em seu contato direto com a população (que é um direito do profissional) deve apreender suas demandas e esclarecê-la quanto aos direitos sociais e as formas de acessá-lo, pois o profissional possui as informações necessárias para tal, além de um conhecimento acerca de programas sociais que “devem ser postos a serviço dos

usuários, reforçando o seu poder reivindicatório junto às instituições responsáveis pelas políticas e programas” (BARROCO, 2012, p. 83).

Conforme destaca Iamamoto (2008) “a questão social se torna a base de justificação” da profissão. Por sua vez, Netto (2005) pondera que as conexões genéticas entre o Serviço Social se dão com as peculiaridades da questão social na sociedade burguesa madura na era dos monopólios.

Assim, buscando compreender se tal elemento é considerado pela/os profissionais entrevistados foi-lhes indagado se nos processos de alienação parental em que atuaram foram identificadas as expressões da questão social. Em sua maioria, os profissionais afirmaram que sim, que as expressões da questão social compareceram.

Gráfico 1: Comparecimento das expressões da questão social nos processos, segundo as/os entrevistadas/os



Fonte: dados coletados pela autora

Destacamos algumas falas:

A intervenção profissional é pautada nos princípios norteadores da profissão, atendendo o usuário como um cidadão, respeitando suas particularidades, sua autonomia, sua liberdade de expressão e escolha, e estimulando o seu protagonismo. Quando é evidenciado durante os atendimentos que no cotidiano de vida do sujeito atendido comparece alguma(s) expressão(ões) da questão social, muitas vezes faz-se necessário a articulação com as políticas públicas (saúde, habilitação, previdência social, educação, assistência social etc.) visando a viabilização dos direitos sociais (Entrevistada/o nº 1).

As expressões da questão social identificadas em alguns dos processos correspondiam à pobreza, precarização da inserção e vinculação com mercado de trabalho e dificuldades de acesso a políticas sociais (Entrevistada/o nº 3).

[...] a questão social apresenta [sic] em boa parte dos casos, pois diante dessa demanda não existem serviços auxiliares na rede de assistência social para atender os envolvidos, e este em sua maioria não tem condições financeiras para contratação de serviços particulares (psicólogos e terapeutas) (Entrevistada/o nº 9).

Em relação às expressões da questão social identificadas nos processos as/os profissionais destacaram as seguintes²⁵.

Tabela 1- Expressões da questão social identificadas nos processos

Expressões da questão social*	Frequência absoluta	%
discriminação gênero (demarcação de papéis)	4	16
desemprego/inserção precária no mercado informal	11	44
violência contra a mulher	4	16
violação direitos de crianças/adolescentes	2	8
fragilidade/ruptura vínculos familiares	2	8
baixa escolaridade/evasão escolar	3	12
rede de serviços insuficientes (saúde, educação, assistência social, defensoria pública)	6	24
vulnerabilidade econômica/dificuldades financeiras	8	32
Pobreza	5	20
Violência	4	16
ausência moradia digna/condições precárias	4	16
dependência química/uso abusivo	5	20
aspectos culturais (demarcação de papéis, modelo de família patriarcal	2	8

* Indicamos apenas as principais

Fonte: dados coletados pela autora

As mudanças que se processam no mundo do trabalho certamente implicam no desemprego e na inserção precária dos indivíduos, culminando em vulnerabilidade e/ou dificuldades financeiras para suas famílias e na dificuldade de acesso a bens e

²⁵ A/o entrevistada/o poderia indicar quantas julgasse importante.

serviços (conforme as/os próprias/os entrevistadas/os indicaram). As incertezas que se delineiam com este quadro certamente refletem nas relações familiares, embora não possamos reduzir questões como a violência contra a mulher e a discriminação de gênero (problemática identificada pelas/os entrevistadas/os) a este quadro, pois devemos considerar outros elementos tais como a lógica de uma sociedade patriarcal, na qual há expectativas sociais em torno dos papéis sociais de homens e mulheres, tal qual já aludimos neste estudo. Em muitos casos comparecem queixas das mulheres atendidas em relação à violência doméstica e familiar, não sendo incomum que tal violência tenha se arrastado por todo ou quase todo período de convivência do ex-casal.

Quanto à discriminação de gênero ou como alguns entrevistados indicaram, a demarcação de papéis, pode ser notada tanto em relação a homens como às mulheres, estando relacionadas às expectativas sociais em torno dos papéis a serem desempenhados por ambos, ou seja, o homem provedor do lar (e aí retomamos à questão do desemprego e como este pode afetar a maneira como o próprio homem se percebe e como é percebido pela família e sociedade); e a mulher cuidadora nata dos filhos e dona do lar, a quem incumbe cuidar da casa e dos filhos de maneira dedicada (ignorando-se que a mulher ao ser inserida no mercado de trabalho passou a auxiliar também na provisão do lar e a acumular várias funções).

Tais expressões da questão social vão ao encontro das considerações de Valente (2008b) ao destacar que o profissional deve articular os litígios de família às transformações ocorridas na organização familiar, admitindo-se a existência de novos modos de pensar a diversidade de arranjos vivenciados pelas famílias nas últimas décadas e reconhecendo que tal diversidade se funda na força das mudanças “processadas no mundo do trabalho, perpassando as representações dos papéis de gênero e das funções parentais” (VALENTE, 2008b, p.75).

Houve também quem ponderasse acerca da não existência ou preponderância da questão social nos casos de alienação parental atendidos, havendo, no entender da/o entrevistada/o, uma preponderância de questões psicológicas vivenciadas em decorrência da dificuldade de separação entre conjugalidade e parentalidade por parte dos envolvidos na lide. A/o entrevistado conclui que é importante o Serviço Social discutir mais sobre este tema.

Penso que o Serviço Social precisa discutir o processo de atuação profissional nos casos que envolvam alienação parental, pois, os casos atendidos até o momento, em apenas 1 apareceu as expressões da questão social, nos demais as questões se referiam às dificuldades do pai e/ou mãe em aceitar a ruptura da conjugalidade, onde demandava uma maior intervenção do ponto de vista psicológico (Entrevistada/o nº 15).

Outra/o entrevistado também destacou que observa uma preponderância do aspecto psicológico nos casos de alienação parental, e que, portanto, a atuação da/o assistente social é limitada, não havendo possibilidade de uma intervenção sem a realização de perícia psicológica concomitantemente:

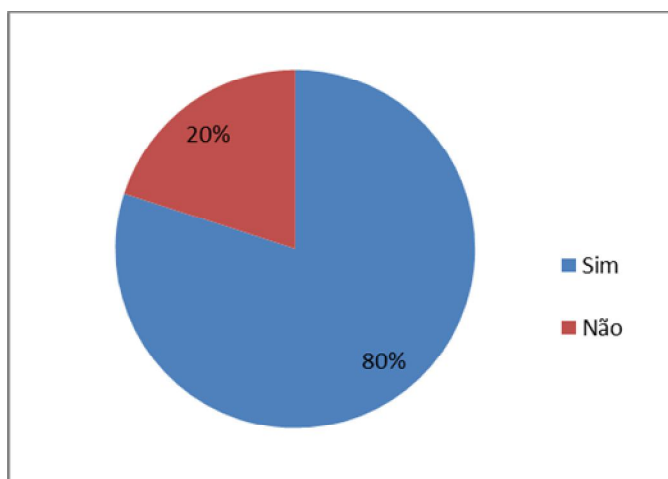
Sempre intervimos no sentido de garantir direitos sociais e nos casos envolvendo crianças e adolescentes fazer prevalecer o melhor interesse deles. Entretanto percebo que nos casos de alienação parental apresentam questões de subjetividade (principalmente da relação conflituosa entre os genitores e do processo que os levou a separação, por exemplo) nas quais o assistente social não está habilitado a intervir. Aí, sentimos a ausência do profissional da Psicologia para atuar em conjunto e assim fundamentar melhor os pareceres. Percebo e, por isso também, uma insegurança em afirmar ou apontar indícios de alienação nos casos de guarda sem esse foco principal (Entrevistada/o nº 13).

Ainda sobre a questão social Netto (2005) adverte que ela por si só não determina a gênese do Serviço Social, mas oferece as bases para tal emergência quando se transforma em objeto de intervenção por parte do Estado.

Nesse sentido, o Estado – importante elemento de análise para a/o assistente social – é capturado na ordem monopólica e se manifesta “numa nítida fusão entre as funções econômicas e políticas do Estado” (IAMAMOTO, 2008, p. 169), sendo no contexto atual “tensionado tanto pelas exigências da ordem monopólica, quanto pelos conflitos sociais” (p. 169).

Logo, compreendemos que a categoria Estado não deve estar descolada da compreensão do profissional quando de suas intervenções. No caso em estudo, as/os entrevistados afirmaram, em sua maioria, que consideram tal categoria em seus estudos:

Gráfico 2: A utilização da categoria Estado nas análises e/ou parecer por parte das/os entrevistados:



Fonte: dados coletados pela autora

Ressaltamos que no que tange às reflexões acerca de tal categoria nossas análises ficaram comprometidas, uma vez que o questionário aplicado restringiu-se a indagar se as/os profissionais consideravam o Estado em seus estudos, não avançando no sentido de apreender qual seria a concepção adotada pela/o profissional. Entretanto, encontramos em algumas passagens ao longo do questionário, elementos que nos permitem fazer algumas inferências sobre tal categoria, estando bem próximas daquilo que já discutimos ao longo desse estudo, tais como seu caráter normatizador (através de leis) e arbitrário (quando as leis não são discutidas com a população ou setores interessados); além de um caráter interventivo na vida de indivíduos e famílias (não somente através de leis, mas quando é “chamado” a intervir em situações que “fogem” ao padrão normativo que se espera).

[...] o Estado é chamado a dar suporte institucional à situação exposta [...], buscando elucidar a realidade vivida da família [...] (Entrevistada/o nº 10).

A lei é arbitrária, trata as crianças como objeto, privilegia o litígio; e isto é contraditório com o projeto ético-político do serviço social quanto ao respeito aos usuários, proteção integral aos grupos tradicionalmente hipossuficientes (crianças) (Entrevistada/o nº 9).

No que se refere às políticas sociais, é por meio delas que o Estado passa a administrar as expressões da questão que passa a ser fragmentada em ‘problemas sociais’ (IAMAMOTO, 2008, p. 170).

Ao refletirmos a profissão buscando captar sua base de legitimação, verificamos que o fundamento desta legitimação encontra-se alicerçado nas políticas sociais, pois a formulação e a implementação destas, próprias do estágio do capitalismo monopolista, estimulam a criação de várias profissões especializadas, inclusive o Serviço Social, o qual não se cria a partir de si mesmo, mas é “dinamizado e estimulado pelo *projeto conservador* que contempla as reformas dentro do sistema” (MONTAÑO, 2007, p. 32).

Isto posto, conclui-se que a

emergência da profissão deve sua existência à síntese das lutas sociais que confluem num projeto político-econômico da classe hegemônica de manutenção do sistema perante a necessidade de legitimá-lo em função das demandas populares e do aumento da acumulação capitalista (MONTAÑO, 2007, p. 34).

Contudo, observa-se que a/o assistente social que atua no Poder Judiciário não tem sua intervenção direta e imediatamente relacionada à implementação e elaboração de políticas sociais, pois estas cabem ao Executivo estruturar. Mas igualmente o profissional lidará em seu cotidiano com “inúmeras expressões da questão social, que afetam crianças, adolescentes e suas famílias” tal qual destaca IAMAMOTO (2010, p. 287). Dessa forma, objetivando viabilizar o acesso a programas e políticas sociais torna-se imprescindível a articulação com a população e movimentos organizados, pois estes jogam papel fundamental em termos de reivindicação e pressão política na luta constante pela realização de direitos.

Nesse sentido, torna-se importante identificar se os profissionais consideram as políticas sociais em suas análises ou parecer e qual a importância destas no contexto das intervenções realizadas. Um percentual de 88% das/os entrevistada/os informou que consideram as políticas sócias em suas análises e/ou parecer.

As afirmações se voltaram para a importância da articulação com a rede de atendimento, diga-se, com os serviços que compreendem as políticas públicas existentes:

[...] Quando é evidenciado durante os atendimentos que no cotidiano de vida do sujeito atendido comparece alguma (s) expressão(ões) da questão social, muitas vezes faz-se necessário a articulação com as políticas públicas (saúde, habilitação, previdência social, educação, assistência social etc.) visando a viabilização dos direitos sociais (Entrevistada/o nº 1).

Apontaram ainda para a necessidade de implementação de uma política pública que possa se voltar para a demanda da alienação parental, reconhecendo que esta se constitui uma demanda complexa que necessita de um trabalho articulado, mas que requer também uma abordagem específica:

[...] a alienação configura um fenômeno cuja superação demanda um trabalho de escuta e acolhimento, articulado com outros serviços e profissionais, no intuito de promover o direito e a dignidade da criança. Nesse sentido, os pareceres buscam apontar a necessidade de fortalecimento de políticas públicas capazes de atender essa complexa demanda (Entrevistada/o nº 20).

[...] a prioridade é compreender as correlações existentes nesta família, contextualizá-la e não dar um parecer "psicológico", verificando quais serviços de proteção e assistência são necessários para proporcionar o retorno à convivência familiar (Entrevistada/o nº 5).

A partir de todas essas considerações, verifica-se o quanto tais elementos, Estado, questão social e políticas sociais são indispensáveis para a reflexão profissional e remetem à legitimação da profissão diante da sociedade, do próprio Estado e dos organismos contratantes.

As reflexões que embasam o sentido do Serviço Social no âmbito da problemática em análise apontam que este só se materializa nos marcos do projeto ético-político que orienta a profissão. Assim, esta questão, por ser fundamental, constitui-se em singular objeto de análise em que serão evidenciados os desafios que se colocam para as/os assistentes sociais que atuam no PJES.

5.2- A construção de um Projeto Ético e Político da profissão e a ultrapassagem do conservadorismo

A análise histórica da profissão remonta à “prevalência de um comportamento conservador”, tal qual comenta Iamamoto (2007, p. 35). Tal aspecto, que somente começou a ser questionado no seio da profissão na década de 50 e 60, deixou marcas de uma herança conservadora que ainda se faz presente no interior da categoria, afinal o surgimento da própria profissão guarda estreita relação com ideias conservadoras, ligadas ao exercício da caridade, mas diferenciando-se desta por realizar uma ação educativa cujos efeitos seriam essencialmente políticos, objetivando o enquadramento dos trabalhadores e reforçando a ideia de colaboração entre o capital e o trabalho (IAMAMOTO, 2007).

Esse momento de crítica ao conservadorismo ficou conhecido por uma “intenção de ruptura”. Tentativa de ruptura com a herança conservadora e procura de novas bases de legitimidade profissional voltada aos interesses dos usuários e vinculada a um projeto de classe (IAMAMOTO, 2007).

Entendida numa dimensão processual, essa ruptura tem como pré-requisito que o Assistente Social aprofunde a compreensão das implicações políticas de sua prática profissional, reconhecendo-a como polarizada pela luta de classes. [...] (IAMAMOTO, 2007, p. 37).

Desse modo, assume papel relevante a construção de um projeto de profissão que busque ultrapassar os aspectos conservadores que historicamente permeiam a profissão.

De acordo com Netto (1999, p. 4):

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a quem cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais).

Entretanto, a afirmação e consolidação do referido projeto de profissão não se encontra isenta de tensões e lutas, não estando suprimidas as divergências e contradições, sendo possível constatar a existência de propostas de projetos

alternativos no interior da categoria (NETTO, 1999). Afinal, há que se considerar que a herança conservadora da profissão somada à “influência da ideologia dominante na vida cotidiana” corrobora para que o assistente social não fique imune aos apelos moralistas e preconceituosos que rondam o imaginário social” (BARROCO, 2012, p. 73).

O projeto de profissão defendido majoritariamente pela categoria traduz uma tomada de posição quanto à recusa das desigualdades, exclusão, arbítrio, autoritarismo e preconceito que acompanham a sociedade liberal contemporânea e que apresentam a realidade como algo inevitável e natural. As/os assistentes sociais, contrariamente ao que prega a sociedade liberal, assumem uma posição ético-política engajada com a socialização da riqueza produzida, preceito consubstanciado no Código de Ética de 1993.

Assim sendo, ressalta-se que a categoria profissional afirmou também seu compromisso com os direitos dos usuários, assumindo como pauta de luta, a qualidade dos serviços prestados, contrapondo-se assim àquela herança conservadora do passado.

Nesse contexto, a/o assistente social passa a desenvolver sua ação voltada à prestação de

serviços sociais viabilizando o acesso aos direitos e aos meios de exercê-los, contribuindo para que necessidades e interesses dos sujeitos de direitos adquiram visibilidade na cena pública e possam, de fato, ser reconhecidos. Esses profissionais afirmaram o compromisso com os direitos e interesses dos usuários, na defesa da qualidade dos serviços prestados, em contraposição à herança conservadora do passado (IAMAMOTO, 2004, p. 6).

Torna-se relevante, portanto, discutir e refletir as atribuições e competências do profissional de forma a procurar desvendar os fundamentos conservadores que perpassam o discurso da competência burocrática. Não é de se estranhar que “a própria instituição demande esse trabalho ‘polícialesco’ do assistente social [...]”, cabendo “ao profissional saber o seu papel e recusar atribuições que não são do Serviço Social [...]” (BARROCO; TERRA, 2012, p. 93).

Segundo Iamamoto (2007), a profissão se vê cercada por dilemas e falsos dilemas, entre os quais “uma compreensão da prática profissional que oscila entre o fatalismo

e o messianismo [...]” estando o primeiro “relacionado a uma visão perversa da profissão, já que a ordem do capital é concebida como algo perene e natural” e a segunda, calcada numa visão heróica da profissão que seria tributária de possibilidades revolucionárias (IAMAMOTO, 2007, p. 115).

Na área sociojurídica os dilemas profissionais se avolumam e são confrontados ainda com os processos de criminalização da pobreza, judicialização e assistencialização das expressões da questão social, sendo muitas vezes necessário empregar-se como artifício o controle e o disciplinamento que emanam do ideário liberal (SILVA, 2012).

Nesta área as requisições institucionais historicamente dirigidas ao Serviço Social possuem similaridades com outros espaços sócio-ocupacionais, mas apresentam algumas nuances, como por exemplo, “a avaliação de indivíduos envolvidos em litígios e, ou, em cumprimento de penas e sanções similares” (SILVA, 2012, p. 145). No entanto, compreende-se que “[...] é preciso lembrar que o assistente social *não pode confundir o seu trabalho com o trabalho da polícia ou de aceitar atribuições de segurança nessas instituições [...]*” (BARROCO; TERRA, 2012, p. 93) (grifos das autoras).

Assim, é patente a utilização reentrante de meios profissionais que visam a uma “busca pela verdade por trás dos fatos” com o objetivo de facilitar uma decisão judicial e, ou, monitorar o comportamento de um indivíduo durante o cumprimento de sua penalidade (SILVA, 2012, p. 145-146).

Entre as/os entrevistados de nossa pesquisa houve quem destacasse a importância de que o profissional atente para o fato de não incidir numa postura fiscalizatória, de busca pela verdade:

É preciso evitar visões etnocêntricas referente aos registros de uma visita domiciliar, além de outros procedimentos, e com isso torná-la um instrumento de coerção e de fiscalização, e não um movimento de entender as dinâmicas da família, das maneiras que exercem a função protetiva das crianças, dos adolescentes, dos adultos e dos idosos, [...] (Entrevistada/o nº 10).

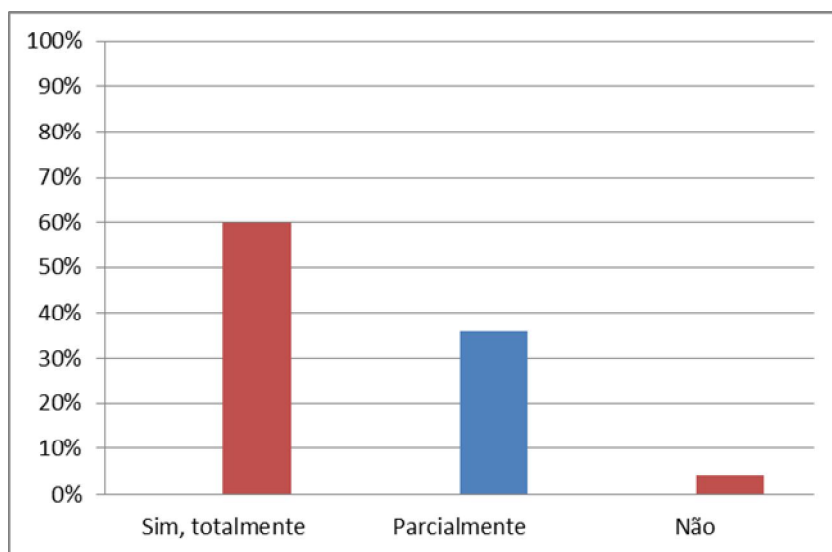
Portanto, as atividades esperadas do profissional podem significar em muitos casos a reedição do “cariz tradicional do Serviço Social” e

[...] ao serem incorporadas pela cultura institucional se tornam, na atualidade, um importante óbice à efetivação do projeto de profissão defendido pelo Serviço Social nas últimas décadas.

Deste modo, pode-se partir do suposto de que a prática profissional nesta área ainda é significativamente marcada por elementos conservadores [...]. (SILVA, 2012, p. 147)

Nesse contexto, indagamos se os profissionais consideravam que conseguiam materializar tais princípios éticos em seu cotidiano de trabalho, mais propriamente no contexto de casos de alienação parental.

Gráfico 3: Materialização do Projeto Ético-Político nos casos de alienação parental, segundo as/os entrevistadas/os



Fonte: dados coletados pela autora

As/os entrevistados que consideram que materializam os princípios do projeto ético-político da profissão destacaram, em sua maioria, que o fazem através do compromisso e respeito com a autonomia e liberdade de expressão dos sujeitos; buscando o acesso dos usuários aos seus direitos e às políticas públicas existentes; no compromisso com o aperfeiçoamento profissional constante; no respeito ao usuário e à sua história de vida, buscando superar visões etnocêntricas que culpabilizem e/ou criminalizem os indivíduos; por meio de uma intervenção profissional que procure compreender os contextos social, cultural e econômico das famílias atendidas; através de um atendimento digno e de qualidade; e no respeito à diversidade e combate a toda forma de discriminação, opressão e violação de direitos.

Àqueles profissionais que responderam que materializam parcialmente ou que consideram que não materializam tais princípios foi solicitado que especificassem os desafios encontrados para tal. As reflexões giraram em torno das limitações do fazer profissional reduzido à elaboração de laudos/pareceres; das condições de trabalho das equipes multidisciplinares, pois não atuam somente nas Varas de Família, o que acarreta na qualidade dos serviços prestados; da necessidade de projetos de intervenção voltados para o atendimento às famílias (dentro da instituição e também enquanto política pública); da impossibilidade de se apontar indícios de alienação parental sem que ocorra estudo psicológico conjuntamente; da dificuldade de se estabelecer a articulação com outras categorias em favor da autonomia e cidadania dos usuários.

A preocupação em ultrapassar o papel de perito, de “parecerista” como os profissionais normalmente se referem, embora tenha sido apontado diretamente apenas por um/a profissional, mostra-se preocupação constante nas falas da/os assistentes social do PJES. Vejamos:

Nosso fazer profissional deveria extrapolar a elaboração do relatório/laudo. Poderia ser investido em projetos de intervenção, a fim de trabalhar a sensibilização e/ou a mediação entre os "pais ou parentes ou afins", com o objetivo de minimizar o conflito e efetivar o melhor interesse da criança. Neste sentido, temos o Projeto²⁶ em parceria com a Universidade, contudo acredito que poderia ser um trabalho direto da Equipe, a fim de materializar da melhor forma o nosso projeto ético-político, tendo ainda uma Equipe específica para as Varas de Família (Entrevistada/o nº10).

Além disso, foram levantadas questões pertinentes à real possibilidade de intervenção por parte do Serviço Social, pois para alguns profissionais as questões que se manifestam nos processos de alienação parental são de ordem subjetiva dos envolvidos, logo, a/o assistente social não estaria habilitado a intervir.

²⁶ O Projeto a que se refere o profissional consiste no “Espaço Terapêutico” e foi elaborado por uma comissão composta por profissionais da Psicologia e do Serviço Social do PJES, visando a substituir o modelo de visitação assistida proposto pelo Termo de Cooperação assinado entre Ministério Público e Tribunal de Justiça do Espírito Santo assinado em 2012. O objetivo geral do referido projeto consiste em “proporcionar aos pais que vivenciam processos judiciais litigiosos referentes a guarda, alimentos, divórcio e suspensão de convivência familiar, um espaço de reflexão sobre o exercício da paternidade/maternidade”. Já os específicos são: orientar as partes sobre os aspectos legais, sociais e psicológicos envolvidos nas ações; levar as partes à reflexão sobre as consequências do litígio para o desenvolvimento da criança e do adolescente; contribuir para a redução do litígio nos processos judiciais nas Varas de Família; representar uma alternativa de resolução de conflitos que envolvem o contexto familiar.

Entendendo que a participação do profissional é limitada, uma vez que os casos, na maioria das vezes, está limitado a projeção que o indivíduo faz de sentimentos mal resolvidos. Dessa forma, o cuidado ocorre principalmente na medida que entende-se que sua intervenção não ultrapasse o seu saber profissional e os limites da própria profissão (Entrevistada/o nº 11).

Soma-se a isso reflexões em torno da arbitrariedade da referida lei, que no entender da/o entrevistado, privilegia o litígio em detrimento da criança, algo contrário ao PEP.

A lei é arbitrária, trata as crianças como objeto, privilegia o litígio; e isto é contraditório com o projeto ético-político do serviço social quanto ao respeito aos usuários, proteção integral aos grupos tradicionalmente hipossuficientes (crianças). Não é possível materializar a alienação parental por ser complexa, além da solução ser a reversão da guarda, no meu entender é contrário ao bem-estar da criança e adolescente, deveria privilegiar a solução do conflito com participação em serviços de apoio (grupos, terapia) e reinserção gradativa no lar do genitor(a) alienado(a). No entender deste profissional a alienação é fruto de uma ação alienadora do guardião, que só é possível com "algum grau" de omissão do alienado (Entrevistada/o nº 9).

Há ainda quem considere que o projeto profissional é um horizonte a ser perseguido, cujo alcance em sua integralidade é impossível nos marcos da ordem burguesa.

A possibilidade de materialização plena dos princípios do projeto ético-político nega a categoria marxista Contradição, além de negar que os/as profissionais possuem uma autonomia relativa frente às instituições nas quais encontram-se inseridos/as. Portanto, acredito que os princípios do projeto ético-político são um horizonte a ser perseguido, porém de alcance integral impossível nos marcos da ordem burguesa (Entrevistada/o nº4).

Diante dos dados, ressalta-se o quão indispensável é para o profissional buscar recuperar a dimensão teleológica de seu exercício profissional a partir de ações que sirvam para contribuir para a concretização dos valores éticos defendidos pela categoria, sem deixar de considerar a relativa autonomia que se impõe mediante as relações e condições de trabalho (SILVA, 2012, p. 152).

Esta relativa autonomia permite ao assistente social “atribuir uma direção social ao exercício profissional” (IAMAMOTO, 2004, p. 22). Relativa porque os organismos empregadores interferem na execução do trabalho da/o assistente social estabelecendo metas a serem atingidas, normatizando atribuições e competências específicas, estabelecendo jornadas de trabalho, salário e condições para execução do trabalho profissional, entre outros (IAMAMOTO, 2004).

Para além disso, conforme observa Borgianni (2013, p. 423):

O que está dado como desafio é possibilidade aos assistentes sociais que atuam nessa esfera em que o *jurídico* é a mediação principal — ou seja, nesse *lôcus* onde os conflitos se resolvem pela impositividade do Estado — é trazer aos autos de um processo ou a uma decisão judicial os resultados de uma rica aproximação à totalidade dos fatos que formam a tessitura contraditória das relações sociais nessa sociedade, em que predominam os interesses privados e de acumulação, *buscando*, a cada momento, *revelar o real [...]*, que é expressão do movimento instaurado pelas negatividades intrínsecas e por processos contraditórios, mas que aparece como “coleção de fenômenos” nos quais estão presentes as formas mistificadoras e fetichizantes que operam também no universo jurídico no sentido de obscurecer o que tensiona, de fato, a sociedade de classes (grifos da autora).

Por outro lado, as atividades a serem desenvolvidas pela/o profissional também sofrem com “outro vetor de demandas” que advém das “necessidades dos usuários” as quais são condicionadas “pelas lutas sociais e pelas relações de poder” que se transformam “em demandas profissionais, reelaboradas na ótica dos empregadores, no embate com os interesses dos usuários dos serviços profissionais”. Em suma: trata-se de um terreno denso de tensões e contradições sociais que se situa a atividade profissional (IAMAMOTO, 2004, p. 23).

5.3- O exercício profissional, o estudo ou perícia social em casos de alienação parental e a dimensão técnico-operativa da profissão

Acreditamos que antes de tudo é preciso ter em mente que “todo processo interventivo que caracteriza o trabalho do assistente social está voltado para a busca da realidade humana e social dos seus usuários, que é essencialmente dinâmica, complexa, heterogênea e multifacetada” (SOUZA, 2006, p. 69).

E para que possamos intervir de maneira qualificada é preciso ultrapassar o imediatismo, a fragmentação, o senso comum e a falta de criticidade que fazem parte da dinâmica da cotidianidade e que se “repetem automaticamente em face da burocracia institucional” (BARROCO, 2012, p. 73).

Conforme atesta Iamamoto (2004, p. 11-12):

A profissão é tanto um dado histórico, indissociável das particularidades assumidas pela formação e desenvolvimento da sociedade brasileira quanto resultante dos sujeitos sociais que constroem sua trajetória e redirecionam seus rumos (grifos da autora). Considerando a historicidade da profissão – seu caráter transitório e socialmente condicionado – ela se configura e se recria no âmbito das relações entre o Estado e a sociedade, fruto de determinantes macro-sociais que estabelecem limites e possibilidades ao exercício profissional inscrito na divisão social e técnica do trabalho e apoiado nas relações de propriedade que a sustentam [...].

Assim, a chamada “prática profissional” não deve ser vista como “prática do indivíduo isolado desvinculada da trama social que cria sua necessidade e condiciona seus efeitos na sociedade”. Nem tampouco deve ser considerada descolada da questão social e das políticas sociais, pois se constituiria numa leitura a-histórica e focalista meramente descritiva e enraizada no positivismo. Uma perspectiva assim defendida centrar-se-ia no “como fazer sem, contudo, conseguir explicar as razões de seu conteúdo, *a direção social e os efeitos de seu trabalho na sociedade*” (grifos da autora) (IAMAMOTO, 2004, p. 8-9).

O profissional tem na realização do estudo social ou da perícia e na confecção do respectivo parecer ou laudo social os principais produtos de sua intervenção na área sociojurídica, podendo atuar no sentido da viabilização do acesso a direitos ou simplesmente servir de instrumento para punição e/ou enquadramento dos sujeitos. Portanto, a perícia ou estudo realizado e o parecer emitido pelo profissional assumem papel importante, em muitos casos, indispensável, para que se chegue à

uma decisão judicial de modo que esta seja a mais justa possível, em dado contexto. Conforme esclarecem Trindade e Soares (2009, p. 7-8):

A palavra perícia advinda do latim – *peritia*- designa conhecimento adquirido pela experiência, resultando num saber. Esse termo em português em geral, quando relacionado a perito tem a ver com destreza e vistoria de caráter técnico especializado. A perícia social no campo sócio-jurídico tem o intuito de emitir um parecer sobre situações sociais conflituosas advindas principalmente das expressões da questão social. Por isso, a perícia social torna-se instrumento imprescindível para uma tomada de decisão do magistrado embasada em um sério estudo da realidade analisada por parte do perito social requisitado: o assistente social. Em geral o estudo social é definido como um instrumento básico no trabalho do assistente social no campo sócio-jurídico. O conteúdo desse estudo pode muitas vezes apontar medidas sociais e legais que podem ser tomadas para a solução de determinados conflitos.

Pizzol (2006) destaca que “entre as provas possíveis de serem produzidas, estão a prova documental, a prova testemunhal e a prova pericial” (p. 24), sendo esta última elaborada por especialista em determinada área do saber e que tem o objetivo de assessorar o juiz no aclaramento de um litígio (PIZZOL, 2006). Quando a serviço do Judiciário, o profissional deve deter conhecimento técnico e ético sobre o assunto do qual irá tratar devendo ainda atentar para as regras previstas pelo Código de Processo Civil. Para o autor “o perito social deve, em seu parecer ou em suas conclusões, expressar o seu posicionamento técnico sobre os fatos e, se for o caso, sugerir a melhor solução para a situação concreta [...]” (PIZZOL, 2006, p. 39).

De acordo com Trindade e Soares (2009) os estudos e pareceres sociais são requisitados pelos operadores do direito a fim de que os subsidiem em relação às situações de conflito, de modo que suas opiniões enquanto peritos colaboram para com as decisões judiciais. Embora não tenham o poder de decisão, as justificativas ali constantes são consideradas nos processos judiciais, sendo muitas vezes o profissional chamado em audiência a fim de dar sua opinião em determinados casos. O profissional está subordinado administrativamente ao juiz, mas possui autonomia para exercer suas funções estando amparado pelo Código de Ética Profissional e pela Lei de Regulamentação da Profissão (TRINDADE; SOARES, 2009).

Por conseguinte, frisamos, que os estudos e pareceres podem tanto viabilizar direitos como apresentar em seu conteúdo arbitrariedades, sobretudo, se elaborados a partir de primeiras impressões.

Na perícia social devem estar integrados

os dados da história de vida dos sujeitos aos seus determinantes conjunturais e estruturais, de forma a evitar a precipitada *vitimização e/ou culpabilização* dos indivíduos envolvidos, dissociando suas ações e situações de vida das múltiplas relações sociais que as explicam e as determinam. Para tanto, supõe considerar: a inserção das famílias no processo produtivo, atribuindo visibilidade às relações de trabalho e aos meios de sua sobrevivência circunscritos no tempo e no espaço; as relações intrafamiliares, que envolvem afetividade, apoio, construção de vínculos, assim como possíveis conflitos, abandono, rejeições e atos de violência, presentes no núcleo familiar; as redes sociais de apoio tanto no nível das instituições como de relações e convívio interpessoais; o processo de construção de identidades e as representações socioculturais, que contribuem para o estabelecimento de um padrão de sociabilidade (IAMAMOTO, 2010, p. 290).

Ante a importância da manifestação técnica da/o assistente social este profissional não pode perder de vista que o Judiciário possui vários trâmites processuais baseados na objetividade, na busca pela verdade e fidedignidade dos fatos a fim de se alcançar um veredicto, uma sentença. Há que se considerar que a emissão de um parecer no âmbito do poder judiciário e ainda mais em meio à lide conjugal, soa como verdade absoluta. Ocorre que em se tratando das ciências humanas e sociais não é possível falar-se em objetividade e neutralidade, pois antes se trata de relações humanas que compõe uma realidade que não é estática, absoluta ou a-histórica.

Nesse contexto, indagamos as/os entrevistada/os quanto à construção de sua análise teórica no contexto estudado. Não lhes foram dadas opções de escolha referente às disciplinas do conhecimento das quais fazem uso, mas poderiam apontar quantas e quais desejassem, de modo a obtermos o seguinte resultado:

Tabela 2: Disciplinas do conhecimento utilizadas pelas/os profissionais em suas análises teóricas:

Disciplinas	Frequência absoluta	%
Sociologia	15	60
Antropologia	11	44
Direito	16	64
Economia	5	20
Psicologia	16	64
Serviço Social	5	20
Pedagogia	1	4
Filosofia	2	8
História	2	8
Ciências Sociais	4	16
Medicina	1	4

Fonte: dados coletados pela autora

Chama a atenção o fato de que apenas cinco (5) dos entrevistados informaram que utilizam referenciais teóricos do Serviço Social. Aqui cabe considerar que o emprego da terminologia “disciplina do conhecimento” pode ter interferido nas respostas, mas acima de tudo traz subjacente o entendimento que as/os profissionais carregam consigo acerca da produção de conhecimento na área. Afinal, seria o Serviço Social uma ciência? E, em não se constituindo uma ciência, produz ele conhecimento?

Buscamos em duas estudiosas da área algumas reflexões acerca desse debate. Simionatto (2014) comenta que o Serviço Social brasileiro foi e vem sendo reconhecido como área do conhecimento pelas agências de fomento, desenvolvendo pesquisas e ampliando a consolidação de programas de pós-graduação e “das bibliografias geradas nesse contexto, amplamente referenciadas nas produções das ciências humanas e sociais (SIMIONATTO, 2014, p.17). Conclui a autora que:

[...] nas três últimas décadas o Serviço Social qualificou-se, passou a produzir conhecimentos, superando sua condição subalterna às ciências sociais, engendrando a formação de uma ampla massa crítica, de quadros intelectuais que na batalha das ideias, na produção e no engajamento político, tem enfrentado a cultura dominante, contribuindo com avanços significativos na formação de uma cultura e um posicionamento críticos, cada vez mais ameaçados nesses tempos abertos ao retorno do conservadorismo (SIMIONATTO, 2014, p. 17).

Sposati (2007) destaca que historicamente foi atribuído ao Serviço Social um estatuto secundário na comunidade científica que desdenhava da pesquisa nesta área indagando se se tratava de uma ciência, técnica, arte ou disciplina. A autora recupera a abordagem histórica da profissão cuja origem norte-americana e europeia embasava-se no diagnóstico social enquanto “campo de aplicação do conhecimento psicossocial de corte relacional entre sujeito-sociedade [...]” (p. 16). Tratava-se de um “corpo de conhecimentos sincréticos e ecléticos” que perdurou até a segunda metade da década de 60 quando teve início o desencadeamento de um processo de reconhecimento de uma nova identidade profissional, mais próxima da realidade latino-americana e fundada na teoria social crítica. Ademais, soma-se a isso o desafio gerado pelo confronto entre a produção da pesquisa social em relação às ciências físicas e matemática, sendo a primeira falsamente hierarquizada em relação às outras.

Portanto, será a partir do questionamento dessas bases de atuação que o Serviço Social brasileiro se fortalecerá e seguirá se lançando e ampliando sua produção teórica no âmbito da pós-graduação.

O vínculo entre a produção de conhecimento em Serviço Social e o processo sócio-histórico gerou, por sua vez, a capacidade de interlocução entre pesquisadores provindos do Serviço Social com aqueles ligados a outros saberes. Ampliou-se a inserção e a interlocução interdisciplinar, e com elas, a construção do reconhecimento científico dessa ‘nova’ perspectiva de análise do real (SPOSATI, 2007, p. 17-18).

Dessa forma, o que estamos a defender é que as produções do Serviço Social, ainda que não sejam sobre o tema específico da alienação parental, são de indispensável apropriação por parte dos profissionais e abrangem temas que perpassam a atuação, estando relacionados à questão social, às políticas sociais, à família e à intervenção estatal, além da apropriação a outros temas atuais como é o caso da judicialização.

Nesse sentido, compreendemos que a não clareza do debate acerca da produção de conhecimento no âmbito do Serviço Social pode ter influenciado os profissionais quanto a sua indicação no rol de disciplinas do conhecimento conforme sugeria a pergunta. O fato de a maioria dos profissionais ter informado em outras questões que consideram a questão social, as políticas sociais e o Estado em suas análises ou parecer é um bom indicativo do que estamos afirmando.

Para além das disciplinas teóricas utilizadas, torna-se importante analisar a perspectiva teórica na qual se apoiam as/os profissionais, a qual pode ser observada a partir das considerações que tecem acerca de questões como a materialização do projeto ético-político (limites e possibilidades) e do fazer profissional.

Sendo assim, é possível constatar que grande parte das falas das/os profissionais gira em torno da defesa de uma intervenção crítica, que se fundamente nos princípios defendidos pelo projeto profissional. Alguns entrevistados defendem que as/os assistentes sociais devem buscar nos fundamentos da teoria crítica marxista os elementos necessários para uma leitura qualificada da realidade.

A possibilidade de materialização plena dos princípios do projeto ético-político nega a categoria marxista Contradição, além de negar que os/as profissionais possuem uma autonomia relativa frente às instituições nas quais encontram-se inseridos/as [...] (Entrevistada/o nº 4).

Procuro fazer as mediações sócio-históricas e culturais que medeiam a vida em família [...] (Entrevistada/o nº 5).

[...] É imprescindível a conexão entre a questão social e suas diversas manifestações. Manifestações estas que necessitam de uma interpretação à luz de uma visão crítica da realidade, valorizando a historicidade, as contradições e as mediações, buscando na singularidade apresentada alcançarmos o contexto da totalidade (Entrevistada/o nº 10).

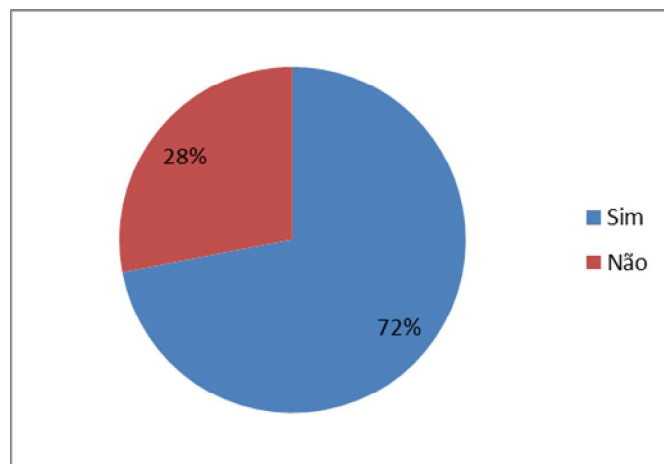
Por outro lado, encontramos afirmativas que trazem à tona a histórica ideia de dicotomia teoria/prática que acompanha a profissão desde sua gênese, a qual atrelada à igreja católica trazia consigo a “metodologia de ação” baseada na restrita ideia de empirismo (ver/julgar/agir) como premissa básica de atuação.

Trata-se da dicotomia entre teoria e prática. Por mais que nossos pareceres sejam riquíssimos e explicitem toda a dinâmica familiar com suas evidências e possíveis consequências no que tange ao processo de alienação parental, há sempre o questionamento: e daí? Questiono a materialização do parecer, a materialização da(s) intervenção(ões), como um processo de reflexão para os usuários (Entrevistada/o nº 18).

Não é incomum nos depararmos com esse tipo de fala, contudo é preciso refletir o que ela significa. Afirmativas como esta expressam, na verdade, uma questão teórica cujo respaldo ocorre pela via da teoria positivista e suas variantes, as quais defendem a separação entre teoria e prática como premissa de análise da realidade. Desse modo, se acreditamos que a teoria é um processo de construção e reconstrução do concreto e que este não pode ser compreendido senão de maneira processual, negamos então a ideia de que ela possa ser apreendida como um manual a ser aplicado na prática.

Prosseguimos abordando com os entrevistados como percebem seus posicionamentos diante do tema alienação parental ao longo de suas considerações técnicas ou parecer. Questionamos se empregam a expressão “alienação parental”, sendo afirmado por mais de 70% que a utilizam nas considerações ou parecer.

Gráfico 4: Uso da expressão alienação parental por parte das/os entrevistada/os



Fonte: dados coletados pela autora

Algumas falas em torno da **não** utilização do termo “alienação parental” merecem destaque:

Sempre que possível procuro não utilizar a expressão alienação parental em meus estudos e pareceres, substituindo-a por reflexões teóricas em torno dos conflitos familiares e/ou das expressões da questão social que se vinculam aos indícios da possível conduta a que a expressão se refere. Nunca utilizo a expressão síndrome da alienação parental por considerá-la inconciliável com minhas apostas ético-políticas (Entrevistada/o nº3).

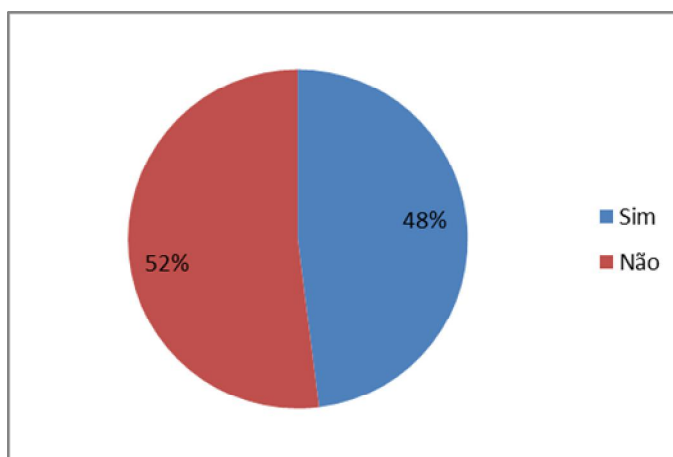
Destaco que durante três anos de trabalho no Poder Judiciário, utilizei o termo alienação parental duas ou três vezes, tendo em vista que pertenço a uma linha profissional que evita a associação Serviço Social-Alienação Parental. Desta forma, nas vezes em que mencionei a expressão alienação parental, me reduzi a permanecer no campo dos indícios e não do diagnóstico, de modo que voltei minha atenção sobre a identificação de práticas que podem resultar ou não no que se chama alienação parental, sem caminhar para a identificação do diagnóstico de uma síndrome, destacando nos pareceres que questões relativas à saúde mental devem ser respondidas por profissionais da área de saúde mental e não de Serviço Social (Entrevistada/o nº4).

A fala da/o entrevistada/o nº 3 evidencia a importância de os profissionais refletirem acerca do emprego de tal terminologia, buscando antes, trazer à tona processos reflexivos acerca dos conflitos familiares e das expressões da questão social que constituem a história de vida da família, dando a cada situação contornos específicos que se entrelaçam aos aspectos de ordem macrosocial.

Quanto ao emprego da expressão “síndrome da alienação parental” entendemos que requer ainda mais atenção por parte do Serviço Social, pois remete à uma conceituação médica que extrapola as possibilidades de intervenção profissional, tal qual ressaltou a/o entrevistada/o nº 4.

Do mesmo modo indagamos a/os entrevistadas/os quanto à utilização da “Lei da alienação parental” ao longo das considerações ou parecer técnico, sendo observado que 52% dos profissionais afirmam fazer uso de tal legislação enquanto 48% ponderam que não a empregam.

Gráfico 5: Alusão à Lei da alienação parental nas considerações ou parecer da/o profissional, segundo as/os entrevistadas/os



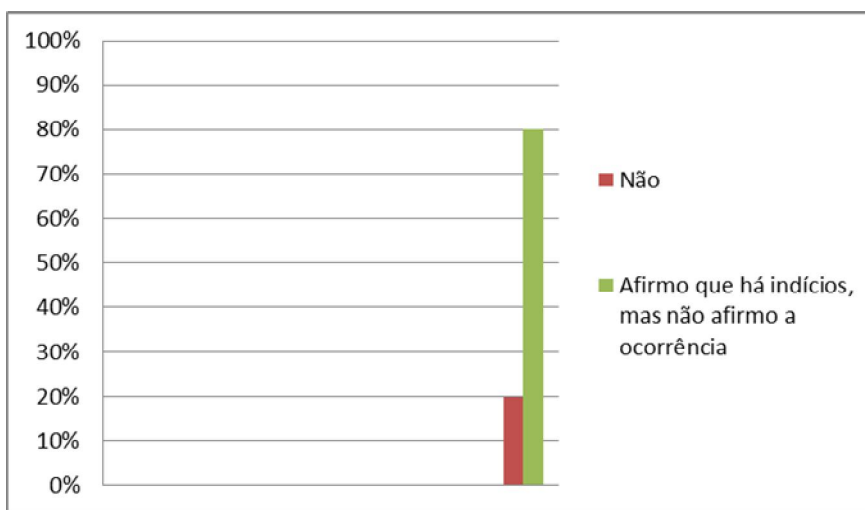
Fonte: dados coletados pela autora

No que se refere ao contexto da alienação parental, conforme já aludimos, compreendemos que para a/o assistente social “a descrição da SAP deve ultrapassar as fronteiras da medicina e das ciências do comportamento, cabendo aos profissionais engajados na proteção à criança e à família alargar o conceito forjado por Gardner” (VALENTE, 2008a, p. 72).

A referida estudiosa, uma das poucas a tratar do tema em âmbito nacional na seara do Serviço Social, destaca que os profissionais devem estar atentos que “uma declaração técnica pode interferir no curso de uma ação judicial, reforçando, muitas vezes, o processo de alienação” (VALENTE, 2008a, p. 75). Diríamos mesmo que o profissional deve ter em conta o poder de seu “saber” na instituição e como este pode ressoar na vida das famílias e indivíduos atendidos. Ou seja, o estudo social e o parecer social constituem expressões do saber-poder profissional da/o assistente social na área sociojurídica.

Nesse contexto, outra questão proposta aos entrevistados compreendeu o “diagnóstico” da alienação parental ou da SAP. A maior parte dos profissionais indicou que afirma haver indícios, mas não a ocorrência de fato da alienação parental e alguns atestaram que não afirmam a ocorrência.

Gráfico 6: Afirmação quanto à ocorrência da alienação parental ou SAP, segundo as/os entrevistadas/os



Fonte: dados coletados pela autora

Solicitamos que em caso de resposta afirmativa ou “indicando os indícios” o entrevistado nos informasse quais indicadores utilizava para tal, por exemplo,

dificuldade de contato da criança com um dos genitores. Os profissionais informaram os seguintes indicadores:

Tabela 3: Indicadores utilizados pelos profissionais acerca da alienação parental

Indicadores	Frequência absoluta	%
Imposição de regras aos filhos quando da visitação	1	4
Reprodução de um discurso por parte da criança em relação ao outro genitor incompatível com sua idade	3	12
Dificuldades dos genitores de separar conjugalidade e parentalidade (influenciando criança)	2	8
Atitudes que buscam impor padronização dos cuidados	1	4
Criação de falsas memórias	2	8
Constantes mudanças de endereço	6	24
Falsa denúncia de abuso sexual	3	12
Criação de obstáculos para vinculação entre o filho e o genitor não guardião dificultando, por exemplo, o acesso à criança/adolescente (visitações)	14	56
Desqualificação da imagem do outro genitor no exercício da parentalidade	13	52
Impedimento à convivência com outros membros da família	1	4
Dificuldades no exercício da autoridade parental (genitor não guardião)	3	12
Omissão de informações importantes da vida da criança	1	4
Colocar-se numa postura de vítima frente à criança	1	4
Imposição da figura de novo(a) companheiro(a) ou avós como pai/mãe à criança	1	4
Mudanças constantes de escola	1	4
Interceptação/dificuldade de contato telefônico	2	8
Acusações contraditórias e inconsistentes	3	12
Manifestação de sentimentos na criança/adolescente tais como: rejeição, ódio, indiferença, resistência e medo dirigidos ao não-guardião	1	4

Fonte: dados coletados pela autora

As/os profissionais elencaram quais atitudes e/ou circunstâncias consideram indicativos de alienação parental e que sinalizam em suas considerações técnicas e/ou parecer:

Coloco algumas evidências/indícios (quando o caso requer) acerca da ocorrência. Por exemplo: Quando há desqualificação de um dos genitores quanto ao exercício da parentalidade; dificuldades injustificadas para visitas, impedindo a convivência com o genitor descontínuo; dificuldades para contatos regulares entre a criança e o não guardião; omissão de informações importantes do infante (saúde, educação, alimentação, etc); mudança de domicílio sem quaisquer informações ao outro genitor; difamação da imagem do (a) genitor (a) junto à criança; entre outros (Entrevistada/o nº 23).

Um/a profissional fez referência a um trecho utilizado em suas considerações técnicas que exemplifica de modo geral o rol de “indícios” elencados pelas/os entrevistados:

[...] No que se refere à hipótese da alienação parental [objetivo do estudo], a equipe observa a existência de um conflito entre os adultos, neste caso mais evidente entre o Sr. X (pai) e o Sr.Y (padrasto), que refletem em acusações mútuas que podem desencadear em um processo de desmoralização e de descrédito da imagem de ambos, causando, assim, “[...] prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com [a criança]” [...]. Estas acusações perpassam por diversas falas como: “mudanças de endereço para distanciar do filho”; “ele pede para chamar a criança de pai”; “ele quebra os presentes da família paterna”; “o pai pede para não obedecer o padrasto”; “você não irá mais na casa de seu genitor”, entre outros. Todavia, mesmo com esses depoimentos suscitados durante os atendimentos, a Equipe percebe que tais alegações não interferiram no vínculo afetivo da criança com as suas famílias paterna e materna (Entrevistada/o nº 10).

Nota-se que muitos dos indicadores informados encontram-se listados na Lei da Alienação Parental. Entre os mais citados encontram-se a criação de obstáculos para o convívio e processo de vinculação entre filho e genitor não guardião e atitudes que visam a desqualificar o outro genitor no exercício da autoridade parental. Chamamos atenção para dois “indicadores” elencados: a “falsa denúncia de abuso sexual” e a “criação de memórias falsas”.

Embora não constitua objetivo do trabalho tecer considerações sobre tais questões é importante destacar que ambas são alvos de muitos debates, dentre outros fatores, pela dificuldade em se chegar a uma conclusão, a uma verdade absoluta sobre sua ocorrência ou não.

Especialmente sobre a criação de falsas memórias, entendida em linhas gerais como a lembrança de eventos que não ocorreram ou que não se deram da forma exata como a lembrança se apresenta, compreendemos que a/o assistente social deve ter cautela, pois tal problemática abrange aspectos emocionais e psicológicos profundos da criança/adolescente envolvido, de modo que o profissional precisa estar atento aos limites técnicos de sua intervenção.

Quanto às falsas denúncias de abuso sexual, Antunes (2010, p. 73) nos chama atenção para o fato de que por se tratar de “um ato criminoso que causa repulsa na maioria das pessoas, os profissionais que recebem as denúncias podem ser influenciados pelo discurso do informante e direcionarem suas escritas de forma a confirmar o ato”. Em muitos casos, ressalta a autora, a primeira medida tomada é o afastamento com suspensão imediata das visitas e assim sendo, diante de uma acusação falsa a criança fica exposta a uma forma de abuso que não é menos grave que um abuso real e dependendo de seu estágio de desenvolvimento e estrutura psíquica poderá a criança desenvolver os mesmos sintomas de um abuso real (ANTUNES, 2010).

Nesse sentido, compreendemos que se faz necessária muita cautela ao abordar ambas as questões em laudos e pareceres. Acreditamos que estes são temas que devem ser mais bem estudados pelo Serviço Social e que certamente se encontram interligados à problemática da alienação parental, trazendo contornos específicos que requerem ainda mais atenção da/os profissionais.

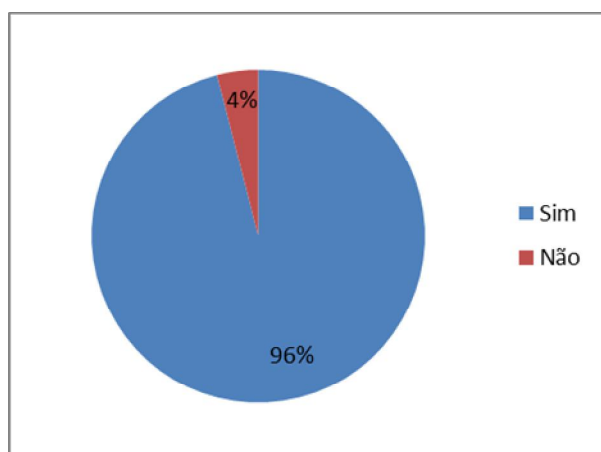
Cabe ressaltar que mesmo entre os profissionais que afirmaram explicitar indícios da alienação parental comparece certo receio em torno de tais afirmações:

Na verdade, evito ao máximo utilizar o termo "alienação parental" em minhas considerações ou pareceres. Isso porque entendo que, conforme a lei, a análise para existência/ocorrência deve ser feita através de perícia psicológica ou biopsicossocial, caso contrário, podemos incorrer no comprometimento da validade do laudo, que poderá ser posteriormente impugnado. No judiciário do ES, a atual demanda de trabalho, associada ao insuficiente e desigual número de servidores e profissionais (de psicologia e serviço social) nas equipes, impede que todos os laudos sejam analisados somente pelo psicólogo ou por equipe multidisciplinar (Entrevistada/o nº23).

Como ressaltado pela/o entrevistada/o acima, em se tratando da perícia no contexto de alienação parental, a lei nº 12.318/2010 incorpora artigos que tratam da atuação

das equipes profissionais, nas quais as/os assistentes sociais estão inseridos. Aborda questões como, por exemplo, a necessidade de aptidão profissional ou acadêmica comprovada para fins de diagnosticar a SAP elencando ainda um rol de atitudes e comportamentos que seriam passíveis de observação no genitor dito “alienador” e que caracterizariam a alienação parental. Assim, uma das questões apresentadas aos entrevistados consistia em saber se eles detinham conhecimento da Lei nº 12.318/2010.

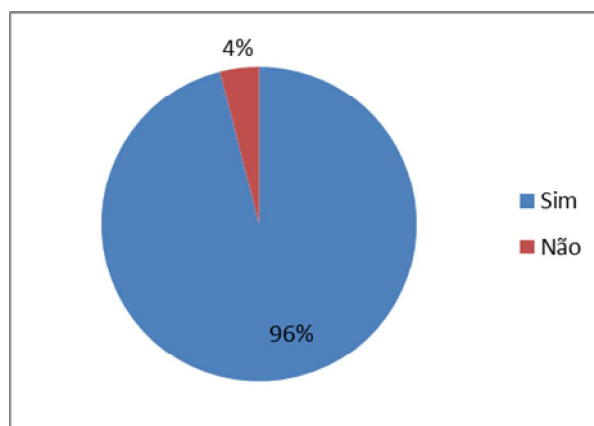
Gráfico 7: Conhecimento acerca da Lei nº 12.318/2010 (Alienação Parental) por parte das/os entrevistadas/os



Fonte: dados coletados pela autora

Como se pode observar, quase a totalidade dos entrevistados afirmou conhecer a lei. Logo, avançamos no sentido de apreender se a partir desse conhecimento os profissionais participaram de alguma discussão acerca da normativa em seus locais de trabalho.

Gráfico 8: Discussão do tema alienação parental no local de trabalho das/os entrevistadas/os



Fonte: dados coletados pela autora

Constata-se que mais uma vez quase a totalidade dos entrevistados afirmou que em um certo momento já participou de alguma discussão sobre o tema em seu local de trabalho, embora tenha sido refletido em vários momentos a importância e a necessidade de aprofundamento do tema por parte do Serviço Social e até mesmo sobre as (im)possibilidades de atuação do profissional frente à demanda:

Necessário se faz capacitar profissionais da área temática tendo em vista tratar-se de tema novo, ainda em fase de pesquisa, sem produção de estatística (Entrevistada/o nº 14).

Penso que o Serviço Social precisa discutir o processo de atuação profissional nos casos que envolvam alienação parental, pois, os casos atendidos até o momento, em apenas 1 apareceu as expressões da questão social, nos demais as questões se referiam às dificuldades do pai e/ou mãe em aceitar a ruptura da conjugalidade, onde demandava uma maior intervenção do ponto de vista psicológico (Entrevistada/o nº 15).

O tema ainda é pouco discutido nos meios profissionais e ainda há muita ressalva dos profissionais que lidam diretamente com esta problemática em sistematizar/elucidar a real situação vivenciada pela família que chega ao serviço social por meio da justiça (Entrevistada/o nº 17).

Diante da responsabilidade ética e técnica da/o assistente social, devemos considerar algumas habilidades que devem ser incorporadas pelo profissional no seu fazer. No contexto da intervenção junto a ex-casais em conflito é necessária habilidade para lidar com os temores do genitor tido como “alienador”, ainda que estes sejam infundados. A/o assistente social deve ouvi-lo de forma cuidadosa e respeitosa, procurando captar as incoerências presentes em seu discurso, mas sem

buscar assumir uma posição como se estivesse comprando a briga do outro. Deve agir com cautela diante de um genitor que afirma que seu filho/a se queixa do tratamento pelo outro genitor quando da realização da visita, pois

Alterações no comportamento ou no humor de uma criança após um final de semana com o visitante costumam ser mencionados. Afinal, a visita, além de alterar a rotina, é o momento em que a criança vivencia fortemente a realidade da separação dos pais, podendo provocar reação de tristeza e desamparo (VALENTE, 2008a, p. 76).

Guedes-Pinto (2009) também realiza importantes reflexões acerca do momento pericial, ponderando que no espaço do Judiciário as pessoas, também nominadas ‘partes’, sentem como se estivessem sendo fiscalizadas ao serem encaminhadas para perícia e sabem o peso que possui a prova pericial a qual influenciará naquilo que se pleiteia, podendo-se então “ganhar ou perder”. Sabem também que terão que se confrontar com suas experiências de convívio com o outro e com os filhos, sua percepção do conflito, além da preocupação em apresentar sua verdade, muitas vezes atacando o outro no exercício de sua função parental. Ressalta a autora que o profissional tem o importante papel de assegurar do ponto de vista social o direito ao contato entre filhos e pais, pois as crianças têm o direito de amar ambos, de modo que o afeto por um não substitui o afeto pelo outro.

Assim, conclui Guedes-Pinto (2009, p. 33) que:

Como **perito social**, o Assistente Social entra em contato com as pessoas tão radicalizadas e ao mesmo tempo fragilizadas, inseguras e feridas pelos conflitos (grifo da autora).

Por esta razão, o momento inicial da perícia deve se cercar de profundo cuidado e respeito já que as pessoas têm dificuldades de se por em perspectiva de se comunicarem.

Ao analisarmos a lei tendo como pano de fundo e todos os elementos que pontuamos até então, infere-se que a/o assistente social pode se ver confrontado em relação ao seu papel. Tomemos como ponto de partida as reflexões de Sousa e Brito (2011) que se referem à atuação dos psicólogos no contexto da referida lei. As ponderações apresentadas pelas estudiosas podem facilmente ser transplantadas para a realidade também da/o assistente social, pois no que tange ao Serviço Social apesar de a referida lei prever em seu texto a atuação deste profissional na realização de perícia “biopsicossocial” a qual se destina a averiguar a ocorrência da SAP, a discussão em torno do assunto parece não ter se espalhado sobre a

categoria, não tendo sido alvo de análise dos profissionais por meio de seus órgãos de classe.

Não fica claro o papel da/o assistente social, uma vez que a lei aborda a realização de perícia psicológica e/ou biopsicossocial, contudo, por seu contexto e finalidade, infere-se que os profissionais, por meio da perícia social – a qual compreendemos que necessariamente ocorreria paralelamente às perícias psicológica e médica (levando-se ao pé da letra o texto da lei que denomina perícia biopsicossocial) – deveriam detectar tais comportamentos elencados como pertinentes ao perfil do “genitor alienador”.

Ademais, a lei se ocupa de estabelecer até mesmo a forma de elaboração do laudo, pois prevê que este deve se basear “em exame de documentos dos autos, histórico do relacionamento do casal e da separação, cronologia de incidentes, avaliação da personalidade dos envolvidos e exame da forma como a criança ou adolescente se manifesta acerca de eventual acusação contra genitor” além de prever aspectos tais como a aptidão profissional ou acadêmica para se atestar a alienação parental e o estabelecimento de prazo máximo de 90 dias para tal diagnóstico (SOUSA; BRITO, 2011, p. 276).

Conforme já ponderamos, alguns profissionais questionaram a arbitrariedade da lei, que apesar de trazer implicações aos assistentes sociais não foi discutida com a categoria.

Esta lei é mais um exemplo de como a tradição brasileira de se criar normas sem antes serem ouvidos profissionais da área (pedagogos, assistentes sociais, psicólogos) e tampouco debatida nas instâncias de políticas públicas como CONANDA é prejudicial à sociedade, pois primeiramente tem uma lei difícil de ser efetivada, segundo por este motivo tal norma passa a ser ignorada pelo judiciário, culminando naquela expressão conhecida “essa lei não pegou” (Entrevistada/o nº 9).

A ausência de participação da base (neste caso, dos profissionais que compõem as equipes multidisciplinares: assistentes sociais, psicólogos, médicos, pedagogos, entre outros) no processo de discussão, formulação e implementação da lei nº 12.318/2010 (Alienação Parental) prejudicou sobremaneira a atuação dos técnicos que lidam com esta temática junto às Varas de Família. Isso porque o tema não foi abordado nas universidades, durante a formação acadêmica dos profissionais, não sendo, portanto, compreendido enquanto atribuição específica de determinada profissão. Apesar dessa carência na formação acadêmica, as instituições sequer tem a preocupação em capacitar os servidores para atuação qualificada, restando a cada um a responsabilidade individual com o aprimoramento teórico e a discussão da prática permanentes, referentes a essa temática e a tantas outras que envolvem as varas de família (Entrevistada/o nº 23).

Além de seu caráter arbitrário, os profissionais ponderaram que a referida lei apresenta limites no que se refere à atuação da/o assistente social, aparentando estar mais relacionada à intervenção das/os psicóloga/os:

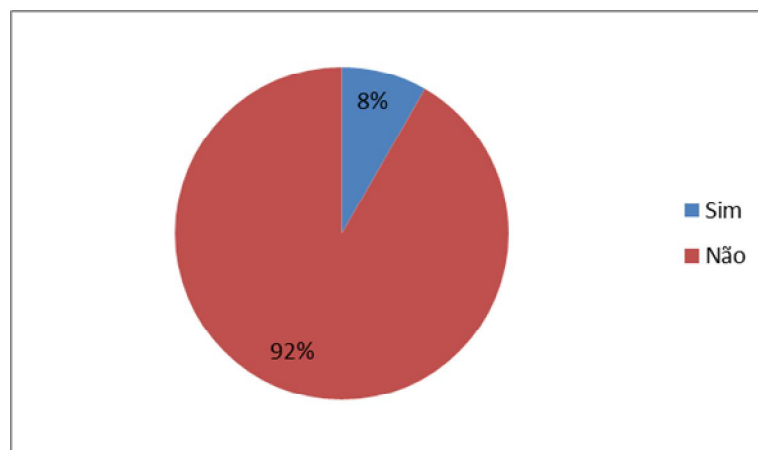
Tendo em vista que a alusão da Lei à esta síndrome, patologiza as relações familiares e as desigualdades nelas existentes. Parece que o objeto da lei se restringe à atuação do profissional da Psicologia [sic] (Entrevistada/o nº 6).

Isto posto, foi perguntado aos profissionais se diante do que a Lei preconiza no que tange à intervenção profissional, participaram em algum momento de capacitação específica tal qual a própria normativa preconiza. A totalidade dos entrevistados afirmou que **não** participou de capacitação nesse sentido, ponderando ainda que a referida lei traz outras implicações em relação ao posicionamento da/o profissional:

A lei também diz que "o laudo pericial terá base em ampla avaliação psicológica ou biopsicossocial" e que "a perícia será realizada por profissional ou equipe multidisciplinar habilitados, exigido, em qualquer caso, aptidão comprovada por histórico profissional ou acadêmico para diagnosticar atos de alienação parental". A partir dessas determinações legais quanto à análise da prática de alienação parental, evito afirmar a ocorrência em meus laudos feitos isoladamente, enquanto assistente social (Entrevistada/o nº 23).

Para além da capacitação específica a qual faz alusão a referida normativa, procurou-se compreender se os profissionais consideram que a formação profissional ofereceu elementos necessários para a intervenção em casos de alienação parental.

Gráfico 9: Formação profissional e intervenção em casos de alienação parental



Fonte: dados coletados pela autora

Não me sinto com formação teórica-metodológica [sic] e prática suficientes para intervenção quanto a essa temática (Entrevistada nº 23).

Este dado é de suma importância para que possamos compreender o papel da/o assistente social em casos de alienação parental. Ora, o que leva os profissionais a pensarem que a formação acadêmica não lhes proporcionou instrumentos para este tipo de intervenção? O que de fato queremos com nossa intervenção? Seria nosso objetivo profissional diagnosticar a existência da SAP? Mas se a própria lei já se incumba de elencar um rol de comportamentos e atitudes que indicariam a alienação parental, não bastaria seguir o que está disposto para se concluir a ocorrência ou não da alienação parental ou a instalação ou não da referida síndrome?

Nos últimos anos o Serviço Social contou com

importantes investimentos acadêmico-profissionais [...] no sentido de se construir uma nova forma de pensar e fazer o Serviço Social, orientadas por uma perspectiva teórico-metodológica apoiada na teoria social crítica e em princípios éticos de um humanismo radicalmente histórico, norteadores do projeto de profissão no Brasil (IAMAMOTO, 2004, p.6).

No caso da alienação parental é importante destacar que a ausência de estudos voltados para o tema no âmbito do Serviço Social parece contribuir para que os profissionais se questionem sobre qual a sua “especificidade” na abordagem da problemática. Com isso, muitas vezes deixam de buscar nos elementos historicamente atrelados à profissão tais como a questão social e suas múltiplas expressões e as políticas sociais, os fundamentos necessários para sua intervenção. Esta ausência de discussão e de acúmulo teórico sobre o tema em específico

parece contribuir para que os profissionais não se sintam seguros (ou ao menos se questionem) sobre o que de fato podem fazer.

Destacamos a fala de uma das/os entrevistados/as que traz à tona justamente a ideia de que os profissionais precisam buscar na questão social, nas políticas sociais e no Estado os elementos que compõem a possibilidade de sua atuação.

[...] Neste caso, quanto ao projeto ético-político, deve-se observar que na elaboração de documentos não basta apenas utilizar instrumentos e procedimentos. É imprescindível a conexão entre a questão social e suas diversas manifestações. Manifestações estas que necessitam de uma interpretação à luz de uma visão crítica da realidade, valorizando a historicidade, as contradições e as mediações, buscando na singularidade apresentada alcançarmos o contexto da totalidade (Entrevistada/o nº 10).

Reiteramos, portanto, que é indispensável ao profissional retornar aos aspectos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos, a fim de (re)estabelecer a ligação com o conteúdo profissional que nos orienta. Logo, se comungamos com o projeto profissional crítico, que almeja uma nova ordem societária, não podemos desvincular a leitura sobre este tema de elementos de análise tais como o Estado (alargamento do Estado Penal em detrimento do Estado Social e a repercussão na vida dos indivíduos), o direito (em uma perspectiva radical que considere seus limites estruturais no contexto da sociedade capitalista, logo dos limites das normas que visam a enquadrar os comportamentos dos indivíduos numa lógica binária, de soluções simplistas) e toda a avalanche de transformações sociais que perpassou e vem perpassando a família e que compõem o pano de fundo das relações familiares que uma vez não resolvidas ou equacionadas no âmbito da própria família são judicializadas na expectativa de soluções milagrosas.

Aliás, a família constitui-se um importante elemento de estudo para a/o assistente social e se faz indispensável refletir sobre a impossibilidade de modelos que dêem conta dos múltiplos arranjos na atualidade. Valente (2014b) afirma que é preciso que a/o assistente social detenha um profundo conhecimento sobre a família e as mudanças que se processam. De acordo com a autora é indispensável ainda que o profissional se ocupe em compreender os processos de família à luz do conjunto de relações sociais que as permeia na contemporaneidade (VALENTE, 2014b). Ademais, recupera a autora, nos dias atuais há novos vínculos parentais que vão se formando e que fazem com que se observe uma diversificação das formas familiares

como, por exemplo, famílias recompostas após o divórcio, família homoparentais ou formadas a partir da procriação medicamente assistida.

Nesse contexto, os entrevistados foram provocados no sentido de refletirem sobre “os ideais de família”, indicando qual a concepção sobre família que baliza seu fazer profissional. Foram apresentadas as seguintes afirmativas e solicitado aos entrevistados/os que indicassem àquela que acreditavam melhor corresponder ao seu entendimento: a) A família é a base da sociedade; b) Família é um grupo heterogêneo vinculado por laços consanguíneos, de afinidade ou de parentesco; c) As organizações familiares são históricas e se modificam em diferentes tipos de sociedade, sendo ainda atravessadas por transformações econômicas, políticas, culturais, etc.; d) A família possui papel central na socialização primária, constituindo-se espaço de apoio, socialização e transmissão de valores e regras; e) Família é um sistema equilibrado formado a partir de alianças entre grupos movidos pela cooperação e pela solidariedade, sendo tal equilíbrio proveniente das regras de funcionamento da própria família.

A maior parte das/os profissionais, 87,5%, informou que compreende que “as organizações familiares são históricas e se modificam em diferentes tipos de sociedade, sendo ainda atravessadas por transformações econômicas, políticas, culturais, etc.”. Outras duas afirmativas foram apontadas, sendo 8,3% referente à “família com papel central na socialização primária, constituindo-se espaço de apoio, socialização e transmissão de valores e regras” e 4,2% que a compreendem como “um grupo heterogêneo vinculado por laços consanguíneos, de afinidade ou de parentesco”. As demais alternativas não foram indicadas pelas/os entrevistadas/os.

A afirmativa mais informada pelas/os entrevistadas/os indica uma “concepção” crítica acerca da família e pode ser observada em exposições como a que segue:

[...] Concomitantemente, há uma busca constante da não culpabilização do sujeito e da não criminalização da pobreza, principalmente ao relatar de forma negativa estilos e modos de vida de uma família e sua comunidade. É preciso evitar visões etnocêntricas referentes aos registros de uma visita domiciliar, além de outros procedimentos, e com isso torná-la um instrumento de coerção e de fiscalização, e não um movimento de entender as dinâmicas da família, das maneiras que exercem a função protetiva das crianças, dos adolescente, dos adultos e dos idosos, abordando potencialidades e aspectos saudáveis dos sujeitos e possíveis desafios que podem ser minimizados com as redes de apoio estatal e com os espaços de participação social (Entrevistada/o nº 10).

Quanto às demais afirmativas indicadas em minoria pelas/os entrevistadas/os, denotam na verdade, aspectos relacionados à solidariedade, ajuda e cuidado mútuo que, se observadas mais de perto, se encontram relacionadas a uma ótica de responsabilização das famílias muitas vezes até ignorando o papel do Estado, já que a família é concebida como a responsável pela proteção e cuidado de seus membros e responsabilizada diante de possíveis “falhas”.

É de se salientar ainda, conforme buscamos refletir ao longo desse trabalho, o lugar que a “prova judicial” deve ocupar no âmbito de nossas intervenções profissionais. Este elemento foi bem destacado por um/a da/os entrevistadas/os:

Salienta-se que o lugar de prova judicial em nosso fazer profissional não está em dizer se ocorreu ou não um fato, ou se é “verdade” tal situação. Em todas as matérias em que trabalhamos, a função do Serviço Social permeia em priorizar as dimensões do reconhecimento do sujeito (Entrevistada/o nº 10).

Compreendemos assim que muitos são os desafios que perpassam a atuação da/o assistente social na área sociojurídica e lidar com processos que tratam da alienação parental não é diferente. As situações que envolvem acusações de alienação parental apresentam-se como desafio aos profissionais do Serviço Social, tendo em vista que a realidade é algo extremamente mutável e que tais mudanças vêm impactando de modo a flexibilizar as relações familiares.

E nesse sentido reiteramos o quão indispensável se faz o aprofundamento do estudo da legislação que se refere à alienação parental bem como o estudo da intervenção profissional nesse contexto, engajada na elaboração de estudos e pareceres que considerem o atual e complexo contexto macrossocial e familiar envolto em conflitos que passam, entre outras coisas, pela construção de gênero e modelos de família.

Não se trata de negar a ocorrência do que vem sendo denominado de alienação parental, pois se sabe que no contexto das contendas conjugais as crianças podem se tornar alvo de disputas de relacionamentos mal resolvidos entre os pais. Ocorre que a vida é dinâmica, o convívio familiar e comunitário dos indivíduos e famílias é afetado por uma gama de transformações de ordem social e econômica que não podem ser apreendidos senão em um processo de aproximação contínua que extrapola inclusive a intervenção técnica que ocorre num dado momento.

A/o assistente social possui um importante papel, pois a partir da sua competência profissional as expressões da questão social que atravessam as vidas dos sujeitos envolvidos são trazidas para os “autos do processo”. O profissional tem o compromisso ético de buscar desvelar os processos sociais que perpassam a vida das pessoas que se encontram envolvidas na lide, trazendo à tona seus aspectos mais amplos e refletindo como estes rebatem também nas singularidades dos sujeitos.

A nosso ver, a/o assistente social deve trazer à tona os processos sociais relacionados à história de vida dos envolvidos, ao convívio, à construção dos laços familiares e comunitários, à possibilidade de acesso dos indivíduos e famílias às políticas públicas, a fim de que possibilitem uma percepção mais ampliada da questão pela autoridade judiciária para a tomada de decisão que melhor atenda aos interesses do envolvidos, sobretudo de crianças e adolescentes.

6- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve por objetivo precípuo discutir a alienação parental no âmbito de atuação do Serviço Social, tendo como foco de análise a intervenção profissional das/os assistentes sociais que atuam em processos de varas de família no PJES. Para tanto, trilhamos nossa análise levando em conta elementos que consideramos indispensáveis para quaisquer reflexões quando o assunto é a intervenção profissional, pois se encontram na base da constituição da profissão, quais sejam o Estado, a questão social e as políticas sociais. Levamos em conta ainda o direito, sob uma perspectiva crítica de análise, pois a intervenção da/o assistente social ocorre no seio de uma instituição judiciária. E sendo assim, tornou-se necessária a reflexão em torno da judicialização que, a nosso ver, guarda relação com o processo de enxugamento do Estado e a ausência de enfrentamento da questão social e suas múltiplas expressões como consequência deste processo.

Portanto, consideramos no presente trabalho a premissa de que a judicialização guarda relação com a questão social, uma vez que esta não é assumida, e, portanto, não é enfrentada pelo Estado. A falta de respostas ao enfrentamento da questão social, ou melhor, de suas diversas manifestações no cotidiano da população, tem colaborado para o agravamento destas. Por outro lado, diante do processo crescente de redução do Estado este passa a responder às expressões da questão social não através de políticas sociais, mas por meio do recrudescimento de sua face penal, que passa a ser a estratégia proeminente de atuação.

Ainda no contexto da ausência de respostas do Estado às mais variadas necessidades da população, esta (ou parte desta) passa a acessar o Poder Judiciário buscando soluções para as mais variadas situações. No caso em estudo, passam a acionar o Poder Judiciário buscando “soluções para impasses surgidos após processos de separação ou ruptura” (VALENTE, 2008a, p.75). São estas situações que chegarão aos profissionais que integram às equipes multidisciplinares, exigindo destes um posicionamento crítico acerca dos processos de ruptura e para além de práticas punitivas e de enquadramento dos sujeitos envolvidos.

Observamos que ainda que a questão social constitua elemento importante de análise para as/os assistentes sociais, suas refrações nem sempre comparecem de forma explícita nas ações que tramitam no Poder Judiciário. Apresentam-se num primeiro momento travestidas em litígios entre as “partes”, em conflitos familiares ou em manifestações de transgressão a leis, necessitando, portanto, de enquadramento. Por isso mesmo a intervenção profissional se torna importante, no sentido de desvelar tais expressões, de modo que nosso questionamento se refere à possibilidade de uma intervenção profissional que vá para além do enquadramento dos sujeitos, buscando superar a punição em detrimento de abordagens que propiciem a reflexão e a ressignificação.

Em nosso estudo, verificamos que para as/os profissionais entrevistada/os tais elementos de análise (Estado, políticas sociais e questão social) foram indicados como sendo importantes. No que se refere à questão social se apresenta manifestada em múltiplas expressões nos casos atendidos referentes à alienação parental, conforme destacado pela/os profissionais. Consideramos que mesmo aqueles casos em que o que se sobressaía era a dificuldade de relação entre “as partes”, ou seja, a dificuldade de separação entre conjugalidade e parentalidade, a intervenção da/o assistente social é de grande significância, pois este profissional pode contribuir trazendo à tona os elementos que permeiam as relações familiares e que se encontram relacionados às transformações sociais que vêm modificando os paradigmas que perpassam a maternidade e a paternidade, especialmente no que se refere à tendência de naturalização de papéis desempenhados por mães e pais, sendo as primeiras as cuidadoras natas e os segundos, “coadjuvantes” nos cuidados da prole. Ressignificar os papéis sociais é um primeiro passo.

Mas os casos que chegam ao Poder Judiciário, e mais ainda, os que chegam às equipes multidisciplinares são ínfimos se considerarmos o número de casais que se divorciam todos os dias e que podem experimentar dificuldades no exercício da parentalidade, advinda de sentimentos mal elaborados quando da separação. Ademais, como vimos, a intervenção da/o assistente social que atua neste poder difere de forma considerável daquele que atua no Poder Executivo, pois este intervém no sentido de executar políticas públicas e não possui para com o usuário

uma relação de compulsoriedade²⁷ no atendimento, algo que se constitui marca na relação entre a/o assistente social que atua no Poder Judiciário e os usuários.

Assim, evidenciamos que uma grande preocupação das/dos profissionais entrevistados consiste nas possibilidades de alargarem o seu papel dentro da instituição, buscando ir além do papel de perito ou “parecerista” como alguns se referiram. Acreditamos que seja importante questionar e buscar avançar na compreensão da intervenção profissional para além de um caráter “parecerista”, contudo, compreendemos que é incontestável a necessidade de ações de políticas públicas que visem a acompanhar o casal no contexto pós-divórcio, oferecendo uma escuta qualificada para que possam ressignificar e elaborar o processo de separação conjugal. A não existência de tais políticas públicas foi algo destacado por alguns da/os entrevistados que observaram que não há espaços de escuta para casais que se encontram em processo de separação, buscando minimizar os impactos, sobretudo para as crianças e adolescentes envolvidos.

Desse modo, a ausência de políticas públicas voltadas para a questão bem como as insuficientes que existem no sentido de atender às necessidades mínimas dos estratos mais empobrecidos da população, delineiam um cenário no qual a demanda que chega ao Poder Judiciário através da judicialização das expressões da questão social e das relações e conflitos intrafamiliares, coloca-se como uma demanda individual, sem qualquer ligação com o modo de produção capitalista que se ergue sobre a desigualdade e que atravessa e determina a construção das relações sociais. As demandas, uma vez transformadas em “ações na justiça” aparentemente passam a ser de competência do Poder Judiciário, e, portanto, carecem da decisão do juiz competente. O juiz, por sua vez, encaminhada ao seu livre arbítrio aqueles “casos” que considerar necessários para intervenção das equipes multidisciplinares, e os profissionais iniciarão suas intervenções, notoriamente dirigidas para a construção de laudos e pareceres que se voltarão para a elaboração de parecer acerca da alienação parental.

²⁷ Compulsoriedade porque as “partes” envolvidas na lide são encaminhadas ao Serviço Social conforme a compreensão dos magistrados quanto à necessidade de intervenção da/o assistente social. Diferentemente, no âmbito das políticas públicas, os usuários atendidos, via de regra, procuram pelos serviços.

Da intervenção profissional decorrem questões importantes relacionadas à construção de um projeto ético-político crítico, que entre outras coisas, nega o arbítrio e toda forma de opressão, buscando antes a plena expansão dos indivíduos sociais; a defesa dos direitos humanos; a ampliação da democracia, entre outros princípios. A perspectiva em que a/o profissional procura atuar é fundamental para a construção de seus argumentos, devendo estar atento à posicionamentos preconceituosos e discriminatórios e discursos que acabam por negar ou inviabilizar o acesso a direitos. Nesse contexto, a/os entrevistados afirmaram seu compromisso com o usuário e o comprometimento com uma intervenção que leve em conta uma perspectiva crítica de família, que procure acolher as diferenças e estabelecer uma escuta respeitosa para com os envolvidos, negando visões preconceituosas e discriminatórias. Dessa forma, consideram as/os entrevistados, que estão a defender e materializar os princípios do Projeto Ético-Político profissional.

Assim, entendemos que é preciso que diante desse compromisso as/os profissionais explorem ainda mais tal perspectiva crítica de análise em seus estudos. Devem cotidianamente disputar os significados de justiça e cidadania buscando o aprofundamento e a problematização “do existir humano pelas determinações do modo de produção capitalista, que subverte os valores emancipatórios e determina a miséria do gênero humano em um mundo de abundância material” (CFESS, 2014, p.22). Devem considerar em seus estudos e pareceres a dimensão da historicidade ontológica do ser social e reconhecer que o lugar que ocupam e as afirmações que fazem em seus documentos constituem um “saber-poder” que trará repercussões na vida dos indivíduos.

Todavia, a elaboração de estudos que considerem a densidade dos fatos e que vá ao encontro da historicidade demandam tempo e muitas vezes as condições de trabalho não se mostram propensas, interferindo na qualidade dos serviços prestados. Questões referentes a cumprimento de prazos, a exigência por produtividade, o número de demandas que o profissional deve atender (no caso das/os assistentes sociais do PJES que atuam nos processo das Varas de Família sua atuação se estende a várias matérias e varas), questões estruturais como a falta de salas para atendimento reservado aos sujeitos, além de acesso à equipamentos básicos e até mesmo a dificuldade de acesso aos usuários – uma vez que as

equipes que compõem as CAMs, em sua maioria, atendem às demandas oriundas de Comarcas do interior, exigindo ainda mais tempo e deslocamento para as intervenções – são questões que afetam o fazer profissional e não podem ser desconsiderados de nossas análises.

No que se refere à temática da alienação parental no âmbito de atuação da/o assistente social constatamos que há uma ausência de discussão no seio da categoria e que tal fato parece repercutir na compreensão dos profissionais quanto às suas possibilidades de atuação. Não obstante, chamou-nos atenção o fato de que mais de 90% das/os entrevistados afirmaram que a formação profissional não lhes possibilitou as condições necessárias de intervenção em casos de alienação parental. Voltamos a afirmar que em nosso entendimento não se trata de a formação profissional ter possibilitado ou não as ferramentas específicas para se lidar com a questão.

A formação profissional se volta para elementos conceituais, históricos e teóricos gerais, e embora o espaço acadêmico enfoque a preparação para o exercício profissional, dotada de uma direção social, ética e teórico-metodológica, há que se ressaltar que a formação não se restringe a esse campo. A formação profissional deve ser considerada como um processo contínuo que envolve qualificação permanente, mas cujo sentido deve ser guiado pelo projeto ético e político ao qual se vincula o profissional. Ainda nesse contexto, há que se destacar que a totalidade das/os entrevistadas/os afirmaram que nunca participaram de capacitação específica, contrariando o que a própria Lei da Alienação dispõe. Contudo, entendemos que não se trata de capacitação voltada à identificação de comportamentos “alienadores” e sim de uma capacitação voltada para uma análise crítica da realidade e que possibilite a construção de estratégias metodológicas e eticamente compatíveis com a atuação profissional.

Ao longo das falas da/os entrevistadas/os compareceu com veemência a preocupação em torno de se afirmar ou não a existência da alienação parental ou da síndrome da alienação parental, ainda que muitos tenham destacado que afirmam a existência de indícios da prática de alienação parental. De um modo geral a/os entrevistados afirmaram que indicam quando comparecem indícios, contudo, é importante refletirmos acerca destes, uma vez que a própria lei afirma que sua

existência já é o bastante para a tomada de decisão judicial que pode ensejar em diversas medidas, que vão desde a advertência ao “alienador”, definição de multa, inversão de guarda até a suspensão da autoridade parental.

Por outro lado, as/os profissionais entrevistados reafirmaram seu compromisso baseados numa perspectiva crítica de análise ao reconhecerem que não lhes compete atuar no campo do diagnóstico da síndrome, ou seja, atuar no sentido de detectá-la. Dessa forma, as/os assistentes sociais entrevistados reiteraram a importância do seu fazer, da construção de seus pareceres e viabilização de acesso aos direitos dos usuários, sem, contudo, extrapolar aquilo que consideram seu papel profissional.

Defendemos que não é possível descolar o debate acerca da atuação profissional em casos de alienação parental do compromisso ético e da perspectiva profissional na qual nos apoiamos. A/o assistente social deve atuar com cuidado no sentido de não naturalizar comportamentos e conflitos relacionais, e evitar tratar os envolvidos numa perspectiva dual de “alienador” *versus* “alienado”, observando aspectos sociais para além de aspectos individuais. Acreditamos que a categoria tem muito a contribuir e pode e deve tratar da alienação parental como uma construção social e não no campo do diagnóstico e enquadramento dos sujeitos.

Compreendemos ainda que é necessário se avançar nas reflexões em torno desta temática que no âmbito do atendimento às famílias é algo novo para o Serviço Social. É preciso avançar em torno de reflexões como, por exemplo, o apontamento de indícios da alienação parental. Pensar como estes são trabalhados ao longo de nossos pareceres e considerações, ou o que se espera obter com tais apontamentos.

À guisa de conclusão, reiteramos que tendo em vista todos os aspectos abordados ao longo deste trabalho compreendemos que a intervenção profissional empregada para fins de vigilância, enquadramento e punição se processa no sentido contrário ao que dispõe as normativas éticas da profissão, dentre elas o próprio Código de Ética de 1993 e o Projeto Ético Político defendido pela categoria. Ao profissional de Serviço Social não cabe a incorporação de verdades jurídicas no fazer profissional, mas como já destacamos, incumbe a incorporação de verdades histórico-ontológicas

que tragam à cena a realidade dos indivíduos/famílias atendidas que é determinada socialmente e que deve ser compreendida em sua totalidade.

REFERÊNCIAS

AGUINSKY, B. G; ALENCASTRO, E. H. Judicialização da questão social: rebatimentos nos processos de trabalho dos assistentes sociais no Poder Judiciário. **Katálisis**, Florianópolis, n.1, v.9, 2006.

ALAPANIAN, S. A crítica marxista do Direito: um olhar sobre as posições de EvgeniPachukanis. **Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 26, p. 15-26, 2005.

ANTUNES, A. L. M. de P. “**Sentença vem de sentimento**”: sobre a subjetividade dos atores jurídicos em Varas de Família. 06 de agosto de 2010. Dissertação de Mestrado. PUC/ RJ, 2010.

ARAÚJO, C. Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero. **Crítica Marxista**, São Paulo, Boitempo, v.1, n. 11, 2000, p. 65-70.

ARAÚJO, C.; SCALON, C. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. In: _____, **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ARCOVERDE, A.C.B. Questão Social no Brasil e Serviço Social. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 2. Brasília: CEAD/UnB, 1999, p. 75 - 85.

ASENSI, F. D. Judicialização ou juridicização? As instituições jurídicas e suas estratégias na saúde. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 33-55, 2010.

BATISTA, V. M. Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal. Apresentação. BATISTA, V. M. (org.). Rio de Janeiro: Revan, 2012.

BADINTER, E. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARBOSA, L. de P. G.; CASTRO, B. C. R. de. **Alienação parental**: um retrato dos processos e das famílias em situação de litígio. Brasília: Liber Livro, 2013.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BARROCO, M. L. S.; TERRA, S. H. **Código de Ética do/a Assistente Social comentado**. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS (org.). São Paulo: Cortez, 2012.

BEHRING, E. Principais abordagens teóricas da política social e da cidadania. **Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 3**, Brasília: UnB, p. 19 - 40, 2000.

BEHRING, E.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. 2ªed. São Paulo: Cortez, 2007.

BILAC, E. D. Família: algumas inquietações. In: CARVALHO, M. do C. B. de (org.). **A família contemporânea em debate**. 5ª ed. São Paulo: EDUC/Cortez, 2003.

BORGES, A. Reestruturação produtiva, família e cuidado: desafios para as políticas sociais. In: BORGES, A.; CASTRO, M. G. (orgs.) **Família, gênero e gerações: desafios para as políticas sociais**. 1 ed. São Paulo: Paulinas, 2007.

BORGIANNI, E. Para entender o Serviço Social na área sociojurídica. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 115, p. 407-442, 2013.

BOSCHETTI, I. A insidiosa corrosão dos sistemas de proteção social europeus. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 112, p. 754-803, 2012.

BRASIL. Lei 12.318 de 26 de agosto de 2010. Dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 26 de agosto de 2010. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil>. Acesso em: 17 de dez. 2012.

_____. Resolução nº196 de 1996. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. **Ministério da Saúde**, Conselho Nacional de Saúde, Comissão de Ética na Pesquisa, Brasília, 2012. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br>>. Acesso em: 05 de jun. 2014.

BRISOLA, E. Estado Penal, criminalização da pobreza e Serviço Social. Brasília: **Revista Ser Social**, n.30, v. 14, 2012.

BRUNO, D. D. Cidadania concedida - uma possibilidade de se pensar sob o enfoque social o *Vampirismo emocional*. **Revista Brasileira de Direito de Família**. Porto Alegre: Síntese, IBDFAM, v. 6 , n. 24. Jun/Jul, 2004, p. 36- 49. Disponível em <http://www.direitodafamilia.net>. Acesso em 29 de abril

CARVALHO, J. M de. **Cidadania no Brasil. O longo caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, M. do C. B. de. O lugar da família na política social. In: _____. **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC/Cortez, 2005.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. 7ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

CASTRO, M. G. Marxismo, feminismo e feminismo marxista – mais que um gênero em tempos neoliberais. **Crítica Marxista**, São Paulo, Boitempo, v.1, n. 11, 2000, p. 98-108.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Atuação dos assistentes sociais no sócio jurídico**: Subsídios para reflexão. Brasília: CFESS, 2014.

COIMBRA, C.; SCHEINVAR, E. Subjetividades punitivo-penais. In: BATISTA, V. M. (org.). **Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal**. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Tradução de M. T. da Costa Albuquerque; revisão técnica de J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1984. Tradução de Leandro Konder.

ENGELS, F.; KAUTSKY, K. **O socialismo jurídico**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2012.

FARIA, J. E. O Poder Judiciário nos universos jurídico e social: esboço para uma discussão de política judicial comparada. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n.67, 2001.

FÁVERO, E. T. Instruções sociais de processos, sentenças e decisões. In: CONSELHO Federal de Serviço Social – CFESS; ASSOCIAÇÃO Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, CFESS/ ABEPSS, 2009, v.1. Unidade 5: Atribuições privativas e competências do assistente social, p. 610-636.

_____. Serviço Social no campo sociojurídico: possibilidades e desafios na consolidação do projeto ético-político profissional. In: **II SEMINÁRIO NACIONAL: O Serviço Social no campo sociojurídico na perspectiva da concretização de direitos**. Brasília: CFESS, 2012.

FERNANDES, C. Apego e jeitos de cuidar. Afetos, trabalho e gênero na experiência do cuidado de crianças. In: VII CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DO TRABALHO. O TRABALHO NO SÉCULO XXI. MUDANÇAS, IMPACTOS E PERSPECTIVAS. São Paulo, 2013.

GARDNER, R. **O DSM-IV tem equivalente para o diagnóstico de Síndrome de Alienação Parental (SAP)?** New York: Universidade de Columbia. 2002. Tradução. Disponível em: <<http://www.alienacaoparental.com.br>>. Acesso em 20 de março de 2015.

GODINHO, T. Democracia e política no cotidiano das mulheres brasileiras. In: **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. VENTURI, M. R.; OLIVEIRA, S. (orgs.). 1 ed. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

GUEDES-PINTO, A. C. R. **Aspectos sociais da mediação familiar**. São Paulo: Editora Equilíbrio, 2009.

GUERRA, Y. O projeto profissional crítico. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n.91, p.5 -33, 2007.

HERRERA, R. Alguns aspectos filosóficos e políticos da teoria de Estado em Marx e Engels. **Revista Argumentum**, Vitória, n.2, v.3, p. 71-93, 2011.

IAMAMOTO, M. **A questão social no capitalismo**. Brasília: UnB, 2000.

_____. As Dimensões Ético-políticas e Teórico-metodológicas no Serviço Social Contemporâneo, In: Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional, Texto base da conferencia magistral do XVIII Seminário Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social, San José, Costa Rica, 12 de julho de 2004, originalmente publicado nos Anais do referido Seminário: MOLINA, M. L. M. (Org.) **La cuestión social y la formación profesional en el contexto de las nuevas relaciones de poder y la diversidad latinoamericana**. San José, Costa Rica: ALAETS/Espacio Ed./Escuela de Trabajo Social, 2004, p. 17-50. [mimeo].

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. Ensaio crítico. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2ªed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, M. V. Questão Social, família e juventude: desafios do trabalho do assistente social na área sociojurídica. In: SALES, M.A; MATOS, M.C. de; LEAL, M.C. (orgs.). **Política Social, Família e Juventude: Uma questão de direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

JACQUET, C.; COSTA, L. F. da. As práticas educativas nas famílias recompostas: notas preliminares. **Sociedade e Cultura**, v.7, n.2, 2004.

LIMA, T. C. S. de; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa metodológica. **Revista Katal.**, Florianópolis, v. 10, n. especial, p. 37-45, 2007.

LIMA, E. F. da R.; SANTOS, L. de S. Síndrome da Alienação Parental: estudo de caso sob o enfoque psicológico e social no campo do judiciário. In: BERNARDI, D.C.F et al. (orgs.). **Infância, juventude e família na justiça**: ações interdisciplinares e soluções compartilhadas na resolução de conflitos. São Paulo: Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do TJSP. 2012, p. 163-189.

LYRA, J.; LEÃO, L. S.; LIMA, D.C.; TARGINO, P.; CRISÓSTOMO, A.; SANTOS, B. Homens e cuidado: uma outra família? In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M.A.F. (Orgs.). **Família: Redes, laços e políticas públicas**. 5ªed. São Paulo: Cortez: Coordenadoria de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais – PUC/SP, 2010.

MANDEL, E. **Teoria Marxista do Estado**. 1ªed. Lisboa: Antídoto, 1977.

MARX, K. **A Questão Judaica**. Lusosofia Biblioteca online de Filosofia e Cultura. 1989. Disponível em <<http://www.lusosofia.net>>. Acesso em: 10 de nov. de 2013.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Livro Primeiro. O processo de produção do capital. Tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MATHIAS, G.; SALAMA, P. **O Estado Superdesenvolvido**: Ensaio sobre a intervenção Estatal e sobre as formas de dominação no capitalismo contemporâneo. São Paulo: Brasiliense. 1983.

MIOTO, R. C. T. Família e política sociais. In: BOSCHETTI, I.; BEHRING, E. R.; SANTOS, S. M. de M. dos; MIOTO, R. C. T. **Política social no capitalismo**: tendências contemporâneas. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. Trabalho com famílias: um desafio para os assistentes sociais. **Textos & Contextos Revista Virtual Textos & Contextos**. Nº 3, ano III, dez. 2004.

_____. Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C. de; LEAL, M. C. (orgs.). **Política Social, Família e Juventude**: uma questão de direitos. 6ed. São Paulo: Cortez. 2010.

MONTAÑO, C. **A natureza do Serviço Social**: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n 110, p. 270-287, 2012.

MONTAÑO, C; DURIGUETO, M. L. **Estado, Classe e Movimento Social**. São Paulo: Cortez, 2010.

MOTA, A. E.; AMARAL, A. S. do. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete (org.). **A nova fábrica de consensos**. São Paulo: Cortez, 2000. p. 23 - 44.

NAVES, M. B. Prefácio. In: ENGELS, F.; KAUTSKY, K. **O socialismo jurídico**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **A questão do Direito em Marx**. 1ªed. São Paulo: Outras Expressões; Dobra Universitário, 2014.

NETO, W. N. A judicialização da questão social: desafios e tensões na garantia dos direitos. In: Conferência de abertura do II Seminário Nacional “O Serviço Social no campo sociojurídico na perspectiva da concretização de direitos. **Anais**. Brasília: CFESS, 2012.

NETTO, J. P. A construção do Projeto Ético- Político do Serviço Social. **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. [S.l.], 1999.

_____. **Cinco notas a propósito da “questão social”**. Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2005. 4ed.

_____. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 1ed.

NETTO, J.P.; BRAZ, M. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

OLIVEIRA, Z. L. C. de. A provisão da família: redefinição ou manutenção dos papéis. In: ARAÚJO, C.; SCALON, C. (orgs.). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

PACHUKANIS, E. B. **Teoria Geral do Direito e Marxismo**. São Paulo: Editora Acadêmica, 1988.

PASTORINI, A. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo: Cortez, 2007.

PEREIRA, P. A. P. **Necessidades humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 6ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PIZZOL, A. D. Estudo social ou perícia social? Um estudo teórico-prático na Justiça catarinense. Florianópolis: Insular, 2ª ed. rev., 2006.

PRATES, J. C. Planejamento da Pesquisa Social. **Temporalis**, Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), n. 7, 2003.

PRATES, J. C. As pesquisas avaliativas de enfoque misto e a construção de indicadores para a avaliação de políticas e programas sociais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 2010, Rio de Janeiro. **Anaisdo ENPS**: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Rio de Janeiro, p. 1-8. 2010.

RAGO, M. Ser mulher no século XXI ou carta de alforria. In: **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. VENTURI, M. R.; OLIVEIRA, S. (orgs.). 1 ed. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

ROSANVALLON, P. **A nova questão social**: repensando o Estado Providência. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

SANTOS, J. S. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, B. de S.; MARQUES, M. M. L.; PEDROSO, J. **Os Tribunais nas sociedades contemporâneas**. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 1995. M

SARTI, C. A. Família e individualidade: um problema moderno. In: CARVALHO, M. do C. B. de (org.). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC/Cortez, 2005.

_____. Famílias enredadas. In: ACOSTA, A.R;VITALE, M. A. F. (orgs.). **Família: redes, laços e políticas públicas**. 5 ed. São Paulo: Cortez: Coordenadoria de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais- PUC/SP, 2010. p. 21-35.

SARTORI, V. B. **Lukács e a crítica ontológica ao direito**. São Paulo: Cortez, 2010.

SIERRA, V. A judicialização da política no Brasil e a atuação do assistente social na justiça. **Revista Katál.**, Florianópolis, v.14, n.2, 2011.

SILVA, M. N. da. Breves notas sobre o trabalho profissional: competências e atribuições na área sociojurídica. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v.10, n.29, 2012.

SILVA, F. M.; SILVA, M. I. da. A atuação do assistente social judicial diante da alienação parental no município de Monte Alegre de Minas Gerais. **Revista da Católica**, Uberlândia, v.3, n.6. 2011.

SIMIONATTO, I. Intelectualidade, política e produção do conhecimento: desafios ao Serviço Social. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 117, p. 7-21, jan./mar. 2014.

SOUSA, A. M. de. **Síndrome da alienação parental: um novo tema nos juízos de família**. São Paulo: Cortez, 2010.

SOUSA, A. M. de; BRITO, L. M. T. de. Síndrome de Alienação Parental: da Teoria Norte-Americana à Nova Lei Brasileira. **Psicologia: Ciência e profissão**, 2011.

SOUZA, M. F. **A participação do assistente social na judicialização dos conflitos sociais**. *Ser Social*, Brasília, n. 19, 2006.

SOUZA, J. R. **Alienação parental sob a perspectiva do direito à convivência familiar**. São Paulo: Mundo Jurídico, 2014.

SPOSATI, A. **Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social**. Rev. Katál. Florianópolis, v. 10, n. esp. 2007. p. 15-25.

SZYMANSKY, H. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 71, p. 9-25, 2002.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO. **Resolução nº 066 de 10 de novembro 2011**. Regulamenta o funcionamento e estruturação das Centrais de Apoio Multidisciplinar bem como define as atribuições da equipe técnica. Diário de Justiça do Espírito Santo, Vitória, 16 de novembro de 2011. Disponível em <http://www.tjes.jus.br>. Acesso em: 10 de agosto de 2013.

TRINDADE R. L. P.; SOARES, A. C. F. Saber e poder do assistente social no campo sociojurídico. In: XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 2009, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos do XIV Congresso Brasileiro de Sociologia**. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br>. Acesso em: 18 de jan.de 2015.

VALENTE, M. L. C. S. Síndrome da alienação parental: a perspectiva do Serviço Social. Associação de Pais e Mães separados (org.). **Síndrome da alienação parental e a tirania do guardião**: aspectos psicológicos, sociais e jurídicos. Porto Alegre: Equilíbrio, 2008a.

_____. **Famílias em Litígio**: o olhar do Serviço Social sobre os processos de ruptura. Tese de doutorado – Programa de Pós-graduação em Serviço Social do Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008b.

_____. Alienação parental: sintoma da modernidade? In: SILVA, A. M. R. da; BORBA, D. V. (orgs.). **A morte inventada**: alienação parental em ensaios e vozes. São Paulo: Saraiva. 2014a.

_____. **O processo de trabalho do assistente social no Judiciário: o trabalho com famílias**. Capacitação em caráter de supervisão para a equipe do TJ/ES. Vitória. 2014b. 46 slides: color.

VIANNA, L.W; BURGOS, M.B; SALLES, P.M. Dezessete anos de judicialização da política. **Tempo Social**, Revista de sociologia da USP, v. 19, n. 2, 2007.

YAAKOUB, M. C.; GUERRA, Y. A. D.; ORTIZ, F. da S. G. Notas críticas sobre a concepção “sujeito de direitos”. In: 14º CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2013, São Paulo.

WACQUANT, L. **As prisões da miséria**. Tradução: André Telles. [S.l.]. Sabotagem, 1999.

ANEXO A – LEI FEDERAL Nº 12.318 DE 2010

LEI Nº 12.318, DE 26 DE AGOSTO DE 2010.

Dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a alienação parental.

Art. 2º Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este.

Parágrafo único. São formas exemplificativas de alienação parental, além dos atos assim declarados pelo juiz ou constatados por perícia, praticados diretamente ou com auxílio de terceiros:

I - realizar campanha de desqualificação da conduta do genitor no exercício da paternidade ou maternidade;

II - dificultar o exercício da autoridade parental;

III - dificultar contato de criança ou adolescente com genitor;

IV - dificultar o exercício do direito regulamentado de convivência familiar;

V - omitir deliberadamente a genitor informações pessoais relevantes sobre a criança ou adolescente, inclusive escolares, médicas e alterações de endereço;

VI - apresentar falsa denúncia contra genitor, contra familiares deste ou contra avós, para obstar ou dificultar a convivência deles com a criança ou adolescente;

VII - mudar o domicílio para local distante, sem justificativa, visando a dificultar a convivência da criança ou adolescente com o outro genitor, com familiares deste ou com avós.

Art. 3º A prática de ato de alienação parental fere direito fundamental da criança ou do adolescente de convivência familiar saudável, prejudica a realização de afeto nas relações com genitor e com o grupo familiar, constitui abuso moral contra a criança ou o adolescente e descumprimento dos deveres inerentes à autoridade parental ou decorrentes de tutela ou guarda.

Art. 4º Declarado indício de ato de alienação parental, a requerimento ou de ofício, em qualquer momento processual, em ação autônoma ou incidentalmente, o processo terá tramitação prioritária, e o juiz determinará, com urgência, ouvido o Ministério Público, as medidas provisórias necessárias para preservação da integridade psicológica da criança ou do adolescente, inclusive para assegurar sua convivência com genitor ou viabilizar a efetiva reaproximação entre ambos, se for o caso.

Parágrafo único. Assegurar-se-á à criança ou adolescente e ao genitor garantia mínima de visitação assistida, ressalvados os casos em que há iminente risco de prejuízo à integridade física ou psicológica da criança ou do adolescente, atestado por profissional eventualmente designado pelo juiz para acompanhamento das visitas.

Art. 5º Havendo indício da prática de ato de alienação parental, em ação autônoma ou incidental, o juiz, se necessário, determinará perícia psicológica ou biopsicossocial.

§ 1º O laudo pericial terá base em ampla avaliação psicológica ou biopsicossocial, conforme o caso, compreendendo, inclusive, entrevista pessoal com as partes, exame de documentos dos autos, histórico do relacionamento do casal e da separação, cronologia de incidentes, avaliação da personalidade dos envolvidos e exame da forma como a criança ou adolescente se manifesta acerca de eventual acusação contra genitor.

§ 2º A perícia será realizada por profissional ou equipe multidisciplinar habilitados, exigido, em qualquer caso, aptidão comprovada por histórico profissional ou acadêmico para diagnosticar atos de alienação parental.

§ 3º O perito ou equipe multidisciplinar designada para verificar a ocorrência de alienação parental terá prazo de 90 (noventa) dias para apresentação do laudo, prorrogável exclusivamente por autorização judicial baseada em justificativa circunstanciada.

Art. 6º Caracterizados atos típicos de alienação parental ou qualquer conduta que dificulte a convivência de criança ou adolescente com genitor, em ação autônoma ou incidental, o juiz poderá, cumulativamente ou não, sem prejuízo da decorrente responsabilidade civil ou criminal e da ampla utilização de instrumentos processuais aptos a inibir ou atenuar seus efeitos, segundo a gravidade do caso:

- I - declarar a ocorrência de alienação parental e advertir o alienador;
- II - ampliar o regime de convivência familiar em favor do genitor alienado;
- III - estipular multa ao alienador;
- IV - determinar acompanhamento psicológico e/ou biopsicossocial;
- V - determinar a alteração da guarda para guarda compartilhada ou sua inversão;
- VI - determinar a fixação cautelar do domicílio da criança ou adolescente;
- VII - declarar a suspensão da autoridade parental.

Parágrafo único. Caracterizado mudança abusiva de endereço, inviabilização ou obstrução à convivência familiar, o juiz também poderá inverter a obrigação de levar para ou retirar a criança ou adolescente da residência do genitor, por ocasião das alternâncias dos períodos de convivência familiar.

Art. 7º A atribuição ou alteração da guarda dar-se-á por preferência ao genitor que viabiliza a efetiva convivência da criança ou adolescente com o outro genitor nas hipóteses em que seja inviável a guarda compartilhada.

Art. 8º A alteração de domicílio da criança ou adolescente é irrelevante para a determinação da competência relacionada às ações fundadas em direito de convivência familiar, salvo se decorrente de consenso entre os genitores ou de decisão judicial.

Art. 9º (VETADO)

Art. 10. (VETADO)

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de agosto de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto

Paulo de Tarso Vannuchi

José Gomes Temporão

Este texto não substitui o publicado no DOU de 27.8.2010 e retificado no DOU de 31.8.2010

ANEXO B -TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE (o respectivo termo e o texto de esclarecimento aos profissionais foi enviado em conjunto com o questionário da pesquisa que foi respondido on-line e sem qualquer identificação da/o entrevistada/o). Devido à impossibilidade de identificação do emissor das respostas, ao responder às questões a/o participante demonstrou concordância com os termos da pesquisa.

Prezado(a) colega assistente social,

Estou realizando pesquisa com vistas à dissertação de mestrado intitulada “Judicialização dos conflitos intrafamiliares: considerações do Serviço Social sobre a alienação parental”, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo, sob a orientação da Profa. Dra. Maria das Graças Cunha Gomes. A referida pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Campus Goiabeiras da UFES.

Sendo assim, solicito sua colaboração para responder, on line, ao questionário a seguir. Abaixo você encontrará o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) no qual constam as informações detalhadas sobre nossa pesquisa, além dos contatos desta pesquisadora caso haja necessidade de algum esclarecimento adicional.

Há que se ressaltar que sua colaboração será decisiva para a realização e conclusão deste trabalho cujo objetivo precípuo consiste em refletir a intervenção profissional nos casos de alienação parental, tendo por base elementos como o Projeto Ético-Político Profissional.

Desde já agradeço imensamente sua contribuição e solicito que este questionário seja preenchido e enviado no prazo de 15 dias a contar do seu recebimento.

Ressalto que:

- As perguntas não são de preenchimento obrigatório, mas solicito que não deixe perguntas sem respostas, pois as análises serão a partir do conjunto das respostas;
- Qualquer resposta ou alternativa poderá ser modificada livremente até o momento do envio do formulário respondido. Basta voltar à questão e marcar outra alternativa ou reescrever a resposta dada;
- Ao clicar no botão "ENVIAR" você receberá uma mensagem de confirmação, bastando clicar no botão OK.
- Após enviado o formulário, não será possível modificar as respostas que por sua vez serão enviadas para uma planilha dentro do software Google Forms, NÃO HAVENDO QUALQUER IDENTIFICAÇÃO DO EMISSOR DA RESPOSTA, não sendo estabelecida nenhuma ligação entre a resposta e o e-mail do entrevistado.

Atenciosamente,

Thaís Tononi Batista

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA UFES

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Ministério da Saúde - Conselho Nacional de Saúde

RESOLUÇÃO Nº 466, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012.

INFORMAÇÕES AOS PARTICIPANTES

1 – Título do protocolo do estudo:

“Judicialização dos conflitos intrafamiliares: considerações do Serviço Social sobre a alienação parental”

2 – Convite:

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “Judicialização dos conflitos intrafamiliares: considerações do Serviço Social sobre a alienação parental”. A fim de subsidiar sua decisão em participar deste estudo, a seguir disponibilizaremos informações importantes sobre nossa pesquisa. A leitura cuidadosa das informações a seguir é condição fundamental para o esclarecimento de dúvidas e questões.

3 – O que é a pesquisa?

Este projeto se refere à nossa pesquisa de mestrado que se encontra vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGPS/UFES), sob a orientação da Profa. Dra. Maria das Graças Cunha Gomes e sob nossa responsabilidade como pesquisadora principal.

4- Por que esse projeto é relevante?

Trata-se de um tema recorrente ao assistente social que atua em processos de Vara de Família no âmbito do Tribunal de Justiça, entretanto, ainda é pouco debatido na seara do Serviço Social, requerendo, portanto, maior aprofundamento teórico por parte dos profissionais.

5 – Qual o objetivo do estudo?

Discutir a alienação parental como objeto de atuação do Serviço Social do TJES no contexto da judicialização das relações e dos conflitos intrafamiliares considerando as mudanças societárias, o papel do Estado e do direito na estrutura e nas relações familiares vigentes.

6 – Por que você foi escolhido (a)?

Você foi escolhido por ser assistente social que atua em Central de Apoio Multidisciplinar do Tribunal de Justiça do Espírito Santo e que portanto, intervém em processos das Varas de Família, atuando em casos de alienação parental.

7 – Eu sou obrigado(a) a participar?

Você decide se gostaria de participar ou não deste estudo. Se decidir participar da pesquisa, basta responder ao questionário e enviar a esta pesquisadora.

8 – Se eu desejar participar o que terei que fazer?

Se você der sua autorização para participar da pesquisa, preencherá um questionário contendo dez questões em sua maioria de múltipla escolha, as quais têm como objetivo central subsidiar empiricamente as reflexões acerca do tema alienação parental.

9 – Quais são os possíveis benefícios de participar?

Os principais benefícios desta pesquisa consistem na compreensão do trabalho que vem sendo desenvolvido pelos assistentes sociais no que tange à intervenção técnica nos casos de alienação parental. Assim, será possível refletir os limites e possibilidades da atuação profissional frente à questão, avançando no processo de construção coletiva de estratégias.

10 – O que acontece quando o estudo for concluído?

Caso queira, você poderá ter acesso ao produto final desta pesquisa, mas somente após a defesa da dissertação, com previsão para o 1º semestre de 2016. Você poderá ter acesso aos resultados por meio do acervo Programa de Pós-Graduação em Política Social. Caso deseje, você também poderá enviar um email diretamente para esta pesquisadora principal solicitando uma cópia da dissertação.

11 – Haverá riscos?

Toda pesquisa traz um risco mínimo, neste caso entendemos que a aplicação de entrevistas podem causar algum desconforto. Contudo, somente trabalharemos com o consentimento dos envolvidos e por se tratar de um questionário on line acreditamos na impossibilidade de danos decorrentes dessa participação, até porque não haverá nenhuma identificação do entrevistado em qualquer momento do trabalho.

12 – Minha participação neste estudo será mantida em sigilo?

Sim. Sua identidade será totalmente preservada, de modo que você não precisa se identificar em momento algum. As informações coletadas serão utilizadas somente para os propósitos desta pesquisa. Portanto, garantindo a manutenção do sigilo e da sua privacidade em todas as fases desta pesquisa. É importante também registrar que todas as informações digitais serão armazenadas em arquivos específicos e protegidos por criptografia. Ademais, não haverá ao longo do trabalho a indicação das Comarcas, as quais serão indicadas, se for o caso, por meio de expressões genéricas. Caso o material venha a ser utilizado para publicação científica ou atividades didáticas, não serão utilizados nomes que possam vir a identificá-lo(a).

13 – Remunerações financeiras:

Nenhum incentivo ou recompensa financeira está previsto pela sua participação nesta pesquisa. Do mesmo modo, você não terá nenhum custo ao participar da mesma.

14 – Contato para informações adicionais:

Em qualquer momento do estudo você poderá obter mais informações entrando em contato comigo que sou a responsável direta pelo estudo, por meio do telefone: (27) 99837-1333 e/ou do email: thaistononi@hotmail.com.

Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, pode entrar também em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) – localizado no Campus de Goiabeiras pelo telefone: (27) 4009-7840. Email: cep.goiabeiras@gmail.com.

Pesquisadora Responsável: Thaís Tononi Batista

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____, RG _____ e CPF _____ declaro que li ou me foram lidas as informações contidas nesse documento, fui devidamente informado(a) pelo pesquisador(a) - Thaís Tononi Batista – sobre os objetivos, procedimentos que serão utilizados, os riscos e desconfortos, bem como os benefícios. Fui informado ainda de que não haverá custos/reembolsos aos participantes e sobre os procedimentos que visam garantir a confidencialidade da pesquisa. Por fim, foi-me garantido que posso retirar o consentimento a qualquer momento, sem que isso leve a qualquer penalidade. Assim, manifesto minha concordância em participar a referida pesquisa, declarando ainda que recebi uma cópia desse Termo de Consentimento.

Vitória, de de 2015.

(Assinatura)